



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**A AFEIÇÃO/DESAFEIÇÃO DOS JOVENS NA POLÍTICA
UM ESTUDO DE CASO SOBRE COMPORTAMENTOS
JUVENIS NA ACTIVIDADE POLÍTICA**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação, Comunicação
e Liderança**

Por

Maria Madalena Félix Sales Moreira Carvalho

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**A AFEIÇÃO/DESAFEIÇÃO DOS JOVENS NA POLÍTICA
UM ESTUDO DE CASO SOBRE COMPORTAMENTOS
JUVENIS NA ACTIVIDADE POLÍTICA**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação, Comunicação
e Liderança**

Por

Maria Madalena Félix Sales Moreira Carvalho

Sob orientação de Professora Doutora Cristina Tavares Salgado

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro 2012

Agradecimentos

Ao terminar este meu trabalho de investigação, quero expressar o meu agradecimento a todos os que, de várias formas, me levaram a finalizar esta realização.

À Exma. Senhora Professora Doutora Cristina Tavares Salgado que aceitou orientar-me e acompanhar-me numa fase muito inicial e difícil para mim. Desde o início até ao final deste trabalho tive em todas as circunstâncias a sua indiscutível disponibilidade, o seu precioso incentivo e ajuda que me fizeram avançar neste projecto, a par do seu firme carácter de humanismo. A sua amizade, a sua competência e o seu estímulo acompanharam-me ao longo destes tempos.

Ao CESOP, na pessoa do Sr. Engenheiro Jorge Cerol que prontamente me disponibilizou os dados estatísticos que enriqueceram este trabalho. Agradeço ainda às suas colaboradoras (Dra. Tânia Correia e Dra. Leonor Pereira da Costa) os dados que facultaram, com amabilidade.

À minha família vai um agradecimento muito especial. Sem o apoio do meu marido, das minhas filhas e genros eu não teria chegado até aqui. Desde o início foram inextinguíveis no alento, no apoio, na paciência, no amor e carinho que me rodearam desde as horas mais difíceis até às mais conseguidas. Ao meu marido a quem privei de muitas horas de companheirismo. Às minhas filhas e genros pelas inúmeras achegas, conselhos, pelos incansáveis incentivos e pela coragem de apostarem em mim. Sem eles nada disto teria sido possível. A minha gratidão e o meu amor são eternos.

À minha amiga Doutora Isabel Marques que faz o favor de fazer parte da minha vida e sem cujo apoio eu não teria feito este percurso.

A todos os amigos que de alguma forma me ajudaram a chegar ao *terminus* deste trabalho.

Todos eles, à sua maneira, ensinaram-me que apesar de por vezes, encontrarmos tantas dificuldades, a vida se vai fazendo de formas diferentes, todas elas com aspectos belos e enriquecedores.

Resumo

O objectivo da presente investigação é entender a forma como os jovens vivem hoje a política em Portugal, traduzindo a afeição ou desafeição que o tema lhes merece.

O cenário democrático após o 25 de Abril criou espaço para o exercício da cidadania, a liberdade de expressão são fundamentais para o exercício eleitoral. Apesar disto, a camada jovem apresenta elevados níveis de abstenção nos actos eleitorais, o que nos levou a aprofundar esta temática.

Para verificar os factores que conduzem ou não ao voto eleitoral e à participação em manifestações colectivas de rua, baseamo-nos nos dados estatísticos cedidos pelo CESOP - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, em vários momentos de 2011 e 2012.

A análise qualitativa efectuada sustentou-se na interpretação dos dados, à luz de várias teorias da motivação e da comunicação.

Fizemos recolha fotográfica de manifestações colectivas, de cariz político onde os jovens se manifestam, com o objectivo de proceder a uma análise dos gestos, expressões (vocais e escritas) e comportamentos, elementos estes que constituíram fundamento para algumas das ilações que apresentamos.

Procurámos enquadrar as opções demonstradas pelos jovens, no quadro teórico das abordagens motivacionais e comunicacionais que seleccionámos.

Pela análise estatística dos resultados, chegámos à conclusão que o grupo dos solteiros é o que mais contribui para o voto assim como para a abstenção; e que a principal razão apresentada é a dos jovens não estarem recenseados.

Quanto às manifestações colectivas de massas, constatámos que, embora os jovens as valorizem, é baixa a percentagem (sobretudo homens), daqueles que a elas adere.

Perante os resultados obtidos, entendemos ser ainda necessário que os jovens façam, neste domínio da participação na vida política do país, um trabalho mais consciente de participação, de sentido de responsabilidade e de solidariedade, o que subentende uma

formação e educação que ajude a imprimir e a consolidar a obrigação, diremos mesmo, o gosto, pela participação democrática, consciente para uma cidadania plena e um amanhã melhor.

PALAVRAS-CHAVES: Democracia, Cidadania, Liberdade de Expressão, Motivação e Comunicação.

Abstract

The purpose of this investigation is to understand the way young people live today's politics in Portugal, translating the like or dislike for the matter.

The democratic scenario after the 25th of April, created room for the exercise of citizenship and the freedom of speech, both fundamental for the electoral exercise. Notwithstanding, the young people of today present high levels of abstention in electoral acts, which led us to investigate this matter.

To test the factors that led or not to the electoral vote and to the participation in street demonstrations, we base our analysis on the statistic data provided by CESOP - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, in various moments in time from 2011 and 2012.

The qualitative analysis was established in the interpretation of facts, in light of several motivation and communication theories.

We have conducted a photographic gathering of the demonstrations, of political nature, where young people expressed themselves, with the purpose of proceeding to an analysis of gestures, expressions (both vocal and written) and behaviors. Such elements constitute the grounds for some of the deductions we present.

We sought to accommodate the options demonstrated by the young people in the theoretical board of motivational and communicational approaches we selected.

According to the statistical analysis of the results, we concluded that the single people are the ones who contribute the most for the vote, as well as for the abstention; and that the main reason young people give is the fact that they are not registered.

As for the mass demonstrations, we noticed that although young people value them, the percentage of those who attend them is low (especially men).

In light of the results obtained, we perceive that it is still necessary for young people, in the territory of participation in the political life of its country, to do a more aware work of sharing, of sense of responsibility and solidarity, which presumes a training and education

that can help imprint and consolidate the obligation, and we might say, the taste, for the democratic participation, aware of a full citizenship and a better tomorrow.

KEY WORDS: Democracy, Citizenship, Freedom of Speech, Motivation and Communication.

Índice

| | |
|---|----|
| Notas introdutórias | 1 |
| Capítulo I..... | 4 |
| 1 Enquadramento da temática do estudo..... | 5 |
| 1.1 Justificação para a escolha do tema | 5 |
| 1.2 Contextualização do objecto de estudo..... | 8 |
| 1.3 A História e a democracia em Portugal | 12 |
| 1.4 A Abstenção: contornos para uma resposta possível..... | 17 |
| Capítulo II..... | 25 |
| 2 Estrutura do estudo e grelha operacional de investigação..... | 26 |
| 2.1 Objectivos | 26 |
| 2.2 A incidência do estudo..... | 26 |
| 2.3 Grelha Operacional de Investigação | 28 |
| 2.3.1 A pergunta de partida | 28 |
| 2.3.2 As hipóteses de trabalho | 28 |
| 2.3.3 Dimensões e indicadores norteadores do estudo | 28 |
| 2.3.4 Métodos e técnicas utilizados | 29 |
| 2.3.4.1 Pesquisa documental..... | 30 |
| 2.3.4.2 A observação participante..... | 30 |
| Capítulo III | 32 |
| 3 Revisão teórica de enquadramento..... | 33 |
| 3.1 Motivações e necessidades | 33 |
| 3.2 Comunicação | 39 |
| 3.2.1 A Comunicação: interface do comportamento e linguagem | 39 |
| 3.2.2 A liberdade, a motivação e a comunicação: iniciadoras do manifesto de cariz político..... | 43 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 4 | Liderança e opção de voto..... | 46 |
| | Capítulo IV | 49 |
| 5 | Um olhar reflexivo sobre os resultados do estudo | 50 |
| 5.1 | Factores que determinam o voto individual dos jovens: Barómetros de 2011 | 51 |
| 5.1.1 | O jovem e a intenção de votar | 51 |
| 5.1.2 | O Jovem e a intenção de não Votar | 55 |
| 5.1.3 | O jovem e o voto consumado | 58 |
| 5.1.4 | Os jovens e a abstenção | 61 |
| 5.2 | Eventos colectivos: Factores de adesão | 67 |
| 5.2.1 | Análise estatística dos factores de adesão | 67 |
| 5.2.2 | As imagens dos eventos colectivos | 86 |
| 5.2.2.1 | Contexto da observação | 86 |
| 5.2.2.2 | A interpretação das imagens | 86 |
| 5.3 | Os resultados à luz do quadro conceptual de referência..... | 114 |
| 5.3.1 | Motivações e comportamentos | 115 |
| 5.3.2 | Comunicação e mensagens expressas..... | 117 |
| | Conclusões e Recomendações | 119 |
| | Bibliografia | 125 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Estado civil e Intenção de voto..... | 52 |
| Gráfico 2 - Habilitações académicas e intenção de voto | 53 |
| Gráfico 3 – Ocupação profissional e intenção de voto | 54 |
| Gráfico 4 - Estado Civil e Intenção de não votar | 55 |
| Gráfico 5 - Habilitações académicas e intenção de não votar | 56 |
| Gráfico 6 - Ocupação profissional e intenção de não votar..... | 57 |
| Gráfico 7 - Estado civil e o acto de votar | 58 |
| Gráfico 8 - Habilitações académicas e o acto consumado..... | 59 |

| | |
|--|----|
| Gráfico 9 - Ocupação profissional e o acto consumado | 60 |
| Gráfico 10 - Estado civil e abstenção | 62 |
| Gráfico 11 - Habilitações académicas e a abstenção | 64 |
| Gráfico 12 - Ocupação profissional e abstenção | 66 |
| Gráfico 13 - Participação por sexo e habilitações académicas | 69 |
| Gráfico 14 - Sentimento de apoio decorrente do evento colectivo..... | 71 |
| Gráfico 15 - Evento colectivo e representação de ideias..... | 73 |
| Gráfico 16 - Evento colectivo e força da multidão..... | 75 |
| Gráfico 17 - Evento colectivo e afirmação | 77 |
| Gráfico 18 - Evento colectivo e influência..... | 79 |
| Gráfico 19 - Evento colectivo e contributo para a mudança | 81 |
| Gráfico 20 - Evento colectivo e oportunidade de expressão | 83 |

Índice de Figuras

| | |
|-------------------------------------|----|
| Figura 1 - Pirâmide de Maslow | 35 |
|-------------------------------------|----|

Índice de Fotografias

| | |
|---|-----|
| Fotografia 1 – Concentração | 89 |
| Fotografia 2 - O começo da manifestação | 90 |
| Fotografia 3 - A organização | 91 |
| Fotografia 4 - O punho erguido | 92 |
| Fotografia 5 - Início do desfile | 93 |
| Fotografia 6 - Contra a Precariedade..... | 94 |
| Fotografia 7 - SEP | 95 |
| Fotografia 8 - Indumentária igual..... | 96 |
| Fotografia 9 - STAL | 97 |
| Fotografia 10 - Não somos Escravos..... | 98 |
| Fotografia 11 - Barreiro presente..... | 99 |
| Fotografia 12 - Santarém | 100 |
| Fotografia 13 - Pela Estabilidade no Emprego..... | 101 |
| Fotografia 14 - A partilha | 102 |

| | |
|--|-----|
| Fotografia 15 - Rua do Carmo..... | 103 |
| Fotografia 16 - Évora..... | 104 |
| Fotografia 17 - Afirmação | 105 |
| Fotografia 18 - Interior | 106 |
| Fotografia 19 - Aveiro | 107 |
| Fotografia 20 - CGTP | 108 |
| Fotografia 21 - Descontraidamente participando | 109 |
| Fotografia 22 - Lutar..... | 110 |
| Fotografia 23 - Ferroviários..... | 111 |
| Fotografia 24 - STML | 112 |
| Fotografia 25 - Local de encerramento..... | 113 |

Notas introdutórias

Este trabalho decorre do meu interesse pela área política e pelo desejo de aprofundar esta temática, percorrendo caminhos que permitam conhecer a realidade, auscultando-a, através de pesquisa no terreno e fundamentando os resultados sobre o pensamento de diferentes autores e teorias científicas.

Seleccionámos os jovens como objecto do estudo que agora apresentamos. A juventude constitui uma época na vida dos cidadãos que os leva a despertar para variados interesses, existindo factores que justificam uma maior ou menor afeição ou desafeição pela política. Procurando conhecer esses factores e pretendendo um melhor entendimento sobre a forma como os jovens vivem hoje a política em Portugal estruturámos o documento que agora apresentamos da seguinte forma:

- Capítulo I – Apresentamos a razão da escolha do tema de estudo que, para além do interesse pela política, recai sobre a importância das acções humanas e da repercussão que elas têm na sociedade em que vivemos. Fazemos um enquadramento recorrendo ao passado histórico recente e à mudança após o 25 de Abril de 1974. Tendo como fundo o cenário democrático e a possibilidade de eleições livres interrogamo-nos porquê tão elevados níveis de abstenção nos actos eleitorais, sobretudo com grande incidência na camada jovem.

- Capítulo II – Procuramos verificar os factores que conduzem ou não ao voto eleitoral e quais os factores que levam à abstenção. Pretendemos ainda entender como os jovens participam em manifestações colectivas de cariz político e o que os leva a essa mobilização.

Para o nosso estudo baseámo-nos nas amostras do CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa) relativas aos dados cedidos sobre a intenção de voto, a intenção de não votar, o voto consumado e a abstenção, nos meses de

Abril, Maio e Setembro de 2011. Complementamos ainda com os dados obtidos pelo CESOP relativos a manifestações colectivas de massas, contidos nas perguntas inseridas no Barómetro de Fevereiro de 2012.

Apresentamos a nossa pergunta de partida. Formulamos as hipóteses de trabalho e divulgamos os métodos utilizados neste estudo, explicando as razões das nossas escolhas.

Explanamos sobre a observação directa que tivemos oportunidade de realizar em várias manifestações colectivas de cariz político.

- Capítulo III – Centramos a atenção em duas vertentes que consideramos importantes para a interpretação que efectuámos ao longo deste estudo: a motivação e o processo comunicacional. Reflectimos sobre as motivações que estão subjacentes à participação política dos jovens. Abordamos várias teorias de motivação e necessidades. A situação de cada jovem, numa escala de motivações, pode explicar o interesse ou desinteresse na participação política e ainda exprimir a sua ligação à *polis*.

A expressão política, manifestada de forma verbal e não-verbal, constituiu um interesse particular quando nos propusemos realizar uma análise sobre esta questão, em manifestações de massas. Apoiamo-nos, para isso, em vários autores para explanarmos este assunto. Procuramos explorar e caracterizar várias formas de expressão, nos cartazes, na linguagem corporal, ou mesmo nos silêncios.

- Capítulo IV – Tendo por base os dados estatísticos, posicionámos, neste capítulo, os níveis de intenção de voto, a intenção de não votar, a abstenção e o voto consumado. Servimo-nos, para isso, dos dados cedidos pelo CESOP.

Relatamos também os resultados estatísticos que obtivemos após trabalharmos as respostas cedidas pelo CESOP relativas às perguntas sobre manifestações de massas. Os resultados mostram vários motivos que conduzem os jovens a manifestarem-se em eventos colectivos.

Interpretamos também as imagens que recolhemos fotograficamente na observação directa em várias manifestações colectivas de jovens. Procuramos traduzir os comportamentos

assumidos pelos manifestantes tendo em conta o quadro conceptual de referência. À luz dos autores escolhidos interpretamos as mensagens escritas, as siglas e os *slogans* que fazem parte dos eventos colectivos deste género. Com base nos autores referidos, fazemos a ligação às motivações e comportamentos dos participantes, à comunicação e às mensagens que nos podem transmitir.

Por último, expomos as conclusões a que chegámos com o nosso estudo. Divulgamos as conclusões estatísticas que obtivemos dos Barómetros do CESOP. Finalizamos com uma breve reflexão sobre os jovens, os valores e a democracia, uma vez que esta está subjacente a todo o nosso trabalho.

Capítulo I

1 Enquadramento da temática do estudo

1.1 Justificação para a escolha do tema

A escolha do tema vem do nosso interesse pela política como fenómeno social, e a forte repercussão que ela tem em todos os cidadãos do País. Lembrando Aristóteles (2001: 3) «*A ciência do bem com vistas ao Homem é a Política.*».

Para Patrick Viveret (2011: 36) o desafio de saber viver é um desafio plenamente político.

Os seres humanos têm uma existência aberta e são confrontados com uma necessidade de escolhas, a sua vida depende delas. Os nossos actos não são isolados, ganham uma dimensão colectiva porque vivemos em sociedade. Hannah Arendt (2001: 38) refere que «*Nenhuma vida humana, /.../ é possível sem um mundo que, directa ou indirectamente, testemunhe a presença de outros seres humanos.*».

O ser humano é, segundo Aristóteles, distinto dos animais e das plantas e por isso cada acção é guiada pela razão única, faculdade que assegura a autonomia e liberta o homem. O comportamento do ser humano resulta das decisões livres da sua vontade. As acções são resultado das suas livres decisões que o comprometem, definem o seu carácter, condicionam a sua personalidade e determinam a opção para um certo efeito.

A nossa vida pauta-se pelas escolhas e acções com que nos deparamos a cada instante.

Para Hannah Arendt (2001: 38/39) «*A acção é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens*» e ainda (2001: 39) porque «*Só a acção é prerrogativa exclusiva do homem, nem um animal nem um deus é capaz de acção, e só a acção depende inteiramente da constante presença de outros.*».

Ora, o ser humano pretende com as suas acções praticar o bem que a sua consciência dita, com vista ao seu bem-estar, à sua felicidade. É o conjunto dessas acções na sua totalidade, que fazem de nós aquilo que somos, que nos identificam e nos estruturam na família, na comunidade em que estamos inseridos e no País que é o nosso.

Essas acções praticadas com consciência ou inconscientemente são políticas, e têm a sua causa e o seu efeito.

Porque o homem é um ser sociável, e, por inerência, um ser político destinado a viver em comunidade.

Como parte dessa comunidade o ser humano é membro da sua freguesia, da sua cidade e do seu País.

Os anos de 2011 e 2012 constituem uma época conturbada, com vários acontecimentos a nível político que, directa ou indirectamente, afectam todos os cidadãos. Vivemos num período exigente que apela ao contributo de cada um de nós de um modo atento e inteligente. Muitas acções e comportamentos políticos são nesta altura postos em causa, tornando-se questionáveis.

A abstenção eleitoral juvenil atinge níveis superiores aos das outras gerações. Daí o nosso interesse em tentar compreender o modo como os jovens encaram a política e como se envolvem nela.

Segundo Manuel Braga da Cruz (1995: 321) «*o crescimento social da juventude não é uniforme nem homogéneo. Atinge desigualmente os jovens no interior de uma mesma sociedade.*».

Apesar desta desigualdade, a abstenção eleitoral na juventude é muito comum.

A fraca adesão política eleitoral dos jovens - demonstrada e comprovada pelos órgãos competentes - estimularam-nos o desejo de conhecer com maior profundidade os factores que eventualmente estarão na base do desencanto pela política. Desafeição esta com conseqüente demissão no cenário democrático e justificando os elevados níveis de abstenção. Por outro lado, hoje, os jovens têm várias formas alternativas de participação que se traduzem em protestos e manifestações de rua, reivindicando e contestando como forma participativa na comunidade.

Eis a pergunta de partida que formulámos, com vista à procura de uma explicação para esta interrogação:

- Em que medida a situação contextual dos jovens influencia o grau de participação na vida política?

Para o nosso estudo, apoiámo-nos nos dados estatísticos que nos foram gentilmente cedidos pelo CESOP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. O CESOP disponibilizou-nos as respostas a várias perguntas feitas a inquiridos dos Barómetros de Maio, Junho e Setembro de 2011 e ainda as respostas a

perguntas do Barómetro de Fevereiro de 2012. Estes dados foram fundamentais. Sem eles o nosso trabalho não teria sido possível.

Considerámos contudo relevante, proceder a uma análise direccionada para outra forma de manifestação política: as manifestações colectivas de rua. Para isso, procurámos investigar, recorrendo a duas vias diferentes:

- Solicitámos uma vez mais ao CESOP a possibilidade de integrar no Barómetro, a aplicar proximamente, umas questões, por nós concebidas, para recolher dados neste domínio;
- Procedemos a uma observação dirigida para o comportamento dos jovens, em manifestações colectivas, observação essa, orientada segundo uma grelha de análise comportamental, previamente definida. Fizemos observação directa nas manifestações dos dias 20, 22 e 31 de Março de 2012.

Para ambas as abordagens, seleccionámos a população jovem (entre os 18 e os 35 anos);

Procurámos balizar a análise estatística, sobre alguns parâmetros dos Barómetros que agora identificamos:

- Registámos a sua intenção de voto nas eleições legislativas num cenário de demissão do governo (Barómetro de Maio); na situação das eleições legislativas de 05 de Junho de 2011 (Barómetro de Junho) e num cenário de futuras eleições legislativas (Barómetro de Setembro);
- Relacionámos a intenção de voto com o estado civil dos inquiridos; com o seu grau de instrução e com a sua ocupação;
- Relacionámos a intenção de abstenção dos inquiridos com o seu estado civil; com o seu grau de instrução e com a sua ocupação;
- Relacionámos o voto dos inquiridos com o seu estado civil; com o seu grau de instrução e com a sua ocupação;
- Verificámos qual o motivo de não terem votado nos vários cenários, cruzados com o estado civil, a instrução e a ocupação dos inquiridos;

- Registámos as várias respostas obtidas relativamente a participações em eventos de massas;
- Cruzámos as várias respostas com as variáveis sexo e grau de instrução dos inquiridos;

1.2 Contextualização do objecto de estudo

A democracia instaurada em Portugal, com o 25 de Abril de 1974, proporcionou aos cidadãos o direito de escolher quem os governa através de eleições livres.

António Barreto (1997: 231) lembra que nessa época a integração europeia e a economia de mercado eram factores muito importantes para a consolidação da democracia e que a Europa, em termos económicos, institucionais, culturais e ao nível das mentalidades, foi também no caso português, um sinónimo de democracia.

A democracia tem por base a igualdade dos cidadãos perante a lei, com o direito de participação, o direito de expressão e apela à intervenção directa de todos os cidadãos, assentando em condições de liberdade e onde prevalece a opção expressa pela maioria dos votantes.

A existência da Constituição, escrita e elaborada pela assembleia constituinte eleita para o efeito - o chamado “primado da Lei” -, engloba os direitos fundamentais do cidadão, quer cívicos, quer sociais e políticos.

Conseguida tardiamente, em comparação com a maioria dos países da Europa Ocidental após a I Guerra Mundial, esta Constituição preconiza a separação dos poderes, a revisão judicial/jurisdição constitucional, os mecanismos de protecção dos direitos das minorias, a existência de vários órgãos do poder político electivo que se controlam mutuamente (cf. Freire, 2011: 26) dando corpo às estruturas essenciais dos regimes democráticos modernos. Sendo a democracia um regime político fundamentalmente aberto e dinâmico, os cidadãos devem manifestar-se livremente.

Porque em democracia os governantes representam o povo, deve haver uma correspondência entre os actos do governo e a vontade dos cidadãos que os expressam nas

urnas, uma vez que esperam dos governantes a implementação de práticas adequadas ao resultado expresso pela maioria dos votantes.

É com frequência através dos órgãos de comunicação social que nos chegam imagens e sondagens da insatisfação dos portugueses relativamente aos partidos e aos membros do governo.

Eduardo Lourenço (1991: 17) lembra *«a crise da representação faz parte do mecanismo democrático, qualquer que ele seja e não se vê como possa ser de outra maneira.»*. Este autor é de opinião que a actividade do actor político, a sua habilitação para a representatividade da vontade dos interesses dos representados é fundamental. Defende ainda que esta crise de representação está ligada à participação das massas na vida política. Os representados acabam por delegar nas máquinas partidárias, perdendo-se a essência da base ou seja, dos eleitores e acrescenta (1991: 23): *«Não são os partidos que são a essência da democracia, é a democracia que é a essência dos partidos. Onde existe a crise de representação é só o natural reflexo desta inversão de perspectivas.»*.

Por tudo isto, afirmamos que, numa democracia, as eleições constituem um acto fundamental para o exercício da cidadania, enquanto oportunidade, para que cada um se sinta representado e lhe seja concedido o correspondente grau de responsabilização na gestão da vida política.

Ao votarem, os cidadãos esperam ver realizados os programas que lhes foram enunciados, num quadro de gestão governamental traduzido em medidas e actos que, por um lado os afectem e, por outro, os defendam.

Perante este cenário axiomático, agregador de um conjunto de princípios aceites e reconhecidos, emerge em nós, tal como em Conceição Pequito Teixeira (*in* Freire e al. 2011: 270) uma pergunta inevitável: em que medida as democracias, bem instaladas, no seu normal percurso, se mostram incapazes, de mobilizar os cidadãos?

Num olhar rápido, podemos verificar, pelos dados das abstenções eleitorais, pelas várias sondagens, que actualmente os cidadãos se demarcam da vida política.

Começemos por referir que um pressuposto fundamental, numa democracia, é a configuração e o papel dos partidos políticos, uma vez que um dos princípios basilares da concepção da democracia é a igualdade partidária.

Conceição Pequito Teixeira (*in* Freire e al. 2011: 275) afirma que «*os partidos promovem a integração e mobilização política dos cidadãos, contribuem para a articulação e agregação dos seus interesses sociais e políticos /.../ e são responsáveis pela informação e formação da opinião pública/.../*».

Segundo esta autora, o desenvolvimento económico, a mudança nas classes médias, as transformações nos estilos de vida, o aumento da instrução e o acesso a variadas fontes de informação e comunicação, terão ajudado a esta situação. Por outro lado, os compromissos ideológicos são incipientes e com fraco poder de mobilização. Os partidos políticos actualmente (*in* Freire e al. 2011: 277) dão muita importância às características dos líderes em prol das campanhas eleitorais, cada vez mais sofisticadas, relegando a mobilização dos cidadãos e das organizações sociais para segundo plano. Focalizam a sua estratégia na área da comunicação política, apostando fortemente na imagem do líder. Imagem esta que, por vezes, se dilui e se sobrepõe à do próprio partido.

Ainda segundo a opinião da autora que vimos citando, o regime democrático tornou-se numa rotina (*in* Freire e al. 2011: 269). Aquilo que parece incontestável é que, se por um lado as pessoas desejam participar na vida política, por outro existem factores que conduzem à sua demissão por ocasião do acto eleitoral.

Se um dos pilares da democracia é a participação dos cidadãos, uma participação insuficiente enfraquece-a e debilita-a.

É verdade que actualmente existem eleitores mais conscientes, mais exigentes. Mas também os há menos tolerantes. E, não obstante esta realidade, levanta-se a questão de saber se os ideais e as práticas democráticas estão actualmente acompanhadas pela crescente desafeição ou erosão pela parte dos cidadãos frente às instituições e em concreto em relação aos partidos políticos.

Os dados dos Eurobarómetros, entre 2000 e 2008 (Conceição P. Teixeira, *in* Freire e al. 2011: 270/271), indicam em termos médios, que nos países democráticos da Europa

Ocidental e da Europa do Sul, os partidos políticos são a instituição política em que os cidadãos eleitores menos confiam (25% e 22%), respectivamente.

Em Portugal, os dados recolhidos dos cidadãos eleitores chegam aos valores de 50%, em relação ao governo e de 45%, no que refere ao parlamento.

Nas novas democracias da Europa de Leste, apesar da recente situação democrática, a confiança situa-se nos 13%. Em relação ao governo ficam nos 28%, e nos 24% quanto ao parlamento.

Ainda segundo os dados do Eurobarómetro (Conceição P. Teixeira, *in* Freire e al. 2011: 273) é possível constatar que os Portugueses demonstram um baixo nível de confiança nos partidos políticos (20%) que se situa abaixo das democracias da Europa do Sul (22%).

Sendo os partidos políticos, no contexto dos regimes democráticos, os veículos de transmissão entre o Estado e a sociedade, estes dados são curiosos.

As democracias modernas, como as conhecemos, não existem sem partidos e são, talvez, impensáveis sem eles.

Pippa Norris, no seu livro “A Virtuous Circle: Political Communications in Post-industrial Societies” (2000: 1) descreve que aumentaram as tensões entre os ideais e o desempenho das instituições democráticas, e que apesar de não haver uma “crise democrática”, muitos acreditam que nem tudo está bem nesta matéria, denotando uma certa desconfiança.

De acordo com estas ideias, também Conceição P. Teixeira (*in* Freire e al. 2011: 268) refere o interesse pelo estudo da baixa confiança política que actualmente os cidadãos manifestam perante as instituições políticas, conjugado com debates sobre a qualidade da prática democrática nas novas sociedades industriais. Vários autores explicam este factor como resultado das transformações das atitudes, comportamentos e valores devido á passagem das sociedades industriais para as sociedades pós-industriais. Estas características estão presentes no eleitorado português descontente, desconfiado e desinteressado. De notar que, apesar destas atitudes, os eleitores não põem em causa a legitimidade da democracia, somente o seu desempenho representativo e as instituições. Autores como Mariano Torcal, José Ramón Montero e ainda di Palma (1970) apelidam as actuais democracias como “*democracias desafectas*” (Conceição P. Teixeira, *in* Freire e al.

2011: 269). Segundo o próprio conceito de di Palma, na medida em que muitos cidadãos têm vindo a redefinir a sua relação com importantes elementos dos regimes democráticos contemporâneos.

Por outro lado, começamos a assistir à mobilização de pessoas, sobretudo jovens, através das redes sociais resultando formas menos organizadas, como movimentos, grupos e associações (cf. Braga da Cruz, 1995: 391). Mobilizações estas à margem dos partidos políticos, embora tardiamente alguns possam manifestar adesão.

1.3 A História e a democracia em Portugal

Portugal tem séculos de história desde a sua fundação, que o levam a percorrer várias mudanças. Uma das mudanças relevantes foi levada a cabo no dia 25 Abril de 1974. Foi um processo revolucionário e político que deu lugar à criação de um Estado democrático que conduziu ao fim de uma guerra colonial.

Podemos afirmar que, com este golpe de Estado, os Portugueses despertaram para a política.

A política deriva da palavra pólis (politikós) que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, sociável e social. Este termo expandiu-se depois de Aristóteles ter escrito o seu livro – Política – considerado, (cf. Norberto Bobbio, 2010: 954) como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado e as várias formas de Governo.

Podemos definir Política, segundo Diogo Freitas do Amaral (1998: 21) como a «*actividade humana, de tipo competitivo, que tem por objecto a conquista e o exercício do poder.*». Sendo, o poder «*a faculdade de mandar e a capacidade de se fazer obedecer*» (Amaral, 1998: 17).

Para certos autores, (cf. Amaral, 1998: 19) a Política é a arte de governar os povos.

Após este golpe de Estado, foi ainda necessário esperar algum tempo para que os cidadãos e os governantes se encontrassem numa nova ordem política.

A classe política desde Abril de 1974 alargou-se e tomou definitivamente o seu lugar.

O regime democrático foi naturalmente estabelecendo as liberdades tradicionais do mundo ocidental. Instalaram-se novas realidades com repercussões a todos os níveis e a sociedade portuguesa passou a ser plural.

António Barreto (1996: 110) indica que desde essa data, Portugal iniciou um período de vida sem presos por delito político, sem exilados e sem deportados, situação raríssima na sua história.

O Portugal desta época não parou de mudar profundamente desde o aspecto demográfico, às actividades culturais, passando pelas medidas de consumo e fê-lo rapidamente, segundo o autor acima referido (2002: 2).

A democratização da vida política levou à constituição de novos partidos e à consolidação dos já existentes.

Foram criadas as regras do sistema eleitoral conducente às primeiras eleições livres para a escolha de uma Assembleia com poderes constituintes para a elaboração de uma nova Constituição que substituísse a de 1933 e a enriquecesse com os mecanismos legais e democráticos. As eleições foram realizadas precisamente um ano depois, ou seja, no dia 25 de Abril de 1975.

Portugal, após a revolução de Abril, aprovou a constituição da República Portuguesa, nos seus moldes actuais, em Abril de 1976, a qual tem sido objecto de várias revisões. Um ano mais tarde, após o primeiro acto eleitoral livre, no dia 25 de Abril de 1976, realizaram-se, pela primeira vez, as eleições legislativas em Portugal num regime democrático em crescimento, mudança e abertura. Nesse mesmo ano, no dia 27 de Junho, ocorreram as eleições presidenciais e no dia 12 de Dezembro tiveram lugar, em todo o país, através de sufrágio universal, e dentro de um espírito de naturalidade democrático, as eleições autárquicas. É de salientar que só a partir de 1976, e pela primeira vez na história do país, os órgãos municipais foram eleitos por sufrágio universal.

Portugal aprovou uma Constituição e conseguiu repor a autoridade administrativa e legal constitucional; consolidando assim o regime democrático e parlamentar.

Brian McNair (2003: 17/18) identifica e define três características dum regime democrático: a constituição, a participação e a escolha. Todos estes aspectos ficaram estabelecidos em Portugal. Os cidadãos tinham uma constituição, podiam participar em eleições de uma forma livre, podiam fazer a sua escolha. Fizeram-na.

António Barreto (1996: 28) refere que após esta fundação democrática e o fim da guerra colonial seguiram-se dois novos factos de grande importância: a revolução social e a candidatura de Portugal à Comunidade Económica Europeia. A revolução social repercutiu-se na nacionalização de algumas empresas de vários sectores económicos.

Este autor identifica várias fases na mudança social em Portugal, uma delas a terceira fase (1996: 103) abrange o período de 1975 a 1985 e caracteriza-se pela profusão dos sistemas sociais. No sector da educação, estabelecem-se limites à escolaridade básica e o ensino superior duplica. Constituem-se várias pensões e abonos diversos. O serviço de saúde contempla várias consultas, assistência ao parto e apoio nas urgências hospitalares. Numa quarta fase, que o mesmo autor identifica de 1985 a 1995, salientam-se os primeiros anos de integração europeia, a consolidação dos sistemas de protecção ligados às pensões e vários subsídios, verificando-se por outro lado o início das dificuldades financeiras do Estado-providência. Portugal desenvolveu também rapidamente os seus padrões de crescimento e as suas aspirações; o consumo aproxima-se dos níveis dos países vizinhos, o país modernizou-se.

A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, veio trazer ao país um factor de progresso, de inovação, aprendizagem, abertura a vários níveis e uma segurança colectiva. A Europa era o símbolo da democracia parlamentar ocidental com a tradição de eleições livres e universais e ainda com a permanência de regimes governamentais de cariz civil com acesso à cooperação económica.

António Barreto lembra (1996: 218) que mesmo antes da revolução de 1974 o “horizonte europeu” era já um tema referido em diversos meios intelectuais e políticos, embora de um modo velado, como um modelo referencial económico e político a ser seguido.

Os cidadãos portugueses progressivamente descobriram os seus direitos vivendo-os, agora, no seu país, graças à democracia instaurada em Portugal com o 25 de Abril de 1974, passando rapidamente de sujeitos a cidadãos.

A ideia de cidadania transporta-nos até à Antiguidade, mais propriamente à Política de Aristóteles como a grande referência do ideal da cidadania ateniense. A cidadania grega expressava-se no direito e no dever de governar, assentes na qualidade do homem livre e na sua relação de pertença com a *polis*.

De um modo simples, a cidadania reporta-se ao cidadão que habita a cidade e é membro dessa comunidade. Segundo o Artigo 4º da Constituição Portuguesa, são cidadãos portugueses todos aqueles que, como tal, sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.

Cada cidadão adquire na sua vivência um conjunto de direitos e deveres e dispõe do espaço público e privado para o exercício da sua cidadania. Por espaço público referimo-nos à convivência, à socialização, à partilha de actividades e ao debate dos assuntos respeitantes à comunidade. Por espaço privado, referimo-nos ao espaço familiar, íntimo, circunscrito e pessoal.

Contudo, Manuel Villaverde Cabral (*in* Freire e al. 2004: 304) identifica o exercício da cidadania como a variável mais dependente dentro do sistema de interações sociais.

A participação activa na comunidade garante e dignifica a condição de cada cidadão na vida colectiva.

A participação plena numa comunidade vincula uma igualdade humana fundamental que não é incompatível com as desigualdades dos diversos níveis económicos da sociedade de que fazem parte.

A este propósito, João Carlos Espada refere no seu livro (1997: 264) “Direitos Sociais da Cidadania” que */.../ «as pessoas são livres e iguais enquanto cidadãos, podem ser livres e diferentes enquanto indivíduos.»*.

Para que os cidadãos exerçam a sua actividade política têm de ser-lhes conferidos direitos civis, isto é, direitos necessários à liberdade individual. Inclui-se, pois, a liberdade da pessoa humana, na sua expressão, nos seus pensamentos e na sua religiosidade; o direito de propriedade, o direito de celebrar contractos válidos e o direito à justiça. Os direitos políticos traduzem-se no direito de celebrar contractos válidos e no direito à justiça.

As premissas da igualdade e da liberdade estão incluídas na democracia num estado de direito, como o de Portugal após a revolução de Abril de 1974, sendo a participação dos cidadãos nas decisões políticas governativas do seu país um dos elementos fundamentais da cidadania, e deste regime político. É através desse exercício que os cidadãos livres e de pleno direito são chamados a tomar parte das decisões políticas. É essa a possibilidade de intervir, i.e., de poderem participar nos diversos actos eleitorais, nas manifestações, nos protestos.

A cultura da participação política dos portugueses, por força do percurso histórico-político do país, só se começa a sentir a partir de 1974.

Manuel Braga da Cruz é de opinião (1995: 300) de que houve uma explosão da participação no período de transição revolucionária, entre 1974 e 1976, que demonstrou ser apenas uma súbita descompressão social e política e não uma mudança sólida de atitudes e comportamentos.

Nos primeiros anos de democracia o comportamento dos Portugueses foi de uma maior adesão, quer a nível eleitoral, quer sindical ou mesmo partidária. Este comportamento foi revertendo a partir de 1983.

Segundo José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria (*in* Freire e al. 2007: 91), existem novos dados explicativos da lógica dos processos sociais e políticos que têm por base um novo modelo de cidadão com outro comportamento político.

Estes autores invocam várias explicações possíveis: menos intervenção do Estado-providência; transformação do próprio Estado-providência; maior poder das instituições e corporações da sociedade civil em comparação com o poder político eleito e mudança cultural face à política.

Referem ainda, para a verificação de factores determinantes da participação eleitoral, variáveis como: o “*habitat*”, a “idade”, o “nível de escolaridade”, a “situação conjugal”, a “situação face ao trabalho”, a “frequência de práticas religiosas”; a “satisfação com o funcionamento da democracia”, o “interesse pela política”, a “proximidade a um partido político” e a “saliência da identidade ideológica”.

Igualmente de relevo, ainda segundo os autores acima referidos (*in* Freire e al. 2004: 221), parece ser a lealdade a um partido, contrariando a “desafeição” dos cidadãos face ao sistema democrático. Isto, para além das várias transformações sociais, económicas, culturais e outras que Portugal tem atravessado após o 25 de Abril de 1974, e que reflectem novos desafios a nível democrático que acabam por se corporizar na participação política da população.

Outros factores de grande importância são a comunicação social com o seu efeito sobre os eleitores e as campanhas eleitorais, cujas transformações têm sido significativas ao longo das várias campanhas.

1.4 A Abstenção: contornos para uma resposta possível

A abstenção eleitoral é, e continua a ser, fonte de vários estudos, de debates e de preocupação não só em Portugal, como em todos os países com regimes políticos democráticos. O crescimento da abstenção constitui a face mais visível do comportamento eleitoral dos cidadãos, e é revelador de desinteresse, nomeadamente da classe jovem, na participação política do país.

É um fenómeno preocupante mas, apesar de tudo, Portugal situa-se relativamente ao abstencionismo eleitoral (cf. Freire e Magalhães 2002: 28), numa posição hierárquica intermédia a nível internacional.

No nosso país e em outras democracias ocidentais tem-se verificado uma tendência para o aumento da abstenção eleitoral (2002: 41) acentuada nos anos 90 comparativamente com a década de 70 (2002: 43). As menores taxas de abstenção encontram-se nos países democráticos onde o voto eleitoral é obrigatório (2002: 29), como a Austrália, Grécia, Bélgica e Luxemburgo.

Em Portugal, como só tardiamente se verificaram eleições livres, a abstenção acentuou-se a partir de 1983. O carácter inovador da revolução de 25 de Abril de 1974 levou o povo português a votações massivas, sobretudo na de 25 de Abril de 1975. O nível abstencional

elevou ligeiramente nas eleições de 1976, mas é nas eleições de 1983 que os níveis da abstenção se situaram nos 20% (2002: 53) e nunca mais pararam de subir.

As últimas eleições presidenciais e as legislativas de 2011, no nosso país, vieram confirmar o carácter problemático da abstenção.

Nas eleições presidenciais de 23 de Janeiro de 2011, para a reeleição do Presidente da República, a abstenção situou-se nos 53,48%¹ comparando com as presidenciais de 14 de Janeiro 2001 (para a reeleição do anterior Presidente) que ficou pela primeira vez acima dos 50%, mais precisamente 50,29%², segundo os dados do CNE. Podemos mesmo verificar, segundo os resultados apurados, que das eleições presidenciais, desde 1976, esta última, a de 2011, foi a que obteve maior abstenção.

O mesmo fenómeno passou-se nas eleições legislativas de 27 de Setembro de 2009, em que segundo revela o CNE a abstenção foi de 40,32%³. Nas eleições legislativas de Junho de 2011, a abstenção situou-se nos 41,97%⁴, de acordo com a mesma fonte.

Estes dados parecem conduzir-nos à existência de um desfazamento entre eleitores e políticos.

É também de realçar que nos cálculos da abstenção e de acordo com os estudos realizados por André Freire e Pedro Magalhães (2002: 22) pode o número de indivíduos inscritos no RE (Recenseamento Eleitoral) estar sobredimensionado, devido a óbitos não abatidos ou duplas inscrições causadas por mudança de morada.

Segundo estes autores (2002: 30), a taxa média de abstenção aumenta quando é considerado como universo o conjunto de residentes com idade de votar, em vez do conjunto dos inscritos no Recenseamento Eleitoral. Isto, devido ao facto de muitos jovens atingirem a idade para exercerem o seu voto, sem no entanto procederem ao Recenseamento Eleitoral, que é a condição básica para o exercício do voto eleitoral.

¹ <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=23&mes=01&ano=2011&eleicao=pr>,

² <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=14&mes=01&ano=2001&eleicao=pr>

³ <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=27&mes=09&ano=2009&eleicao=ar>

⁴ <http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=05&mes=06&ano=2011&eleicao=ar>,

A “abstenção técnica” *«é a designação geralmente utilizada para a sobre contabilização oficial do contingente de abstencionistas resultantes da “inflação” do número de inscritos no Recenseamento Eleitoral.»* (2002: 23)

Embora não queiramos neste trabalho detalhar as diferenças entre a abstenção oficial e a real, não podemos deixar de vincar que existe uma diferença entre a abstenção eleitoral verificada a partir do Recenseamento Eleitoral e a abstenção eleitoral tendo como universo os residentes no país com mais de 18 anos.

A abstenção também difere com o tipo de eleições. As eleições legislativas e as presidenciais tendem a ser as mais votadas. As menos votadas são as eleições para o Parlamento Europeu, seguindo os referendos esta mesma linha. Nas eleições para o Parlamento Europeu e, comparativamente, com os outros países da União Europeia, a situação de Portugal é semelhante à dos outros países membros, com excepção, para os países com voto obrigatório (2002: 61).

Curiosamente, a proximidade e os interesses dos cidadãos nas eleições locais não é o suficiente para os incitar ao voto neste tipo de votações. Verifica-se que os cidadãos participam em maior número nas eleições directamente ligadas ao sistema político em geral (2002: 85).

Esta situação levou-nos a reflectir pelo facto de numa primeira análise nos parecer que os eleitores pudessem aderir mais facilmente ao voto em quem lhes é mais próximo, como por exemplo, os presidentes das juntas de freguesia ou dos municípios. Pensamos ainda que num contexto rural ou de pequenas cidades o contacto entre eleitores e candidatos é mais estreito, o que poderia facilitar a adesão ao voto. No entanto, as estatísticas mostram-nos o contrário, i.e., que os eleitores reagem votando em maior número nas eleições legislativas e presidenciais. Esta situação leva-nos a pensar que os eleitores quando são chamados a votar valorizam em primeiro lugar o governo do país.

E porque é que se verifica este crescente aumento da abstenção eleitoral? Estará a abstenção associada às desigualdades sociais e económicas, ou com a falta de identificação com a oferta, com os valores pessoais ou ainda com a insatisfação com as instituições, ou com o que nos chega da comunicação social, ou mesmo com a desafeição pela política no

seu todo? Será que a percepção antecipada do governo ou os dados das sondagens, dissuadem os eleitores ou haverá, de facto, um desinteresse crescente pela *res pública*?

O que motiva os cidadãos numa situação de absoluta igualdade e secretismo a não responderem civicamente, a não participarem na sociedade de que fazem parte, a não responderem ao apelo do país que habitam e que é o deles?

Como do ponto de vista social a abstenção é reprovada, uma vez que é um não cumprimento de um dever cívico, os cidadãos têm alguma relutância em revelá-lo (2002: 131) facto este que dificulta o estudo do tema.

Desde o primeiro trabalho elaborado por Paul Lazarsfeld (*The People's Choice, How the voter makes up his mind in a Presidential Campaign*), em 1948, que o comportamento eleitoral tem sido objecto de sucessivos estudos, pretende-se entender a atitude dos eleitores perante o voto.

O comportamento eleitoral numa aproximação a André Freire é basicamente um acto individual embora se enquadre nos aspectos social, político e institucional com consequências para o todo social. São os cidadãos que avaliam os governos, o desempenho dos candidatos e dos partidos. São eles igualmente que irão ou não votar nos candidatos, exercendo o seu direito de escrutínio.

As desigualdades sociais e económicas podem-nos indicar alguns dados explicativos da abstenção. Almond e Verba (1963; Verba e Nie (1972); Wolfinger e Rosenstone (1980); Brady, Verba e Scholzman (1995); Freire (2001a) concluíram que o nível de instrução e as competências educacionais e cognitivas, assim como os níveis de rendimento e o estatuto social estão associados à participação eleitoral (2002: 121). Votar requer compreensão de conceitos políticos, informação e disponibilidade de tempo. Condições estas presentes quando os eleitores já têm satisfeitas as suas necessidades básicas. A integração social é muito importante. O desemprego pode levar à indiferença e ao desinteresse. Se o cidadão se sentir integrado colabora no sistema produtivo, sente-se envolvido e participa com naturalidade na comunidade.

Outro factor explicativo é o ciclo de vida. Os indivíduos mais jovens que não integraram ainda o mercado de trabalho e dependentes economicamente dos pais reagem com

desinteresse ao sistema político. Esta constatação não é nova e é observável desde as eleições de 1983 (cf. Ana Espirito Santo e Michael Baum *in* 2007: 136), em ambos os sexos.

Para Manuel Braga da Cruz, (1995: 319) a juventude é do ponto de vista sociológico do termo «*uma realidade social intermédia e transitória, que decorre entre a infância e a maturidade, entre a dependência e a emancipação social.*».

A situação económica em que o país está envolvido tem contribuído para o prolongamento da estadia dos jovens no seio da família de origem, uma vez que não conseguem independência económica nem espaço habitacional próprio. A família tem, por isso, um papel integrante a nível social mais alargado no tempo e mais marcante. Podemos entender nesta socialização a interiorização de normas associada ao aspecto comportamental que integram a orientação política, o seu envolvimento e participação.

Do outro lado do ciclo da vida, ou seja, a faixa que contempla os mais idosos é também onde se verifica uma menor adesão. A explicação reside no facto de se encontrarem limitados por circunstâncias várias o que ocasiona que se desliguem politicamente, por vontade própria ou inconscientemente. Esta faixa etária não chega porém a atingir os níveis elevados da abstenção juvenil (2007: 136).

O que nos leva a equacionar que uma população menos envelhecida, mais instruída e com maiores rendimentos encontra-se mais desperta, mais motivada e participativa no exercício do voto eleitoral.

A mobilização política, seja ela através de movimentação ou recrutamento, faz-se sempre em torno de valores (cf. Braga da Cruz, 1995: 390). Os valores morais, no nosso entender, consolidam a vida pessoal e familiar. Hoje é consensual que as famílias encontram-se estruturadas de diversas formas. Queremos, contudo, acreditar que a família, mesmo num contexto global, continua ser a base de ensino dos valores. As tradições e as culturas mudam, transformam-se, modificam-se. As crises de valores não são só próprias da nossa sociedade. Já Marx, Nietzsche ou Freud teceram considerações sobre estas questões. A palavra valor, como lembra Patrick Viveret (2011: 50/51) designa a força da vida em todas as línguas latinas e deu origem a numerosas palavras derivadas, como coragem na língua espanhola. Este autor é de opinião de que o valor como força de vida é hoje objecto de uma

redução e de uma posse quase exclusiva da dimensão económica de valor, porque hoje serve a economia e a criação de valor, por exemplo para os accionistas. Esta dimensão afasta-se do valor como força de vida. Este autor aconselha a que nos reapropriemos democrática e semanticamente das palavras valor e riqueza, porque a redução economicista destes termos impede-nos de vermos a verdadeira riqueza das nossas vidas. Refere ainda (2011:51), lembrando Karl Polanyi, que a transformação das economias actuais reside na passagem de sociedades em que o que tinha valor não tinha preço para sociedades em que o que não tem preço não tem valor.

É pois, nosso entender, que apesar das transformações sociais e económicas contemporâneas a existência de valores morais estrutura e dá solidez ao ser humano. Os valores incutem normas de conduta como o de respeito, a honestidade, a responsabilidade, entre outras, que canalizam e integram o ser humano na sociedade. Se estes valores estiverem presentes no cidadão eleitor naturalmente este saberá responder em cada acto eleitoral.

Em 2001, foi feito um inquérito em 32 países, na União Europeia, sobre os valores sociais europeus. Manuel Villaverde Cabral (*in* Freire e al., 2004: 305) revela que os resultados portugueses são inferiores aos da maioria dos países da área geocultural. Do inquérito somente 12,3% dos Portugueses responderam sentir confiança interpessoal e social, situando-nos em penúltimo lugar. O capital de confiança social da Dinamarca ou da Suécia é cinco vezes superior ao caso português. A confiança social e a confiança política revelam-se de forma indiferenciada e atravessam toda a sociedade. Este autor revela (*in* Freire e al., 2004: 307) que, de entre os principais factores sociodemográficos, somente a prática religiosa parece estar fracamente associada à confiança política. Parece haver uma associação entre a diminuição da confiança política e a quebra de prática religiosa.

Manuel Braga da Cruz (1995: 127) é de opinião de que os católicos têm um direito e um dever reforçado de participação, uma vez que devem sentir o apelo da caridade e da realização do bem comum e a estes sacrificarem os legítimos interesses pessoais. A participação na vida pública é uma exigência para os católicos, (1995: 129/130) não só em termos especificamente políticos, mas também sociais e culturais, e para a qual os partidos e os movimentos se apresentam como os instrumentos e os espaços privilegiados.

Este autor salienta (1995: 303) a importância da perda de confiança nas instituições, sobretudo as de decisão política. Este factor é também comum nos outros países europeus. A participação política tem vindo a decrescer, indicando que os Portugueses, depois dos primeiros anos do regime democrático, são menos participativos. Acrescenta ainda que a participação eleitoral tem vindo a caracterizar-se por duas grandes tendências: o aumento do abstencionismo e o da volatilidade eleitoral (1995: 308).

Vários autores, como Downs, 1957; Brady, Verba e Schlozman 1995; Franklin, 1996; Subileau, 1997; Pattie e Johnston, 1998; Heath Taylor, 1999 e ainda Freire, 2001a, capítulo 3, (*in* Freire e Magalhães, 2002: 68) são de opinião que uma parte significativa do eleitorado actua de acordo com a conjuntura eleitoral, isto é, o seu comportamento estratégico identifica-se com o modelo do eleitor racional.

A Teoria da Escolha Racional referida por Eduardo João Moro (2009: 6/21), explica que, perante um escrutínio, os eleitores agem de acordo com a sua própria razão, com o fim de atingir os melhores objectivos. Os eleitores detêm a capacidade de prever o resultado dos seus actos, calcular e decidir sobre a melhor escolha. Também Anthony Downs (cf. Moro, 2009: 10) defende a ideia de que os cidadãos votam no partido que pensam trazer-lhe mais benefícios.

Em sintonia com a diminuição da participação eleitoral está a inscrição partidária, que foi mais intensa na década de 80 (cf. Braga da Cruz, 1995: 314). As inscrições partidárias intensificaram-se após o 25 de Abril, sobretudo nos partidos de esquerda. Com a estabilização política da década de 80, resultou a diminuição das inscrições partidárias e aumentou, por outro lado, o carácter flutuante no eleitorado (1995: 315).

Manuel Braga da Cruz afirma que a percentagem dos interessados e informados na política é mais baixa em Portugal do que no resto da Europa. Segundo estudos de Sheena, Asford & Noel Timms, citados pelo autor acima referido (1995: 315), em Portugal existem 7% de interessados em política enquanto que nos restantes países da zona europeia - com excepção dos países latinos e Irlanda - o nível de interesse é de 10%.

Talvez possamos constatar que há um menor interesse na informação política possivelmente explicada pela crise de ideologias e pela falta de consistência da actuação dos líderes.

Com um peso significativo temos ainda os abstencionistas por falta de decisão política. James Stanyer (2007: 40) é de opinião de que há muito pouca reciprocidade entre os representantes e os representados em período de campanha que pode ser essencial. Isto é, poucos candidatos ou partidos se dirigem aos eleitores que estão indecisos. Não chega a haver qualquer incentivo, para além do serviço cívico, que lhes permita envolver-se e ir votar. É apenas uma minoria relativa, dos indecisos ou do eleitorado “marginal”, que acham que o seu papel é muito mais do que um espectador. A audiência que não está no estado de indecisos e que não é alvo nas campanhas é, muitas vezes, auto-excluída do processo.

Capitolo II

2 Estrutura do estudo e grelha operacional de investigação

2.1 Objectivos

A presente investigação teórico-empírica tem como principal finalidade entender o modo como os jovens participam na política em Portugal.

Pretendemos, através dessa análise, verificar:

- Os factores que intervêm no acto de votar, como no de não votar;
- Porque se abstêm em actos eleitorais;
- Porquê e como participam em manifestações de massa.

2.2 A incidência do estudo

Conhecer os níveis de intenção de voto, a intenção de não votar, a abstenção, e o voto ou não voto efectivo, constituiu o âmbito sobre a qual incidiu o presente estudo. O número de pessoas inquiridas nos Barómetros lançados pelo CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião) da Universidade Católica Portuguesa, constituiu a nossa amostra disponível, numa tentativa de identificar o modo com prevêm posicionar-se perante diferentes actos eleitorais. Foram registadas as respostas em três momentos diferentes: meses de Maio, Junho e Setembro de 2011. O número de inquiridos válidos obtidos pelo CESOP, que constituem as nossas amostras, nos três Barómetros de 2011 é o seguinte:

- Barómetro de Abril: 1288 respostas válidas, com margem de erro máximo de 2.7% e um nível de confiança de 95%;
- Barómetro de Maio: 1370 respostas válidas, com margem de erro máximo de 2.6%, e um nível de confiança de 95%;
- Barómetro de Setembro: 1457 respostas válidas, com margem de erro máximo de 2.6%, e um nível de confiança de 95%.

No que respeita às questões colocadas, para conhecer o nível de motivações que determinam a participação em manifestações colectivas de massas, o número de pessoas inquiridas, foram as abrangidas no Barómetro de Fevereiro de 2012, também lançado pelo CESOP, como já foi dito. A amostra foi assim, constituída por 978 inquéritos válidos, com margem de erro máximo de 3.1%, e um nível de confiança de 95%.

Os dados obtidos pelo CESOP através das suas rigorosas técnicas de recolha, são comprovadamente dignos de confiança, com elevada credibilidade e abarcam um universo que só por nós próprios nunca conseguiríamos recolher.

A observação directa foi por nós registada fotograficamente nas manifestações de 20, 22 e 31 de Março de 2012, em populações não quantificáveis.

Pese embora o facto dos Barómetros do CESOP direccionarem as perguntas dos questionários para âmbitos mais abrangentes, considerámos que, para satisfazer o objectivo deste estudo sobre os motivos que levam a participar em manifestações colectivas, bastaria que:

- Da população abrangida, fossem desagregados os elementos relativos aos jovens entre os 18 e os 35 anos de idade;
- Do leque de perguntas formuladas sobre manifestações colectivas, pretendemos apenas conhecer as opiniões desses jovens, tendo em conta o género e o nível de habilitações académicas.

A amostra da reportagem fotográfica que efectuámos, pelo próprio contexto em que decorreu a observação directa, não é suficientemente extensiva para ilustrar uma cadeia categorizada de significados. Também não permite construir um modelo explicativo da dinâmica de comportamentos. Permitiu, sobretudo, proceder a um ensaio empírico, através de uma captação rápida de imagens, e assim:

- Identificar comportamentos avulsos, numa heterogeneidade de indivíduos, envolvidos na mesma situação;
- Encontrar alguma similaridade desses comportamentos (absorvidos ou treinados) em indivíduos na mesma situação.

2.3 Grelha Operacional de Investigação

2.3.1 A pergunta de partida

Formulámos a seguinte pergunta de partida:

- Em que medida a situação contextual dos jovens influencia o grau de participação na vida política?

A formulação desta pergunta deve-se ao facto de pensarmos que existem factores que condicionam ou estimulam o envolvimento cívico dos jovens no processo político. O caminho a percorrer, pela investigação, permitir-nos-á confirmar ou infirmar as hipóteses de trabalho que a seguir enunciámos.

2.3.2 As hipóteses de trabalho

1ª Hipótese: As habilitações, a situação de trabalho, a vida de família são factores que interferem na opção do voto dos jovens.

2ª Hipótese: As motivações pessoais influenciam o modo como os jovens expressam a sua forma de participação na política.

2.3.3 Dimensões e indicadores norteadores do estudo

Utilizámos as dimensões e os indicadores usados nos Barómetros de Abril, Maio e Setembro de 2011, registando os seguintes parâmetros:

| Dimensões | Indicadores |
|-------------------------|---|
| Familiar | Solteiro/casado civilmente/casado por uma igreja/junto vivendo com companheiro/separado, divorciado. |
| Habilitações Académicas | Menos do que a 4ª classe/ 4ª classe antiga, 6ª classe ou ciclo preparatório recentes/5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano/ 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio/frequência da universidade ou bacharelato/licenciatura, mestrado ou doutoramento. |
| Socioprofissionais | Sem ocupação profissional/trabalha em casa/empresário/trabalhador por conta própria/trabalhador por conta de outrem. |

Para as perguntas inseridas no Barómetro de Fevereiro de 2012, servimo-nos dos parâmetros abaixo:

| Dimensões | Indicadores |
|------------------|--------------------------|
| Motivacionais | Género (Sexo). |
| | Habilitações Académicas. |

2.3.4 Métodos e técnicas utilizados

Recorremos, para realizar o presente estudo, aos seguintes métodos:

- Método de Pesquisa Intensiva através da técnica de questionário com perguntas pré-codificadas de âmbitos qualitativo e quantitativo;
- Método de Pesquisa Documental;
- Observação Participante.

Estes métodos conduziram-nos a resultados diferentes, mas complementares, no quadro de análise que nos propusemos.

O primeiro permitiu-nos conhecer a situação familiar, profissional e académica de um vasto número de indivíduos perante actos eleitorais. Tivemos com este método a possibilidade de trabalhar vários dados e, deste modo, proceder a diversas análises de correlação. No entanto, queremos salvaguardar o facto da representatividade deste método

não ser absoluta, uma vez que se encontra limitada por uma margem de erro. Esta margem de erro deve-se ao facto de haver inquiridos que não responderam à totalidade das perguntas. Na técnica de questionário foram feitas perguntas fechadas de modo que os entrevistados escolheram as respostas mais adequadas de entre as que lhes foram apresentadas.

Procedemos depois a uma análise estatística dos dados obtidos do inquérito por questionário que nos permitiu, através de um tratamento quantitativo, comparar as respostas globais das diversas categorias sociais e registar as correlações entre as variáveis.

2.3.4.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental assumiu duas facetas: a análise estatística de dados, fornecidos pelo CESOP e a pesquisa bibliográfica.

Começamos pela pesquisa com base em estatística:

Como já foi dito, servimo-nos dos dados que nos foram disponibilizados pelo CESOP relativos aos Barómetros de Abril, Maio e Setembro de 2011 e ainda das perguntas inseridas no Barómetro de Fevereiro de 2012.

Quanto à pesquisa bibliográfica permitiu a revisão teórica efectuada.

Fundamentámo-nos numa bibliografia muito alargada que se encontra mencionada ao longo do trabalho; em nota de rodapé e sistematizada no final deste trabalho.

2.3.4.2 A observação participante

Realizámos observação directa, com base num registo visual e fotográfico das manifestações de 20, 22 e de 31 de Março de 2012. Tentámos através deste método captar

os comportamentos dos manifestantes numa óptica não-verbal, verificando a relação com o corpo, os traços culturais, a organização espacial entre os indivíduos. Analisámos os cartazes e os *slogans*. Captámos esses momentos fotograficamente para sustentarmos e analisarmos a apreensão desses comportamentos comunicativos e as atitudes que caracterizam o modo como os jovens se posicionam aquando da sua participação em manifestações colectivas do decorrer da manifestação.

Raymond Quivy (2003: 199) a propósito deste método de investigação através da observação directa refere «*É mais fácil mentir com a boca do que com o corpo.*».

Este método foi usado como complemento ao procedimento estatístico trabalhado a partir das respostas cedidas às perguntas inseridas no Barómetro de Fevereiro de 2012 acerca da participação em eventos de massa.

Procurámos que, a conjugação dos métodos utilizados, para além dos resultados a que chegámos, constitua um exercício que nos enriqueceu enquanto investigadora e, que permitiu:

- Conhecer, a partir do diálogo entre investigador e a realidade/objecto da pesquisa;
- Proceder a uma apreciação sequencial e explicativa dos comportamentos, segundo quadros de referência teóricos seleccionados para esta pesquisa.

Capítulo III

3 Revisão teórica de enquadramento

Os parâmetros que nortearam o presente estudo, em matéria de dimensões e indicadores da pesquisa a efectuar, encontraram-se suportados na escolha que fizemos sobre algumas questões de carácter conceptual, neste caso: a motivação, os processos de comunicação.

Apesar da liderança política não ter sido considerada nas dimensões e indicadores que constituímos para a pesquisa de terreno, a aceitação ou rejeição do estilo de liderança, influencia inevitavelmente as escolhas políticas e o empenhamento ou desinteresse dos cidadãos nas suas atitudes e opções. Daí que, salvaguardando, o que acabamos de afirmar, faremos algumas reflexões sobre o conceito, na perspectiva de alguns autores.

Passaremos agora a apresentar as reflexões a que estas diferentes vertentes nos conduziram, para, oportunamente, procedermos à sua aplicabilidade, face aos resultados a que chegámos.

3.1 Motivações e necessidades

A motivação está na base de qualquer actividade humana. A questão que se relaciona com participação política não faz disso excepção. A motivação é geradora do acto ou da acção, e, no caso específico deste trabalho, a motivação é o expressar-se politicamente.

Murray (1983: 20) classifica o motivo como «*um factor interno que dá início, dirige e integra o comportamento de uma pessoa.*» Refere ainda que o motivo pode ser dividido em impulso e objectivo (1983: 20/21). Embora o impulso possa ser influenciado pelo ambiente externo ele diz respeito ao interior do indivíduo e conduz à acção. O objectivo, uma vez alcançado deverá conduzir a novas procuras e novos motivos.

Este autor (1983: 119) classifica as motivações em intrínsecas e extrínsecas, uma vez que todas as actividades ou acções podem ser aprendidas e desempenhadas para a obtenção de uma recompensa. Uma recompensa extrínseca à acção pode ser intrinsecamente compensadora, na medida em que pode dar satisfação, prazer ou outro tipo de recompensa.

No entanto, todas as motivações que existem no ser humano podem ser adquiridas ou despertadas pela necessidade de atingir certos objectivos.

João Bilhim (2008: 317) define esta necessidade «*como um estado de espírito interno que faz com que certos resultados apareçam como atractivos ao sujeito.*».

Um determinado comportamento que provoca uma acção pode ter vários motivos, tendo na sua base necessidades, desejos ou expectativas. As Teorias de Conteúdo explicam-nos esses motivos. As Teorias de Processo e as Teorias de Resultado pretendem demonstrar que é a motivação que orienta o comportamento. A liderança, a estrutura ou o reforço são também vertentes a ter em conta.

A motivação, de acordo com Pina e Cunha (2004: 202), é um processo sequencial, iniciando-se com o estímulo, o esforço, passando pelo desempenho, a valorização, recompensa e terminando com a satisfação e o compromisso (teoria da expectativa). Existem várias teorias da motivação que nos explicam o seu efeito no comportamento humano e as respectivas consequências.

A teoria da motivação mais conhecida é, talvez, a “hierarquia das necessidades” de Abraham Maslow (1954), mas não podemos deixar de mencionar outros autores como, Herzberg (1959), Vromm (1964), McClelland (1969), Alderfer (1972), Hackman (1980), Locke (1984) ou Andreas (1995).

De acordo com Abraham Maslow, o homem tem vários tipos de motivos, que vão desde os motivos inferiores aos superiores. Estão organizados numa sequência que corresponde ao nível evolucionário do motivo.

Para Maslow, cada indivíduo possui cinco tipos de necessidades:



Figura 1 - Pirâmide de Maslow⁵

1 - Necessidades fisiológicas: são as necessidades básicas ou fisiológicas que estão relacionadas com a sobrevivência. Constituem o nível mais baixo das necessidades humanas, porém são de importância vital. Têm a ver com a fome, sede, sono, abrigo ou sexo.

2 - Necessidades de segurança: estabilidade em relação a ameaças físicas e emocionais. Podem ir desde a necessidade de se sentir seguro em casa, a outras formas de segurança, como ter um emprego com estabilidade; uma religião; necessidade de afeição, de amor; e sentimento de pertença como o carinho.

3 – Necessidades sociais ou de associação: a aceitação da amizade, o reconhecimento das nossas próprias capacidades e o reconhecimento dos outros em relação às nossas

⁵ In http://www.google.pt/imgres?q=hierarquia+das+necessidades+de+maslow&hl=pt-PT&sa=X&biw=1366&bih=596&tbn=isch&prmd=imvns&tbnid=9eqIxTjFweOFCM:&imgrefurl=http://qvtfesp.blogspot.com/2010/11/qvt-piramide-de-maslow.html&docid=gaNLez7i0q8nIM&imgurl=http://4.bp.blogspot.com/_sD0P3IRD4Ys/TNQPj2qaJ1I/AAAAAADY/ZryqLssUA0M/s1600/maslow.jpg&w=457&h=364&ei=LOTxT_fzI8SmhAecov2YDQ&zoom=1&iact=hc&vpx=707&vpy=142&dur=8614&hovh=200&hovw=252&tx=138&ty=142&sig=103581700375808578796&page=1&tbnh=123&tbnw=154&start=0&ndsp=21&ved=1t:429,r:4,s:0,i:83

capacidades. Têm ainda a ver com o afecto e o amor. Quando estas necessidades não estão satisfeitas podem conduzir a falta de adaptação social, à hostilidade e à solidão.

A partir deste nível de necessidades desenvolvem-se sentimentos de afiliação, de integração organizacional e de procura de valorização.

4 – Necessidades de auto estima: procura de oportunidades para a execução de projectos. É a necessidade instintiva do indivíduo para demonstrar as suas capacidades e que espera ver recompensa e reconhecimento dos outros; desejos de respeito próprio, e de realização pessoal, bem como de procura de prestígio. Estas necessidades estão relacionadas com o modo como o indivíduo se vê e se avalia. Quando estas necessidades não estão satisfeitas podem levar ou desamparo.

5 – Necessidade de Auto-realização: crescimento pessoal e realização individual. Procura realizar os objectivos e projectos e de valorizar o seu potencial e criatividade. Estas necessidades humanas correspondem às mais elevadas na pirâmide de Maslow e, por isso, estão no topo da cadeia. Enquanto as anteriores necessidades podem ser completamente satisfeitas, esta necessidade revela uma procura incessante.

Quando estas necessidades não estão satisfeitas podem levar à frustração ou desencanto. Em relação ao nosso estudo a não satisfação destas necessidades pode levar à desmotivação, a um desinteresse pela vida, que por sua vez poderá vir a reflectir-se na desafeição política, na falta de interesse, na abstenção ou na falta de participação política em geral.

Este autor defende que as necessidades são motivadoras enquanto não estão satisfeitas. Uma vez satisfeitas deixam de o ser. Só surgirão novas motivações se as necessidades de nível inferior forem satisfeitas, ou seja, cada vez que uma necessidade inferior é satisfeita, a imediatamente acima torna-se imperiosa. Para Maslow, existe uma diferença entre a satisfação interna (necessidades fisiológicas) e a externa (necessidades sociais, de estima e de auto-realização). O indivíduo só se sentirá estimulado pelas necessidades de estima quando as necessidades fisiológicas estiverem satisfeitas.

Estudos e teorias posteriores têm vindo a evidenciar alguma inconsistência nestes pressupostos, porquanto, de facto se sabe que nem sempre se verifica uma relação tão linear na satisfação das necessidades, como o autor preconizou.

David McClelland (1969) criou uma nova teoria baseada em três níveis de motivos: realização, poder e afiliação. O entendimento da motivação reside no conhecimento das necessidades individuais. O autor defendeu que todos os indivíduos conjugam estas três necessidades, porém existe uma que prevalece em relação às outras.

A necessidade de realização é caracterizada pelo estabelecimento dos seus próprios objectivos; pelo alcance de metas moderadamente difíceis, embora alcançáveis; pelo desejo de sucesso. Preocupam-se mais com a gratificação interior do que com as recompensas externas que o sucesso possa trazer, procuram continuamente melhorar as suas tarefas, necessitam de obter reconhecimento do grupo.

A necessidade de poder leva a que os indivíduos sintam uma grande avidez por situações de influência e domínio; estes gostam de ser responsáveis pelos outros e de ter autoridade sobre eles. Bilhim (2006: 324) refere que as posições hierárquicas elevadas podem estimular a subida da necessidade de poder. Procuram posições de gestão ou liderança, altamente competitivas e gostam de manter posições de prestígio e controle.

A necessidade de afiliação vem da vontade de criar amizades, de cooperação, da interacção comunicacional e da aceitação dos outros. Estes indivíduos têm necessidade de desenvolvimento relacional com colegas e procuram apoios; gostam do trabalho de grupo, valorizam a cordialidade e a interacção comunicacional.

Cayton Alderfer (1972) comparou a teoria das necessidades com a investigação empírica e defende que existem três grupos de necessidades essenciais: a existência, a relação e o crescimento. As necessidades respeitantes à existência englobam as duas primeiras defendidas por Maslow, as fisiológicas e as de segurança. As ligadas à relação englobam a vontade de criar e manter relações interpessoais, as necessidades sociais e de auto-estima. Este autor integra as necessidades relativas ao crescimento e ao desenvolvimento pessoal no mesmo nível da auto-estima e da auto-realização apontadas por Maslow. Alderfer defendeu que a frustração de necessidades de um nível elevado pode conduzir ao retorno das necessidades de nível inferior, mesmo que estas anteriormente já tenham sido

satisfeitas. Alderfer com a sua Teoria ERG (Existence/Relatedness/Growth) veio dar uma contribuição mais flexível à Teoria das necessidades de Maslow.

Edwin Locke (1968) veio defender, na Teoria da Fixação de Objectivos, que a fixação de objectivos constitui a maior fonte de motivação (cf. Bilhim, 2006: 327). A grande motivação para este autor é o desejo de alcançar os objectivos que, quanto mais difíceis se apresentam, maior é a força motivadora. Deste modo, os objectivos específicos aumentam a realização e os objectivos difíceis, uma vez aceites, resultam numa realização mais profunda do que a dos fáceis. Defende também que o reconhecimento leva a uma maior realização do que a sua ausência. Este autor é de opinião de que as pessoas concentram os seus esforços tendo em vista os objectivos de modo a alcançar metas específicas. Estas metas devem ter as características necessárias para provocar motivação e estarem de acordo com os valores pessoais de cada indivíduo. As metas devem ser desafiadoras e alcançáveis. A premissa desta teoria é de que o comportamento é regulado por valores e metas. A definição de valor, neste contexto, é a crença em algo muito importante para o próprio indivíduo, como o trabalho. Os valores, segundo o autor, têm um efeito coerente com os desejos.

Aliando a teoria de Locke ao nosso estudo podemos invocar que tem de existir uma necessidade específica muito forte dos cidadãos para se expressarem politicamente, de intervirem nas escolhas governativas e de ter voz activa para alcançar objectivos. Os cidadãos, de acordo com os seus valores, têm de sentir estas metas como desafiadoras e essenciais, porque só assim as poderão alcançar.

É, pois, necessário que o cidadão reconheça na participação política um objectivo, numa aproximação à teoria de Locke. A acção participativa deve trazer-lhe auto-estima e auto-realização, de acordo com Alderfer. O desejo de sucesso e poder pode, aproximando-nos da teoria de McClelland, criar o motivo para a votação eleitoral, para mobilizar manifestações ou atingir cargos políticos. Na “hierarquia das necessidades” de Maslow este acto motivacional situa-se nos níveis superiores (quarto e quinto) depois de alcançadas as necessidades básicas dos três primeiros níveis.

Sem querer neste trabalho explicitar todas as Teorias, ligadas aos motivos, às necessidades, centrámo-nos apenas em algumas, que se nos afiguram como mais relevantes para a

problemática que nos propusemos estudar. Delas somos levados a concluir que a necessidade motivacional para a participação política em geral e dos jovens em particular, passa pela consciencialização individual de algumas necessidades não satisfeitas, ou pela positiva, baseadas no desejo de ver satisfeitas outras que consideram importantes e, conseqüentemente reveladoras do sentido da sua ligação à *polis*.

3.2 Comunicação

3.2.1 A Comunicação: interface do comportamento e linguagem

Os homens relacionam-se através da comunicação pelo facto de possuírem a competência comunicativa que os leva a produzir e entender mensagens. Estas capacidades humanas permitem não só a comunicação verbal como a não-verbal através de comportamentos, códigos, posturas e expressões corporais.

A comunicação humana pode definir-se «*como a interacção social através de mensagens ou como processo pelo qual as relações humanas existem.*».⁶

Para Paul Watzlawick (2008: 13) a comunicação é uma condição *sine qua non* da vida humana e da ordem social.

A comunicação começou a ser objecto de estudo após a II Guerra Mundial. Surgiram várias teorias, como a de Shannon & Weaver, o processo de transmissão cibernética de Wiener ou a teoria geral dos sistemas ou ainda a conhecida fórmula de Lasswell (quem diz o quê, através de que canal, a quem e com que efeitos).

A tecnologia transformou o estilo da comunicação humana, no que respeita aos processos de interagir, mas o fundamento de toda a comunicação mantém-se: ela continua a basear-se na interdependência entre as pessoas – emissores e receptores, apoiadas em comunicação verbal e não-verbal.

⁶ Aníbal Alves, *in* Logos, Nº 1, p.1068

Devido ao rápido desenvolvimento das técnicas de difusão, a comunicação possui hoje uma relevância e um imediatismo que serve o interesse dos homens em geral e da política em especial. Sobressai neste processo a intercomunicação pessoal e a coexistência humana que mais uma vez apelam à compreensão e à participação individual na construção da comunidade que habitam.

Uma das formas de participação na comunidade é feita através das manifestações de massas. O facto de integrar um grupo de manifestantes é uma forma de comunicar. A simples presença numa manifestação é um meio de comunicar, mesmo que o manifestante se mantenha em silêncio. Deste modo, podemos entender a comunicação como uma série de mensagens trocadas entre as pessoas nestes eventos colectivos. Incluímos aqui o discurso, as expressões verbais, os gestos, os silêncios, a mímica, a linguagem corporal e todo o comportamento não-verbal.

Segundo Paul Watzlawick (2008: 44/45), não existe um não-comportamento, i. e., é impossível não se comportar, logo é impossível não comunicar. Este é o primeiro axioma dos cinco axiomas observados por Paul Watzlawick na Pragmática da Comunicação Humana. O comportamento é, por si só, uma mensagem ou uma comunicação. Por muito inactivo ou silencioso que um cidadão se comporte numa manifestação, ele está a comunicar-se. De acordo com este autor (2008: 19), todas as pistas num contexto impessoal afectam o comportamento. Podemos ainda considerar que uma manifestação é um sistema interpessoal segundo a classificação deste autor (2008: 28), porque integra-se num grupo de estranhos. Watzlawick defende que o comportamento de cada pessoa afecta e é afectado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas. Ainda de acordo com este autor (2008: 32), somos constantemente afectados pela comunicação, de modo que até a nossa própria consciência depende da comunicação. Watzlawick refere ainda que o comportamento não tem oposto (2008: 44).

Toda a comunicação tem um aspecto de conteúdo e um aspecto de relação (2008: 50). Este é o segundo axioma do autor. Entendemos que toda a comunicação tem mais informações, para além do significado das próprias palavras. Essas informações são o modo do comunicador dar a entender a relação que existe com o receptor da informação.

Relacionando este axioma com as manifestações colectivas de rua, verificamos que há uma relação ou um entendimento entre as pessoas que a integram. O conteúdo da comunicação é partilhado e parece ser aceite por todos. Há, pois, uma cumplicidade relacional implícita nos manifestantes.

O quarto axioma do autor (2008: 55/61) que estamos a citar, indica-nos o seguinte: os seres humanos comunicam de forma digital e analógica. Por comunicação analógica o autor (2008: 57) entende virtualmente, toda a comunicação não-verbal. É ainda de opinião de que a comunicação analógica (2008: 57) tem maior validade geral do que a comunicação verbal porque tem as suas raízes em períodos arcaicos da evolução humana. Não há dúvida de que para além das próprias palavras e do que é dito, isto é a comunicação digital, existe a forma como é dita, ou seja a linguagem corporal, a gestão dos silêncios e mesmo as onomatopeias usadas nos eventos de massas que são a comunicação analógica. Este termo (2008: 57) deve abranger postura, gestos, expressões faciais, inflexão de voz, sequência, ritmo, cadência das próprias palavras e todas as pistas comunicacionais presentes em qualquer contexto em que uma interacção ocorra. Para Watzlawick (2008: 46), interacção é uma série de mensagens trocadas entre pessoas. Lembra-nos ainda que «*o homem é o único organismo conhecido que usa o modo analógico e digital de comunicação.*» (2008: 58).

Uma das características das manifestações é o uso de *slogans* e cartazes alusivos ao protesto e as palavras de ordem apregoadas ao megafone e que o grupo repete. Tanto os cartazes que mostram através da escrita o conteúdo da comunicação como a repetição das palavras de ordem encaixam perfeitamente no ponto de vista de Watzlawick.

Os gestos ou os movimentos corporais, que os indivíduos imprimem nas manifestações com intenção de passar uma determinada mensagem, adquirem uma expressão quinésica.

Ray Birdwhistell chamou quinésia à comunicação corporal, àquilo que comunicamos com o movimento dos nossos corpos sem nos darmos conta disso. O comportamento interacional compreende uma variedade de movimentos pelos quais uma parte ou todo o corpo avança, mantém ou recua a distância para se relacionar com os outros indivíduos. Embora a comunicação seja um todo, este autor é de opinião que grande parte do significado das mensagens é transmitido através de sinais não-verbais e por isso é uma competência comunicativa de grande dimensão. É no entanto preciso saber interpretar e

analisar as culturas, os contextos sociais, os géneros e as idades, porque, naturalmente, estes variam.

Birdwhistell agrupou as unidades gestuais da quinésia e chamou quine à medida mais pequena do movimento corporal. Deu o nome de quinema ao agrupamento de quines cujo significado varia em função do contexto e da cultura e definiu os quineformes como os agrupamento de quinemas que visam produzir determinados resultados. Ao nível dos quines existe uma imensidão dos movimentos efectuados pelo corpo humano que adquirem valor. Cada comportamento detém configurações padronizadas que adquirem um valor de comunicação. Assim, a linguagem corporal, a linguagem de gestos e cada postura têm em si um significado particular. A compreensão destes comportamentos é entendida na interacção e estão relacionados com a cultura. O comportamento individual afecta os outros e verificamos nos eventos de massa comportamentos similares entre os manifestantes, tanto a nível corporal como facial. O andamento cadenciado em grupo num desfile, a maneira como pegam nos cartazes (de punho) dando um movimento de avanço ao corpo e mantendo o tronco direito, as expressões faciais sobretudo a boca quando entoam os cânticos e as palavras de ordem em coro são demonstrativos dessa semelhança. Existem também elementos elucidativos de comunhão, de partilha e solidariedade no modo com os manifestantes da mesma fila desfilam coordenadamente para exibirem uma faixa que ocupa a fila de um lado ao outro.

A linguagem corporal é reveladora da expressividade humana. No sistema não-verbal os movimentos da cabeça, a expressão facial, as mãos, o movimento dos olhos e o contacto visual são importantes e esclarecedores. A maioria destes movimentos são naturais e os indivíduos não têm consciência deles. É, pois, importante conhecer a perceber a comunicação não-verbal, na medida em que pode conduzir a uma melhoria das relações com os outros, através duma linguagem própria e expressiva, que se revela por vezes mais comunicativa do que as palavras.

3.2.2 A liberdade, a motivação e a comunicação: iniciadoras do manifesto de cariz político

Foi a partir de Abril de 1974 que os Portugueses começam a sentir a capacidade de se expressarem publicamente vivenciando a tão desejada liberdade de expressão. A liberdade é tanto mais vivida quanto maior for essa autonomia, mas ela vem do interior do homem, da sua capacidade de ser cidadão do mundo, participante activo, livre no seu pensamento que o exprime no quotidiano de um modo unitário, correndo o risco do confronto na diversidade e multiplicidade que se lhe apresenta nas várias circunstâncias.

No nosso País, o direito à liberdade de expressão ficou consagrado na Constituição da República, no seu texto de 1976 no nº 1 do artigo 37º. Estão ainda consolidadas as vertentes do direito à informação: direito de informar, direito de se informar e direito de ser informado. A liberdade de imprensa encontra-se igualmente prescrita no artigo 38.º da nossa Constituição. E é através da liberdade de expressão e na sua qualidade de cidadãos que os portugueses utilizam formas colectivas de configurar as suas motivações e dar voz às suas pretensões. São acções de participação difusa porque podem ser informais, desorganizadas e descontínuas. Estas acções públicas, de índole política ou governativa, ocorrem após um período de tempo iniciador de uma mudança governativa ou de um ciclo. Os cidadãos dão um espaço temporal de actuação ao novo governo e ao seu modelo de liderança, antes de tomarem posições de protestos ou de mobilização.

Estes eventos de massas podem ter repercussões nos processos da tomada de decisão, nomeadamente nos actos eleitorais. Quanto maior for o impacto nos meios de comunicação social mais probabilidades existem de afectarem o comportamento dos eleitores, sobretudo se estas forem próximas das datas eleitorais. São várias as formas de acção de modo a pressionar o governo e a opinião pública em geral. No entanto, vamos só enumerar as que nos parecem mais importantes como as petições, os protestos, as greves, e as manifestações de rua.

Podemos designar uma manifestação de rua como uma acção mobilizadora de um grupo de pessoas com o objectivo de mostrar o seu descontentamento, no caso do nosso estudo, ao poder político e ao modelo de liderança, instalado e ao país em geral.

As manifestações são constituídas por um grupo de várias pessoas que têm em comum um objectivo, ou projecto, valores, tradições ou um qualquer tipo de laço cultural.

Um grupo é definido pelos seus processos e padrões de trabalho, pelas ligações e relacionamentos entre os seus membros. A participação nos grupos (cf. Braga da Cruz 1995:345) mede-se pelo grau de solidariedade ou adesão e depende do grau de actividade e da responsabilidade de cada um. O grupo atinge na sua acção resultados que os seus elementos, individualmente, não conseguiriam. Existe no grupo uma interacção entre os seus membros «*se tal não acontecer, não existe grupo.*» (cf. Lourenço 2007: 133). Um grupo não é, no entanto, uma mera soma das partes, ele constitui-se como um todo. Esse todo assume uma identidade. Edgar Morin (2003: 109), através do paradigma da complexidade, ensina-nos a olhar o todo que está na parte que está no todo. Sob o prisma da complexidade, o todo é algo que se desenvolve, modela e muda, evoluindo. Segundo este pensamento, compreender as partes significa compreender o todo e compreender o todo é compreender as partes.

Podemos ainda referir a frase de Hegel: «*A verdade é o todo*» (in Lourenço 2007: 65) como identificadora da complexidade.

O todo e as partes articulam-se. Há sempre a necessidade de um equilíbrio entre os objectivos do todo e os das partes. Muitas vezes a exigência de gerar consensos, gerir expectativas, encontrar soluções é levada a cabo pelas centrais sindicais, pelas cúpulas das organizações estudantis, ou outras entidades envolvidas no processo. Estes organismos assumem um carácter de liderança que passa pela capacidade de influenciar o grupo para a execução dos objectivos em vista. Dirigir o grupo para metas específicas obriga a um processo interactivo e obriga, ainda, à sensibilidade quanto às especificidades do grupo.

Hoje, assistimos a uma adesão e mobilização de massas distinta das tradicionais, partidárias, e que são assumidas por novos movimentos sociais que usam canais privilegiados como os telemóveis e as redes sociais. São exemplo disso “O Protesto da Geração à Rasca”, “A Plataforma 15 de Outubro” que integra o “Movimento dos Indignados” ou o “Movimento 12 de Março”.

Outra particularidade destas mobilizações é a de colocarem, na agenda política, novos temas que traduzem as tensões e os conflitos da sociedade. São ainda movimentos espontâneos, abertos e horizontais e chegam a atingir uma dimensão global.

No ano de 2011, assistimos a manifestações concertadas, em vários países, como Espanha, Inglaterra, França, Grécia e Portugal.

A revista Time de 2011, na sua edição de 14 de Dezembro, escolheu como figura do ano o manifestante, porque foi ele que saiu à rua para protestar contra a tirania, a corrupção, a crise e se revoltou em muitos locais do mundo. Segundo esta revista, esta é uma forma de reconhecimento pelas pessoas de todo o mundo que saíram às ruas para lutar pelos seus direitos. Pessoas que derrubaram governos e levaram um sentido de democracia e dignidade onde estes não existiam. «*Da Primavera Árabe a Atenas dos “Ocupantes do Wall Street” a Moscovo*», pode ler-se na capa da revista, que mostra um jovem com metade inferior do rosto tapada por um lenço. O Diário Económico, (online), citando o editor da revista, Richard Stengel, escreve «*Há um contágio de protestos. Porque o Irão antecipou o que aconteceria no mundo árabe e o que aconteceu no mundo árabe influenciou os “Ocupantes de Wall Street” e os protestos na Grécia e em Madrid.*»⁷.

Ao ler a notícia do jornal “Expresso”⁸ (online) de 15 de Outubro de 2011 somos informados de que estas manifestações de “indignados” vão realizar-se em 82 países, e os movimentos estão “unidos pela mudança global”. O manifesto internacional apela a um protesto não violento à escala global. No nosso País, decorre em nove cidades, mas no contexto internacional, estão previstos em 911 cidades.

Podemos verificar que estes eventos instigados através da internet têm uma dimensão mundial, um efeito globalizado.

Boaventura Sousa Santos (2002: 16) no seu artigo - Os Processos da Globalização -, é de opinião que a globalização extravasou do discurso científico para o discurso político e para a linguagem comum. Este autor (2002: 1) cita Anthony Giddens para definir globalização como a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas

⁷ <http://economico.sapo.pt/noticias/nprint/133743.html> com acesso em 08.07.2012

⁸ <http://expresso.sapo.pt/indignados-o-protesto-de-hoje-passo-a-passo-video-e-fotogaleria=f680564>

milhas de distância e vice-versa. Relativamente às novas tecnologias, o autor mais à frente, no mesmo texto, usa o parecer de Manuel Castells (2002: 16) para quem a globalização é o resultado inelutável da revolução nas tecnologias da informação.

Mais recentemente ainda, o mundo assistiu no dia 12 de Março de 2012 em 250 cidades à chamada “Primavera Global” onde se manifestaram cerca de oito centenas de pessoas, segundo o Diário de Notícias (online) desse dia.⁹ No Rossio, em Lisboa, concentraram-se três centenas de pessoas numa marcha de protesto que terminou no Parque Eduardo VII e onde alguns manifestantes deveriam permanecer até ao dia 15 desse mês.

Esta iniciativa foi organizada pelo movimento de indignados “Primavera Global”, que ocorreu em mais de 250 cidades de todo o mundo.

“*Sê a mudança que queres ver no mundo*”; “*A lutar vencemos*”; “*A precariedade não é solução*” e “*A Passos do abismo*”, são alguns dos *slogans* colocados em cartazes que desfilam pela Avenida da Liberdade e lançam o mote deste protesto contra a precariedade e as medidas de austeridade, aplicadas pelos diversos governos, um pouco por todo o mundo, revela este jornal. Dá-nos conta ainda de que a “*Primavera Global*” é composta por cidadãos, activistas e vários movimentos sociais que dizem querer encontrar soluções e construir novos modelos de organização mais sustentáveis e democráticos.

Como refere ainda Manuel Braga da Cruz, que em 1985 elaborou um projecto de investigação sobre o comportamento juvenil no qual contempla um inquérito aos jovens sobre a participação da juventude em Portugal, a participação em manifestações foi já experimentada por 33% dos jovens portugueses, sendo 10% os que o fizeram já muitas vezes e tratando-se, na grande maioria dos casos, de manifestações organizadas por partidos (1985: 363). Segundo este autor, as manifestações são mais concorridas por estudantes e trabalhadores-estudantes do que por trabalhadores (1985: 363).

4 Liderança e opção de voto

⁹ http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2514219&page=-1

Pese embora o facto, como já dissemos, do presente estudo não estar dedicado à questão da liderança e muito concretamente da liderança política, entendemos deixar algumas reflexões sobre o tema, na medida em que constitui um factor fundamental da área governativa de qualquer país.

A liderança é um acto inter-relacional. Está sempre em relação directa com a situação do contexto onde ela é efectuada. São muitas as definições de liderança (sobretudo no campo organizacional) e o seu conceito tem sofrido alterações. Por vezes, assume uma amplitude tão vasta que pode colidir com o conceito de influência. No entanto, reside na liderança política uma forma de autoridade, na medida em que existe um poder exercido pelo líder aceite e reconhecido pelos liderados, por estar sustentado em programas que defendem certas ideias, valores e interesses. O poder adquire-se democraticamente através das eleições e traduz-se na «*faculdade de mandar e na capacidade de se fazer obedecer.*» (cf. Amaral 1998: 17).

A liderança representa também o acto de «*organizar e de dirigir um grupo, de defender os seus interesses e de coordenar as actividades, de orientar o grupo para os seus objectivos de reduzir as tensões internas, de levar todos os membros a cooperarem.*» (cf. Birou in 1982: 231/232).

A liderança exige comunicação, diálogo, troca de ideias, respeito, sensibilidade, visibilidade, entre outros atributos. Liderar não é um acto isolado. Se recuarmos à terminologia da palavra líder, vamos encontrar a origem no vocábulo inglês *leader* que podemos traduzir como aquele que guia, comanda ou dirige. Os líderes ocupam uma posição de poder que lhes confere condições de influenciar, de uma forma determinante e estratégica, os liderados. Esse poder deve ir ao encontro das expectativas dos liderados. Na opinião de Luis Lourenço e Fernando Ilharco (2007:168), o poder é somente a capacidade de exercer influência e, por isso, quanto mais for a influência líquida, maior será o poder. De facto, o lugar do líder é no topo, e ele detém o poder, seja político ou outro qualquer.

Na liderança política, o debate, o confronto, o agir, a persuasão, a estratégia, o modo de comunicar para que seja ouvido e entendido por várias camadas da população, são pormenores que fazem a diferença. Os líderes empregam os seus traços pessoais, os seus valores, o seu carácter, a sua personalidade e a sua maneira de estar. Todas estas

características são observadas, apreendidas e valorizadas. Gerar empatia, envolvimento e confiança são passos fundamentais numa liderança porque nada se consegue sem a interacção dos possíveis votantes. A emoção, a vontade de fazer melhor e o desejo de concretização, a par de valores éticos e morais, consolidados na honestidade e na verdade devem também estar presentes.

Não há gestão das emoções se não houver consciência delas. Goleman (2002:23) refere que a Grande Liderança baseia-se nas emoções porque os líderes emocionam-se e, por isso, inspiram e motivam os outros. A inteligência emocional revela-se importante, para além da formação, da competência, e das outras características e atributos inatos ou desenvolvidos. As emoções espelham-se na expressão facial e na voz. Os gestos transmitem os sentimentos. Quanto melhor for a capacidade de transmitir as emoções, mais facilmente elas são captadas pelo público. Portanto, as emoções determinam a acção e a eficácia do trabalho do líder. Os seguidores procuram líderes emocionalmente inteligentes e estáveis, criadores de ressonância. Apelidamos ressonância à tarefa de encaminhar os sentimentos positivos dos seguidores na direcção correcta. Esse acto gere empatia e proximidade. Luis Lourenço e Fernando Ilharco (2007: 229) realçam a importância da empatia por ser *«um factor que favorece o reconhecimento da liderança ou, se quisermos, que facilita a emergência da liderança efectiva.»*.

Não existe um líder ideal porque como todos nós, um líder é um ser humano e como tal, possui, as suas vivências, a sua cultura, as competências e todas as características intrínsecas que o conduzem a determinado comportamento. No entanto, um líder, no caso político, necessita de ser visionário para arrastar as pessoas; relacional para privilegiar as relações sociais; conselheiro para investir na permanente aquisição de competências; democrático para conseguir apelar a consensos; dirigista para demonstrar como se faz; e pressionador para apostar nos resultados.

Qual destes atributos estará subjacente ao interesse ou desinteresse dos jovens perante o acto eleitoral?

Esta relação, como afirmámos já, não constitui objecto do presente estudo, mas estamos certos de que o perfil do líder, em cada momento da história, está presente na afeição ou desafeição dos cidadãos, potenciais actores no acto eleitoral.

Capítulo IV

5 Um olhar reflexivo sobre os resultados do estudo

Os dados quantitativos e qualitativos, que dão corpo a este capítulo, foram recolhidos com recurso a três fontes diferentes:

- Os Barómetros do CESOP já realizados.
Tendo como base os dados cedidos pelo CESOP, relativamente a determinadas perguntas inseridas nos Barómetros da Universidade Católica Portuguesa de Abril, Maio e Setembro de 2011, e ainda de Fevereiro de 2012, pudemos analisar e registar, para o nosso estudo, as respostas obtidas. As perguntas formuladas em 2011 tinham como cenário as eleições legislativas. O âmbito da incidência foram os jovens dos 18 aos 35 anos de idade.
 - As respostas obtidas no Barómetro de Abril traduziram a frase que melhor se aplicou a cada inquirido perante uma possível demissão do governo e a possibilidade de futuras eleições legislativas em Junho desse ano.
 - As respostas cedidas nos resultados do Barómetro de Maio tinham em vista as eleições legislativas de 05 de Junho de 2011.
 - As respostas do Barómetro de Setembro de 2011 mostraram as intenções de cada de cada entrevistado perante a hipótese de futuras eleições legislativas.
- Algumas questões integradas no último Barómetro de Fevereiro 2012, concebidas por nós e direccionadas apenas para o presente estudo.
- A observação participante, com recolha de fotografias de manifestações de massa, facilitadores de uma interpretação de comportamentos e atitudes expressa pelos manifestantes.

Passamos, pois, a apresentar e interpretar os resultados obtidos:

5.1 Factores que determinam o voto individual dos jovens: Barómetros de 2011

A análise efectuada sobre os factores influenciadores do voto individual centrou-se nas seguintes variáveis, que considerámos mais representativas, extraídas da estatística cedida pelo CESOP: estado civil; grau de instrução e ocupação dos inquiridos.

Perspectivámos esta análise tendo como referência os objectivos de cada um dos inquéritos do CESOP:

- A intenção de voto
- A intenção de não votar
- O voto consumado
- A abstenção efectiva

5.1.1 O jovem e a intenção de votar

Incidindo apenas na intenção que o jovem tem de votar, damos conta desta opção, considerando os parâmetros que isolamos para reflexão: o estado civil, as habilitações académicas e a situação de emprego, em três momentos diferentes (Abril, Maio e Setembro de 2011).

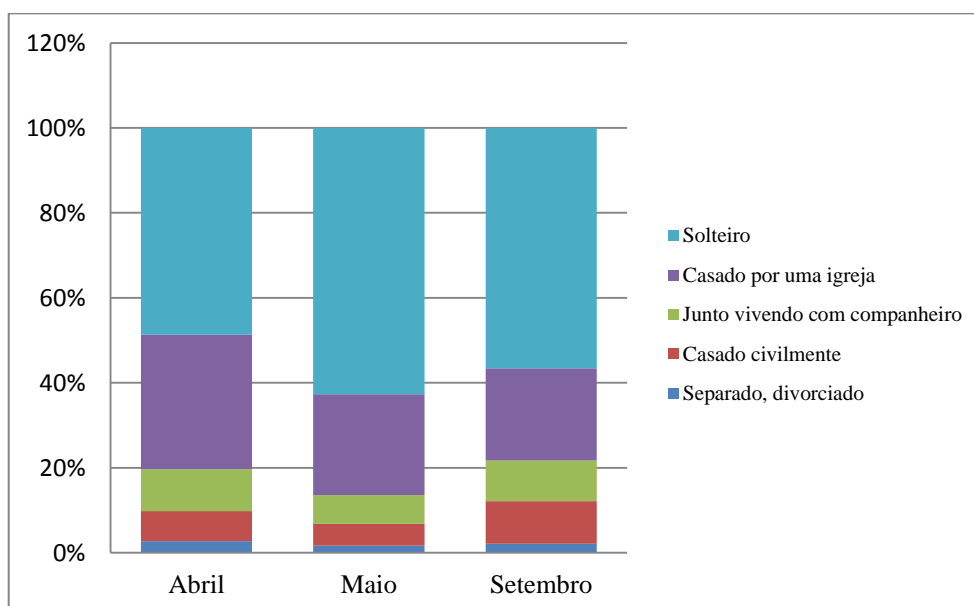
A) Estado civil

Independentemente do universo das populações observadas não serem iguais nos meses de Abril, Maio e Setembro, e de desconhecermos se há ou não reincidência nas pessoas inquiridas, a análise do Gráfico 1 permite-nos afirmar que:

- A maior percentagem (63%) dos que tencionam ir votar situa-se na faixa dos solteiros no mês de Maio, o mesmo sucedendo nos meses de Abril (49%) e Setembro (57%).
- Seguem-se os casados por uma igreja: 32% em Abril, 24% em Maio e 22% em Setembro.
- Vêm depois os que vivem juntos, com companheiro (10%), em Abril e em Setembro e 7% em Maio.

Cruzámos a variável intenção de voto com o estado civil e, para uma melhor ilustração, elaborámos o seguinte gráfico que contempla as respostas dos três Barómetros:

Gráfico 1 – Estado civil e Intenção de voto

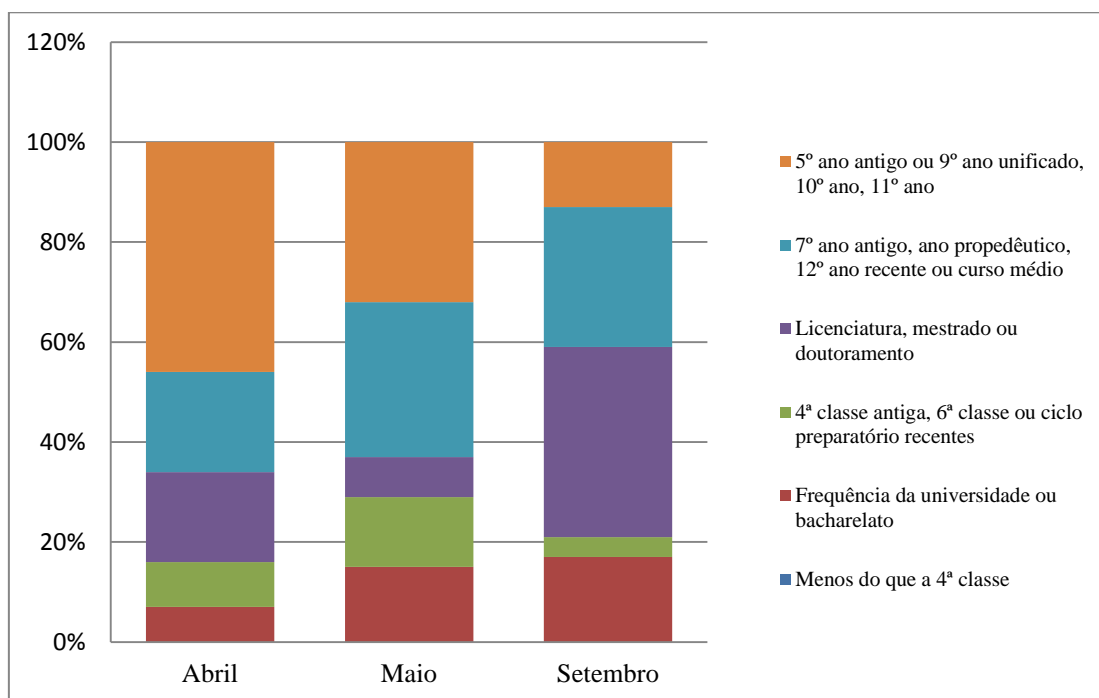


B) Habilitações Académicas

Independentemente do universo das populações observadas não serem iguais nos meses de Abril, Maio e Setembro, e de desconhecermos se há ou não reincidência nas pessoas inquiridas, a análise do Gráfico 2 permite-nos afirmar que:

- Dos inquiridos, com intenção de ir votar, encontramos a maior percentagem no mês de Abril (46%) nos possuidores do 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano.
- Na segunda posição da percentagem (38%) situam-se os detentores de licenciatura, mestrado ou doutoramento, em Setembro;
- Na terceira posição da percentagem (32%) ficam, no mês de Maio, os que têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano.

Gráfico 2 - Habilitações académicas e intenção de voto

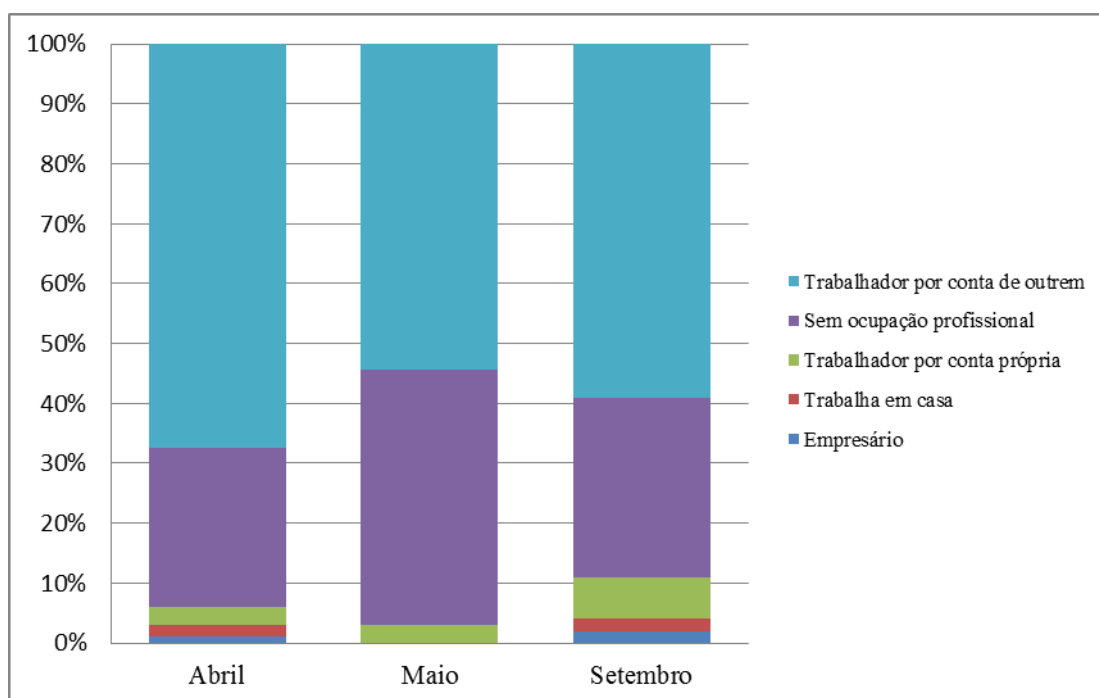


C) Ocupação Profissional

Independentemente do universo das populações observadas não serem iguais nos meses de Abril, Maio e Setembro, e de desconhecermos se há ou não reincidência nas pessoas inquiridas, verificamos na análise do Gráfico 3, que:

- A maior percentagem (68%) dos que tencionam ir votar recai em Abril, nos trabalhadores por conta de outrem, em Maio (55%) e em Setembro (59%).
- Na segunda posição (43%) situam-se os que não têm ocupação profissional em Maio, em Setembro (30%) e (27%) em Abril.
- A terceira posição recai sobre os trabalhadores por conta própria (7%) em Setembro e em Abril e Maio (3%).

Gráfico 3 – Ocupação profissional e intenção de voto



5.1.2 O Jovem e a intenção de não Votar

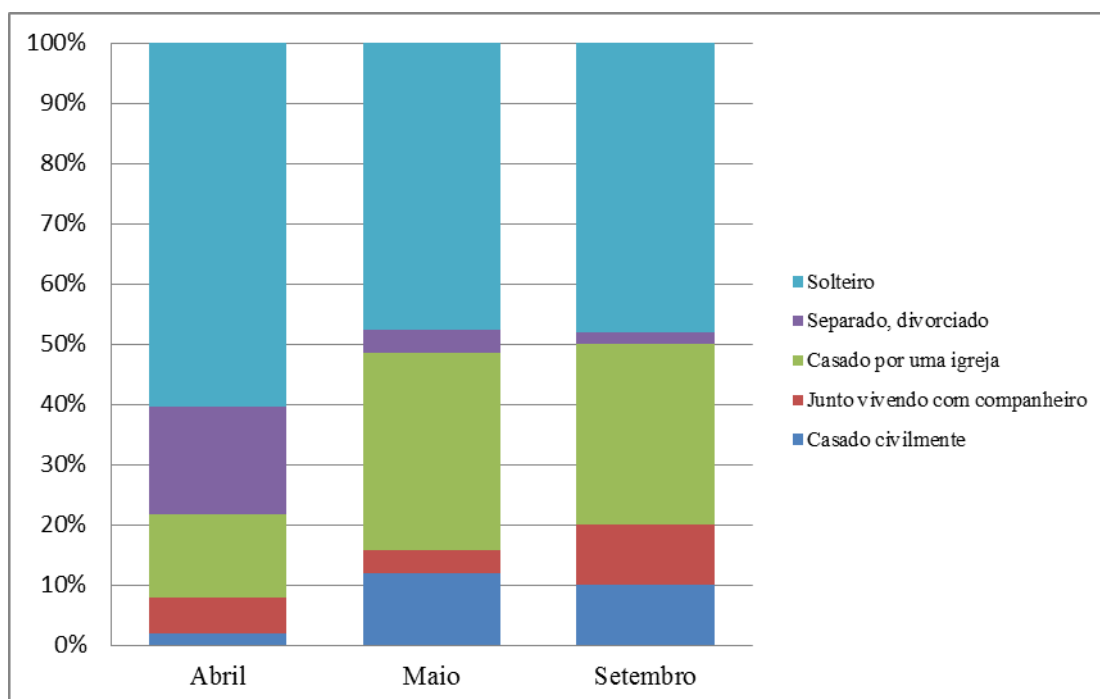
Estudámos depois a variável de intenção de não irem votar, igualmente com os dados dos três Barómetros, e elaborámos os seguintes quadros:

A) Estado civil

Independentemente do universo das populações observadas não serem iguais nos meses de Abril, Maio e Setembro, e de desconhecermos se há ou não reincidência nas pessoas inquiridas, constatámos com a análise do Gráfico 4 que:

- A maior percentagem (61%) dos que tencionam não ir votar situa-se na faixa dos solteiros no mês de Abril, o mesmo sucedendo nos meses de Maio e Setembro (ambos com 48%).
- Seguem-se os casados por uma igreja: 33% em Maio, 30% em Setembro, 14% em Abril
- Os separados e divorciados só têm expressão em Abril, com 18%.

Gráfico 4 - Estado Civil e Intenção de não votar



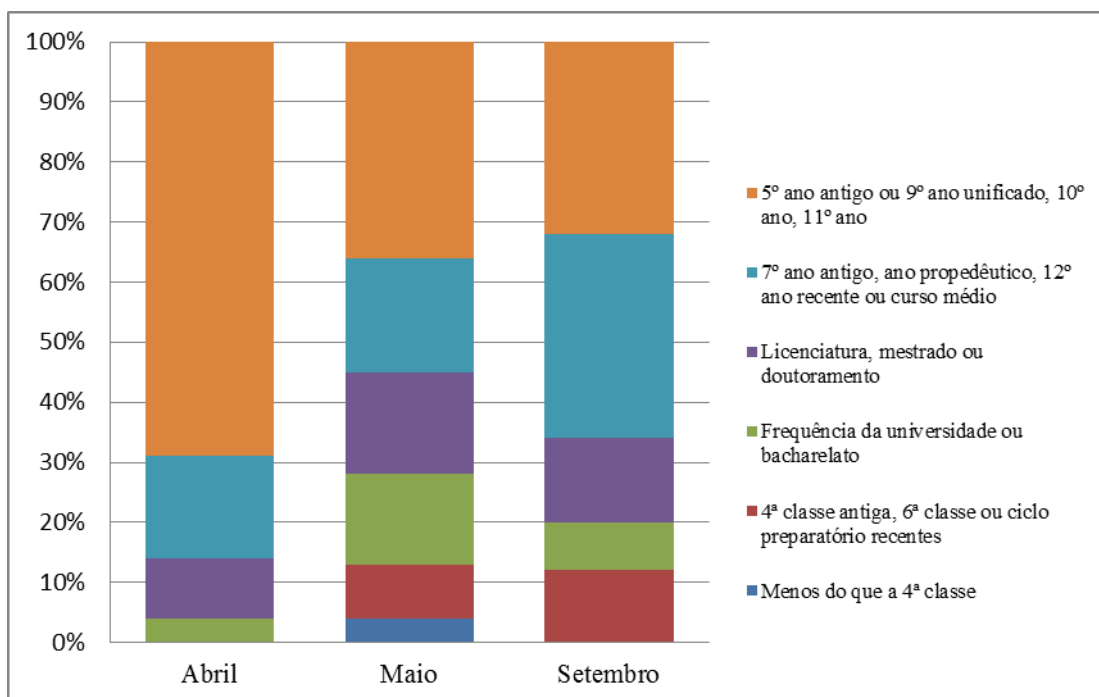
Concluimos que perante as intenções de não votar, são os solteiros que constituem a faixa mais significativa nesta questão.

B) Habilitações académicas e intenção de não votar

Independentemente do universo das populações observadas não serem iguais nos meses de Abril, Maio e Setembro, e de desconhecermos se há ou não reincidência nas pessoas inquiridas, registamos no Gráfico 5:

- A maior faixa de intenções de abstencionistas situa-se nos meses de Abril com 69% e em Maio com 36% nos possuidores do 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º e no mês de Setembro com 34% nos que têm 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio;
- Em seguida a percentagens (32%) fica no mês de Setembro nos que possuem o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º e nos meses de Maio (19%) e Abril (17%) os detentores do 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio.
- Encontramos ainda com 17% em Maio os detentores de licenciatura, mestrado ou doutoramento.

Gráfico 5 - Habilitações académicas e intenção de não votar

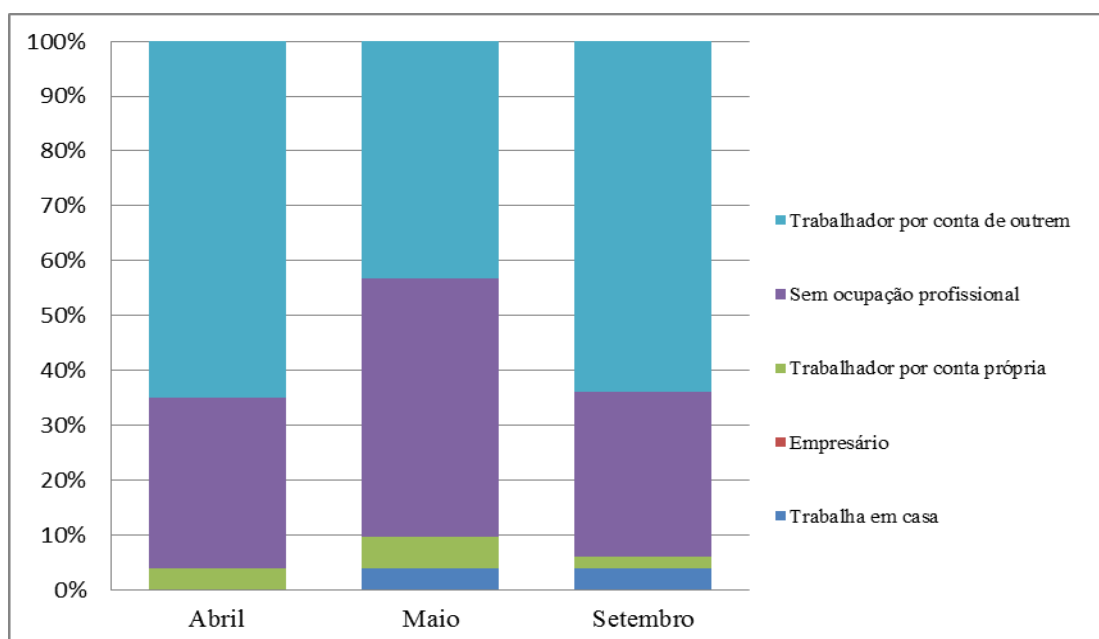


C) Ocupação profissional

Independentemente do universo das populações observadas não serem iguais nos meses de Abril, Maio e Setembro e de desconhecermos se há ou não reincidência nas pessoas inquiridas, verificamos no Gráfico 6 que:

- A maior percentagem (65%) dos que pensam abster-se reside nos trabalhadores por conta de outrem, em Abril e Setembro (64%), seguindo-se em Maio (49%) os que se encontram sem ocupação profissional.
- Verificamos depois com 45% os trabalhadores por conta de outrem, em Maio, e com 30% em Setembro os que não têm ocupação profissional.
- A terceira posição é dispersa e sem expressão.

Gráfico 6 - Ocupação profissional e intenção de não votar



Concluimos que a grande percentagem dos que têm intenção de se abster situa-se nos trabalhadores por conta de outrem, seguindo-se os que se encontram sem ocupação profissional.

Uma nota curiosa nesta observação da ocupação profissional é que a faixa mais significativa, tanto nos que pensam ir votar como na faixa dos que pensam não ir votar, pertence ao mesmo grupo – os que trabalham por conta de outrem.

5.1.3 O jovem e o voto consumado

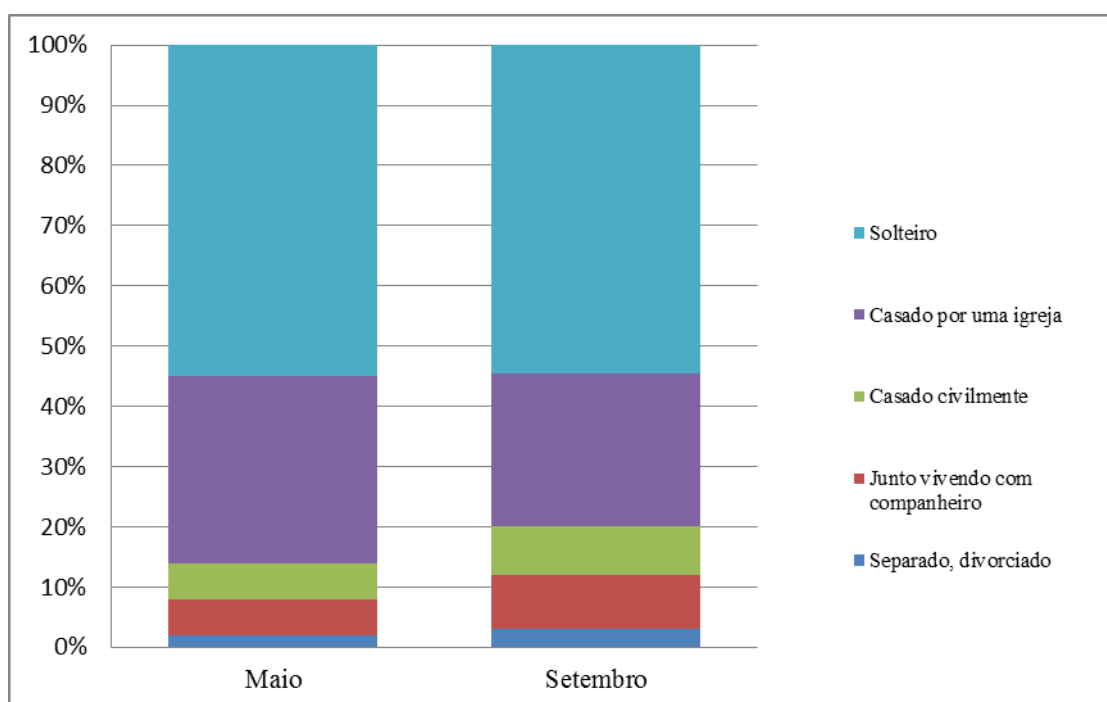
A) Estado civil

Analisámos primeiramente as respostas dos inquiridos que foram votar nas últimas eleições legislativas e o seu contexto familiar.

Para melhor ilustração, elaborámos o gráfico abaixo, que contempla as respostas dos dois Barómetros (Maio relativo às eleições legislativas de 2009 e Setembro relativo às eleições legislativas de 05 de Junho de 2011). O universo das respostas obtidas é diferente nos meses de Maio e Setembro e desconhecemos se os inquiridos são reincidentes. Perante estes factos e com os dados fornecidos, analisamos no Gráfico 7, e verificamos que:

- Os que mais votaram foram os solteiros com 55% em Maio e 54% em Setembro. Seguem-se os casados por uma igreja, com 31% em Maio e 25% em Setembro. Seguidamente, encontramos os casados civilmente com 8%, em Setembro.

Gráfico 7 - Estado civil e o acto de votar



Podemos concluir que a maior percentagem dos indivíduos que votaram pertence aos solteiros.

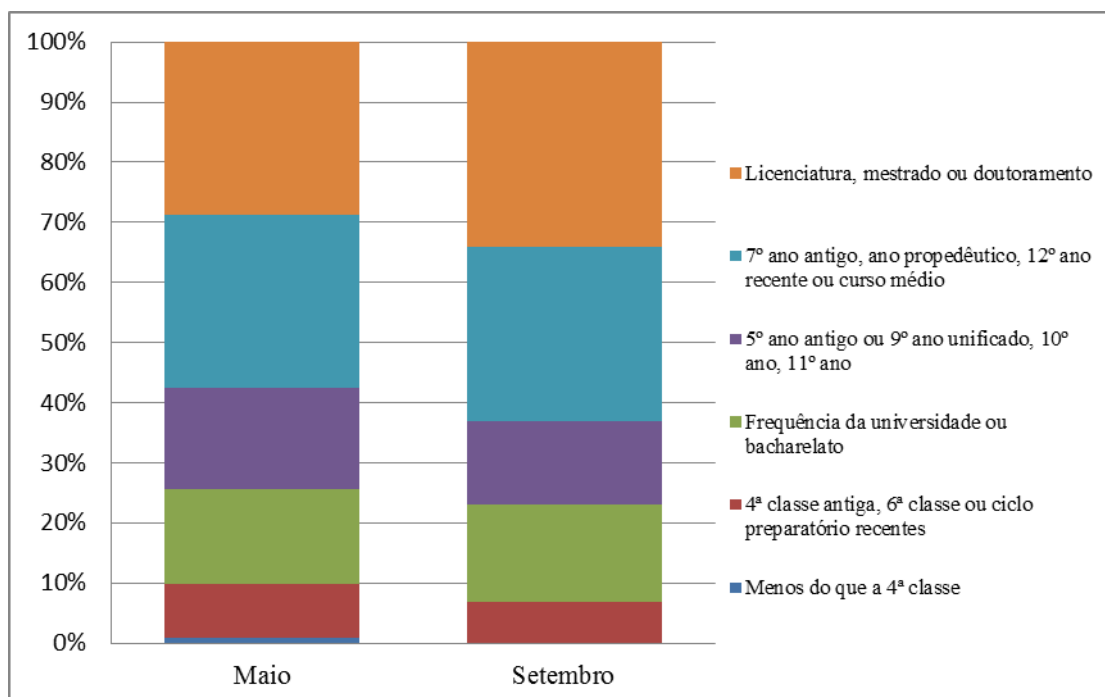
B) Habilitações Académicas

Analisámos depois o seu voto e o grau de instrução e obtivemos o gráfico seguinte, tendo em vista os resultados dos Barómetros de Maio (relativo às eleições legislativas de 2009) e de Setembro (relativo às eleições legislativas de 05 de Junho de 2011).

O universo das respostas obtidas é diferente nos meses de Maio e Setembro e desconhecemos se os inquiridos são os mesmos. Perante estes factos e com os dados fornecidos, verificamos, no Gráfico 8, que:

- A maior percentagem dos que votaram é de 34%, em Setembro e diz respeito aos possuidores de licenciatura, mestrado ou doutoramento. Verificamos depois nos votantes que a percentagem de 29% reside nos meses de Maio e Setembro nos detentores do 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio e igualmente com a mesma percentagem em Maio os que têm licenciatura, mestrado ou doutoramento. Registamos ainda com 17% os possuidores de 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano.

Gráfico 8 - Habilitações académicas e o acto consumado



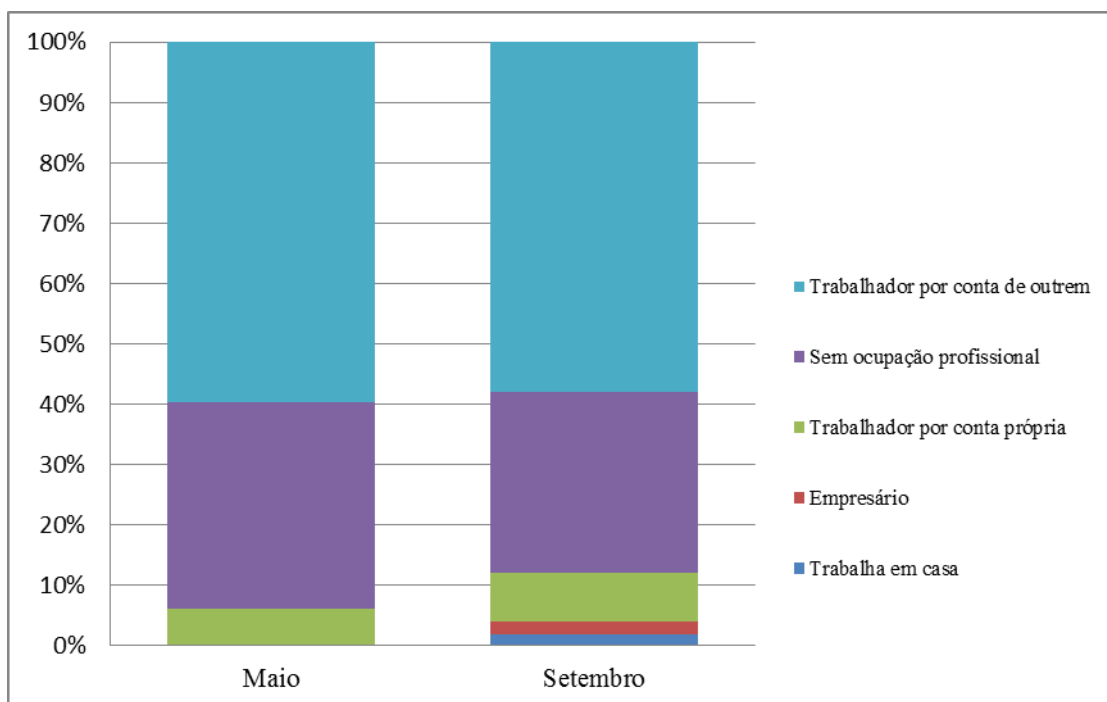
Podemos concluir que os possuidores de licenciatura, mestrado ou doutoramento foram os que mais votaram.

C) Ocupação profissional

Registámos os inquiridos que votaram nas últimas eleições legislativas (Maio, relativo às eleições legislativas de 2009 e Setembro, relativo às eleições legislativas de 05 de Junho de 2011) e a sua ocupação e obtivemos o gráfico seguinte:

O universo das respostas obtidas é diferente nos meses de Maio e Setembro, e desconhecemos se os inquiridos são os mesmos. Perante estes factos, e com os dados fornecidos, verificamos no Gráfico 9 que os que mais votaram foram os trabalhadores por conta de outrem, com 59% em Maio e 58% em Setembro. Constatamos também com 34% em Maio e 30% em Setembro os que não têm ocupação profissional. Verificamos depois os trabalhadores por conta própria com 8% em Setembro e 6% em Maio.

Gráfico 9 - Ocupação profissional e o acto consumado



Concluimos assim que os que mais votaram reside na faixa dos trabalhadores por conta de outrem.

5.1.4 Os jovens e a abstenção

Analisámos as respostas dos inquiridos que se abstiveram de votar nas últimas eleições legislativas com os motivos que estiveram na base dessa abstenção, e cruzámo-las com as variáveis que vimos adoptando.

A) Estado civil

Salvaguardando o facto de o universo das respostas obtidas ser diferente nos meses de Maio (2009) e Setembro (2011) e de desconhecermos se os inquiridos são reincidentes, resumimos no Gráfico 10:

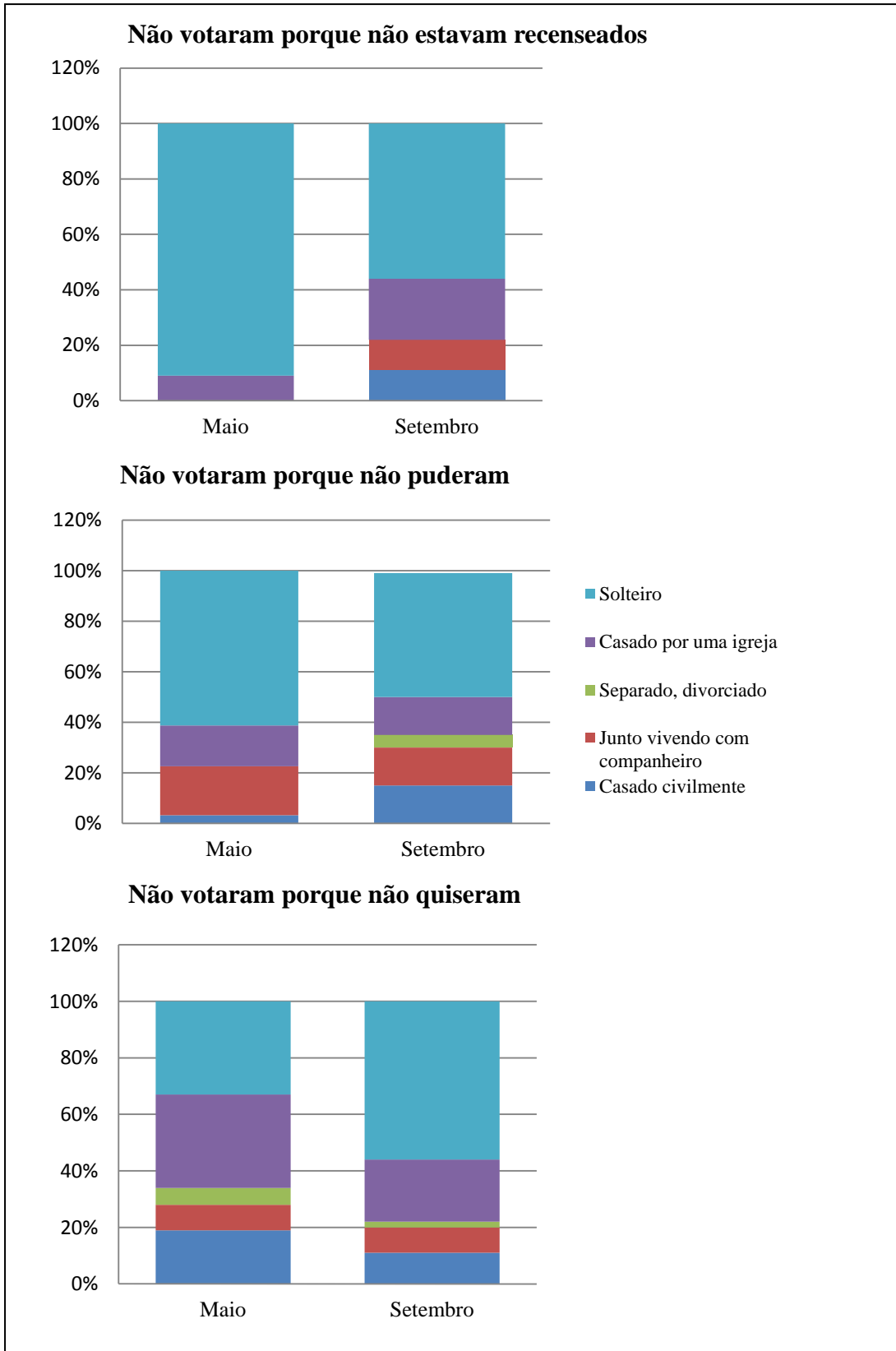
- Que em termos percentuais, são os solteiros os que mais se abstiveram: em Maio com 91% e em Setembro com 56% porque não estavam recenseados; no mesmo mês de Maio com 59% e em Setembro com 49% porque não puderam. Verificámos também os solteiros em Setembro com 56% e em Maio com 33% que se abstiveram porque não quiseram ir votar.

- Registamos em seguida os casados por uma igreja: em Setembro com 22% e em Maio com 9% porque não estavam recenseados; igualmente registamos em Maio com 16% e em Setembro com 15% que se abstiveram porque não puderam ir votar. Salientamos ainda em Maio com 33% e em Setembro com 22% que não votaram porque não quiseram.

- Verificamos em relação aos que vivem juntos com um companheiro que não votaram por não estarem recenseados, em Setembro com 11%. Em Maio a abstenção é nula, em relação a esta causa. Não votaram porque não puderam, Maio com 19%; e Setembro com 15%. Não votaram, Maio e Setembro com 9%, porque não quiseram ir votar.

Em relação ao motivo da abstenção, registamos que a maior percentagem incide nos que não votaram por não estarem recenseados, Maio (91%). A seguir registamos os que não puderam (59%), Maio. Em Setembro, constatamos com a mesma percentagem a incidência nos que não votaram porque não estavam recenseados e nos que não votaram porque não quiseram (56%).

Gráfico 10 - Estado civil e abstenção



B) Habilitações Académicas e abstenção

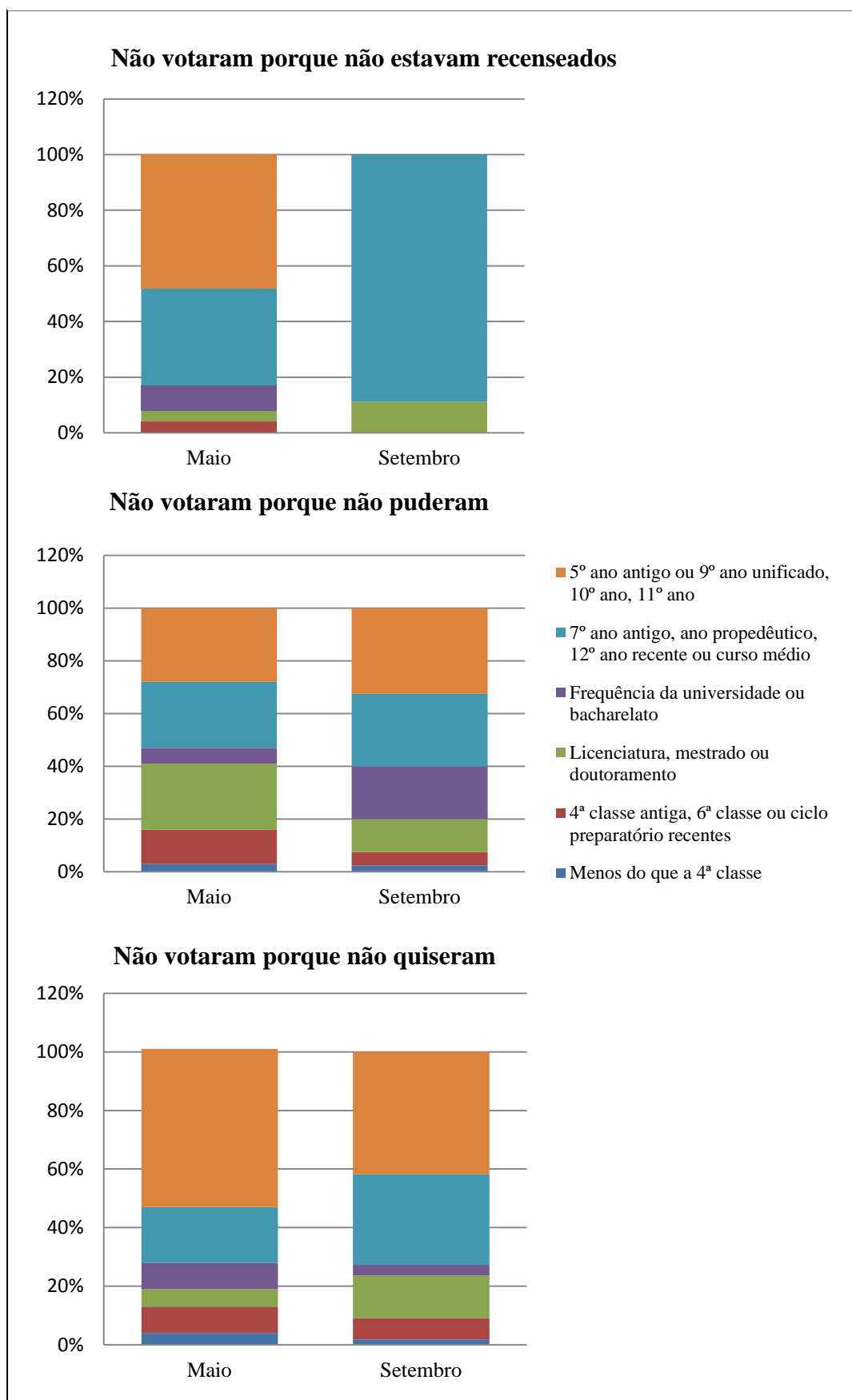
Salvaguardando o facto de o universo das respostas obtidas ser diferente nos meses de Maio (2009) e Setembro (2011), e de desconhecermos se os inquiridos são reincidentes, resumimos no Gráfico 11 as respostas obtidas em relação à abstenção e ao grau de instrução:

- Em termos percentuais são os possuidores do 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano os que mais se abstiveram. Assim, em Maio não votaram, 48%, porque não estavam recenseados. Em Setembro, a abstenção é nula, em relação a esta causa. Verificamos também que não votaram em Maio com a percentagem de 28% e em Setembro com 42% porque não puderam. Salientamos que não votaram porque não quiseram ir votar, em Maio com 54%; e em Setembro com 42%.

- Registamos os detentores do 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio que não votaram em Maio com 35% e em Setembro com 1% porque não estavam recenseados. Não votaram porque não puderam em Maio com 25% e em Setembro com 31%. Para os que não votaram porque não quiseram, verificamos a percentagem de 19% em Maio e em Setembro de 31%.

Registamos ainda que os licenciados, mestres ou com doutoramento, em Maio não votaram porque não estavam recenseados, com a percentagem de 4%. Em Setembro, a abstenção é nula, em relação a este motivo. Salientamos que os que não votaram porque não puderam têm a percentagem de 25% em Maio e 15% em Setembro. Verificamos ainda que em relação aos que não votaram porque não quiseram, a percentagem é de 6% em Maio e de 15% em Setembro.

Gráfico 11 - Habilitações académicas e a abstenção



C) Por Ocupação Profissional

O Gráfico a seguir mostra os níveis de abstenção em função da ocupação profissional:

Salvaguardando o facto de o universo das respostas obtidas ser diferente nos meses de Maio (2009) e Setembro (2011) e de desconhecermos se os inquiridos são reincidentes, resumimos no Gráfico 12 as respostas obtidas em relação à abstenção e à ocupação profissional:

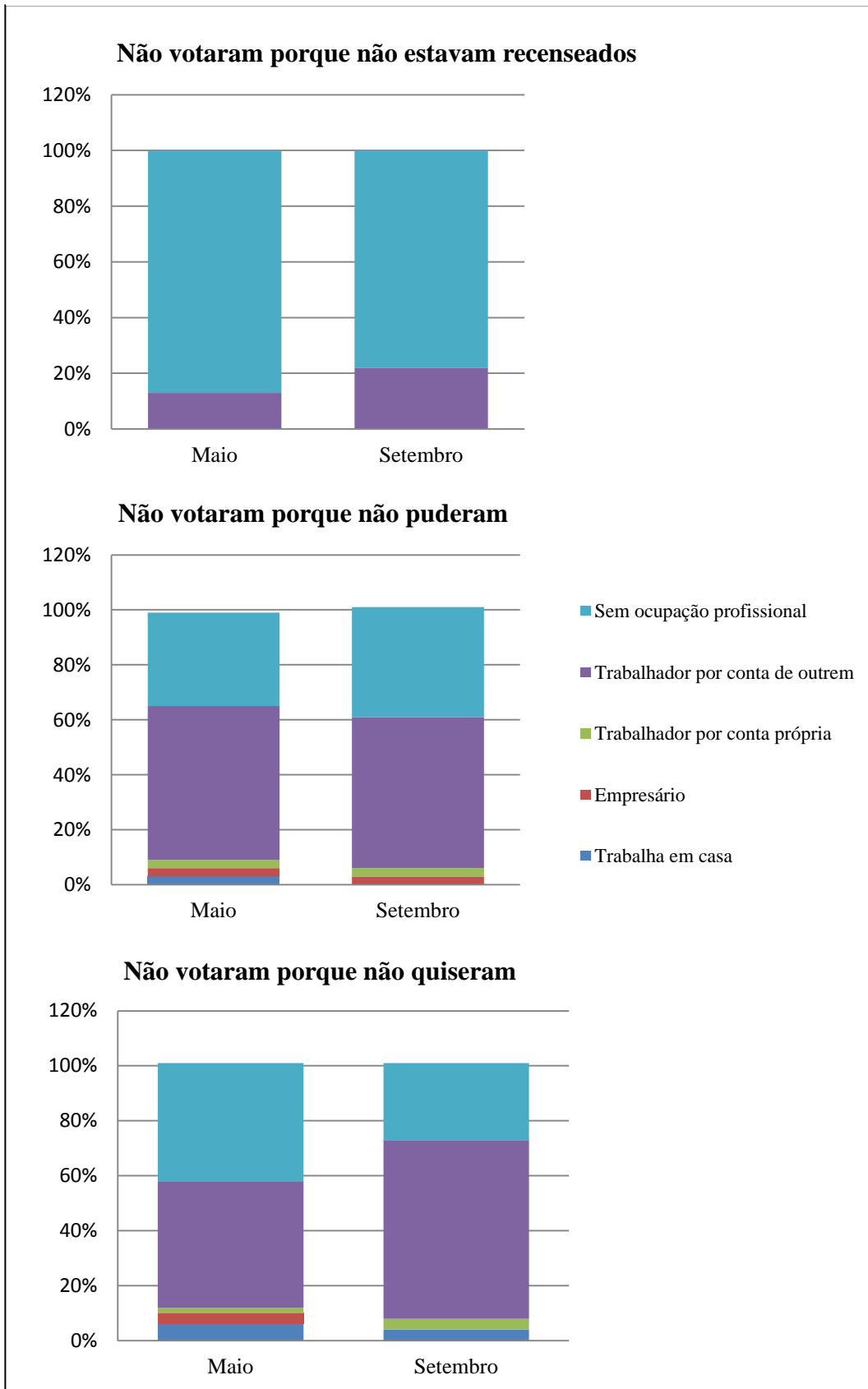
- Em termos percentuais, são os que não têm ocupação profissional os que mais se abstiveram: em Maio com 87%; e em Setembro com 78% porque não estavam recenseados. Em Setembro os que não votaram porque não puderam atingiram 40% e em Maio 34%. Não votaram porque não quiseram 43% dos inquiridos em Maio, e em Setembro 28%.

Registamos, nos trabalhadores por conta de outrem, que se abstiveram porque não estavam recenseados 22% em Setembro; e 13% em Maio. Os que não votaram porque não puderam atingiram em Maio a percentagem de 56% e em Setembro de 55%. Constatamos ainda que não votaram porque não quiseram 65% dos inquiridos em Setembro; em Maio a percentagem foi de 46%.

Salientamos, com pouca expressão, os que trabalham em casa: em Maio e em Setembro a abstenção é nula em relação ao facto de não estarem recenseados. Verificamos, em relação aos indivíduos que não votarem porque não puderam, a percentagem foi de 3% em Maio e em Setembro a abstenção é nula relativamente a este facto. Relativamente aos que não votaram porque não quiseram, em Maio a percentagem foi de 6% e em Setembro de 4%.

Em relação ao motivo da abstenção, registamos que a maior percentagem incide nos que não votaram por não estarem recenseados (87%), em Maio, e nos que se encontram sem ocupação profissional. A seguir, registamos a percentagem em Setembro (65%) nos trabalhadores por conta de outrem, e pelo facto de não quererem votar. Vêm depois os que se abstiveram porque não puderam ir votar, com 56% na faixa dos trabalhadores por conta de outrem.

Gráfico 12 - Ocupação profissional e abstenção



5.2 Eventos colectivos: Factores de adesão

Neste ponto integramos os resultados dos dois tipos de análise que efectuámos:

- Os gráficos representativos do inquérito associado ao Barómetro do CESOP sobre questões por nós formuladas que permitem identificar os factores que, de modo mais relevante, influenciaram os jovens, com idades entre os 18 e os 35 anos, a aderir a manifestações colectivas que denominámos “eventos de massas”.
- As imagens fotográficas recolhidas nas manifestações, objecto de uma análise de índole visual, sobre os comportamentos, atitudes e formas de comunicação não-verbal, expressas pelos manifestantes.

As questões colocadas no Barómetro foram as seguintes:

1. Costuma participar em manifestações colectivas de rua?
2. Sente-se apoiado/representado pelos manifestantes?
3. Em grupo sente melhor representadas as suas ideias?
4. Gosta de sentir a força da multidão?
5. Sente que é importante marcar uma posição?
6. Identifica-se mais com as ideias do grupo do que com as suas próprias ideias?
7. Sente que com o seu contributo alguma coisa pode mudar?
8. Aproveita para manifestar outras indignações?
9. Só com muita gente a manifestação pode alcançar resultados?

5.2.1 Análise estatística dos factores de adesão

O número de inquiridos pelo Barómetro de Fevereiro de 2012 foi de 978 pessoas. Destes inquiridos, 288 cumprem o critério estabelecido para este estudo (jovens entre os 18 e os 35 anos) e constituem a nossa amostra.

As perguntas foram feitas aleatoriamente pelo CESOP. Registámos as respostas segundo duas variáveis: sexo/género e habilitações académicas.

Percorrendo os resultados da inquirição que se centrou nas questões acima formuladas, passamos a apresentar dados que permitem identificar aquilo que determina, com maior ou menor representatividade, a opção por manifestações colectivas.

A amostra tida em conta para a análise deste gráfico é composta por um total de 288 inquiridos, divididos por 50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Dos 288 indivíduos, 80 possuem o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio; 76 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento; 70 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano; 45 detêm a frequência da universidade ou bacharelato; e 17 têm a 4ª classe antiga, 6ª classe ou ciclo preparatório recentes.

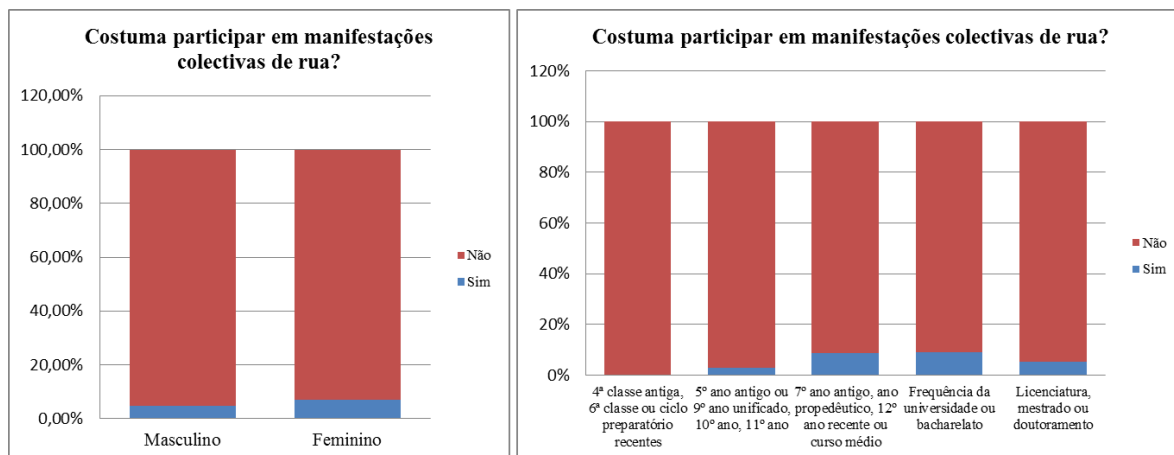
Da amostra em vista para esta análise, somente 17 indivíduos costumam aderir a manifestações de massas. Dos 17 respondentes, 10 são do sexo feminino e 7 do sexo masculino, o que nos leva a reflectir que as mulheres aderem mais do que os homens a eventos de massas. Por outro lado, de entre estes 17 indivíduos, alguns escusaram-se a responder à totalidade das perguntas, daí resulta a diferença no universo das várias respostas.

Seguem-se os resultados obtidos.

A) Participação por sexo e habilitações académicas

Da análise à questão colocada aos inquiridos, sobre se costumam participar em manifestações colectivas de rua, podemos verificar, pela análise do Gráfico nº 13, que 95,2% dos indivíduos do sexo masculino responderam que não, e que 93,1% do sexo feminino responderam que também não participam. Dos inquiridos que costumam participar em manifestações colectivas de rua, 6,9% dos indivíduos são do sexo feminino e 4,8% são do sexo masculino. Analisando a questão tendo em conta o grau de instrução dos inquiridos, podemos verificar que todos os inquiridos (100%) que possuem a 4ª classe antiga, 6ª classe ou ciclo preparatório recentes responderam que não costumam participar em eventos de massa. Verificamos com a mesma opinião os possuidores do 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano com 97,1%; os detentores de licenciatura, mestrado ou doutoramento com a percentagem de 94,7%; com 91,3% os que têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio e ainda os que possuem frequência da universidade ou bacharelato com 91,1%. Registamos em relação aos indivíduos que responderam que costumam participar em manifestações de rua a percentagem mais significativa é dos que possuem frequência da universidade ou bacharelato com 8,9%. Partilham esta mesma opinião: os que têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio com a percentagem de 8,8%; os que detêm uma licenciatura, mestrado ou doutoramento com 5,3% e ainda os que têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano com 2,9%. Nenhum dos indivíduos com a 4ª classe antiga, 6ª classe ou ciclo preparatório recentes é deste parecer.

Gráfico 13 - Participação por sexo e habilitações académicas



B) Sentimento de apoio decorrente do evento colectivo

A amostra tida em conta para analisar o Gráfico 14, foi composta por um total de 14 indivíduos, divididos por 64,3% do sexo feminino e 35,7% do sexo masculino. Dos 14 indivíduos, 7 têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio, 4 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, 2 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano, e apenas um dos inquiridos tem a frequência da universidade ou bacharelato.

Da análise à questão colocada aos inquiridos sobre se se sentem apoiados/representados pelos manifestantes, podemos verificar que 44,4% dos indivíduos do sexo feminino responderam que se sentem bastante apoiados. Esta mesma opinião é partilhada por 20% dos indivíduos do sexo masculino. Por outro lado verificamos que 40% dos indivíduos do sexo masculino responderam que se sentem pouco apoiados/representados, enquanto que nenhum elemento do sexo feminino é desse mesmo parecer. Verificamos igualmente que 40% dos indivíduos do sexo masculino sentem-se muito apoiados/representados e que 33,3% dos indivíduos do sexo feminino têm esta opinião.

Em relação à questão dos que se sentem mais ou menos apoiados/representados, podemos apurar que 22,2% dos indivíduos do sexo feminino têm esse sentimento, e que nenhum indivíduo do sexo masculino tem a mesma opinião.

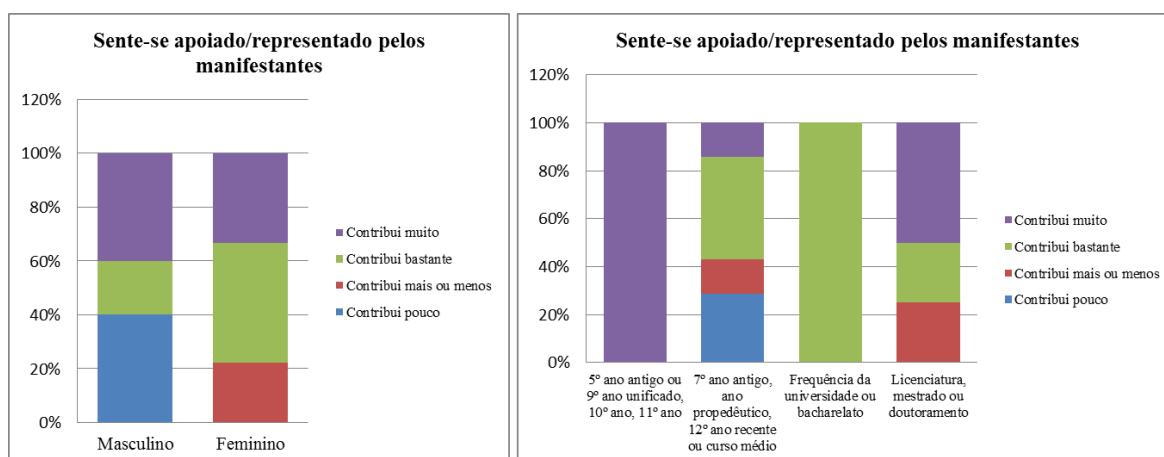
Fazendo a análise, tendo em conta o grau de instrução dos inquiridos, podemos verificar que todos os indivíduos (100%) com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano se sentem muito apoiados/representados, verificamos também com metade da percentagem (50%) dos anteriores os indivíduos com uma licenciatura, mestrado ou doutoramento são da mesma opinião, enquanto que apenas 14,3% dos indivíduos com 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio têm a mesma opinião.

Verificamos que todos os indivíduos (100%) que têm frequência da universidade ou bacharelato responderam que se sentem bastante apoiados, 42,9% dos inquiridos com o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio também têm essa opinião enquanto que apenas 25% dos inquiridos com o grau de instrução licenciatura, mestrado ou doutoramento também a partilham.

Em relação à posição dos inquiridos que se sentem pouco apoiados/representados, podemos verificar esta opinião em 28,6%, e estes têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução têm esse parecer.

Relativamente aos que responderam que se sentem medianamente apoiados, registamos com 25% os possuidores de licenciatura, mestrado ou doutoramento, e com 14,3% os que têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Gráfico 14 - Sentimento de apoio decorrente do evento colectivo



C) Evento colectivo e representação das ideias

Uma reflexão sobre o Gráfico 15 permite-nos constatar o seguinte:

A amostra tida em conta neste gráfico em relação ao género/sexo é composta por um total de 15 indivíduos, divididos por 66,6% do sexo feminino e 33,3% do sexo masculino. A amostra tida relativamente ao grau de instrução é de 13 indivíduos porque só estes revelaram as suas habilitações literárias. Verificamos que 6 indivíduos têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio, 4 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, 2 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano, e apenas um dos inquiridos tem a frequência da universidade ou bacharelato.

Da análise à questão colocada aos inquiridos, sobre se em grupo sentem melhor representadas as suas ideias, podemos verificar que 40,0% dos indivíduos do sexo masculino responderam que sentem as suas ideias muito representadas em grupo enquanto que 30% dos indivíduos do sexo feminino têm a mesma opinião. Por outro lado, verificamos que 40% dos indivíduos do sexo masculino responderam que sentem as suas ideias mais ou menos representadas em grupo. Esta mesma opinião tem 30% dos inquiridos do sexo feminino. Verificamos igualmente que 40% dos indivíduos do sexo feminino pensam que em grupo as suas ideias são bastante representadas e 20% do sexo masculino partilham esta opinião.

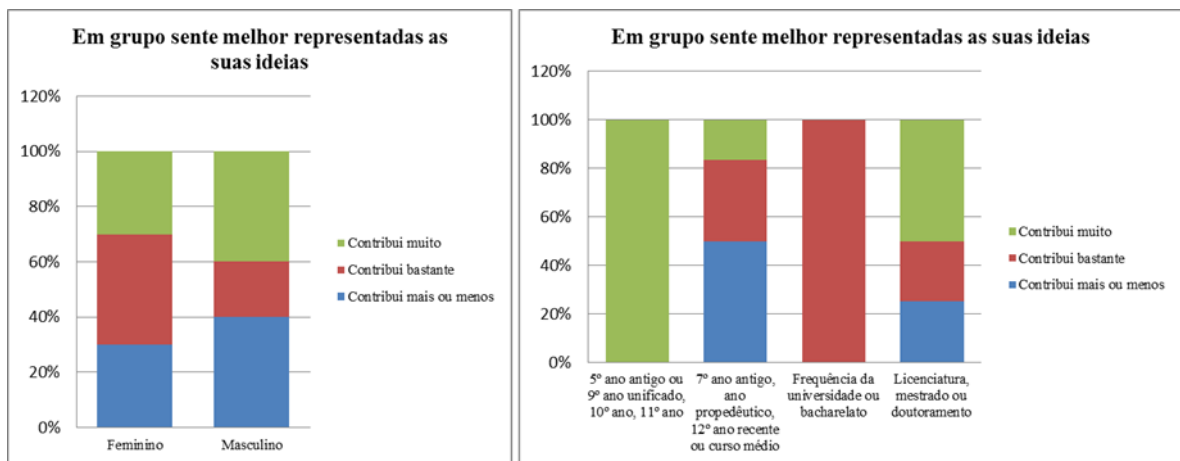
Analisando o grau de instrução dos inquiridos, podemos verificar que todos os indivíduos (100%) com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano sentem as suas ideias muito representadas em grupo. Registamos também que com metade da percentagem (50%) dos anteriores os indivíduos com uma licenciatura, mestrado ou doutoramento são da mesma opinião, enquanto que apenas 16,7% dos indivíduos com 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio têm a mesma opinião. Nenhum indivíduo com frequência da universidade ou bacharelato partilha essa opinião.

Verificamos que todos os indivíduos (100%) que têm a frequência da universidade ou bacharelato responderam que acham que em grupo as suas ideias são bastante representadas, 33,3% dos inquiridos com o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio também têm a mesma opinião, enquanto que apenas 25% dos

inquiridos com licenciatura, mestrado ou doutoramento têm esta opinião. Nenhum indivíduo com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano tem esta opinião.

Em relação à opinião dos inquiridos que acham medianamente, isto é, mais ou menos que as suas ideias são melhor representadas em grupo, podemos verificar que 50% têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio, esse mesmo parecer têm 25% dos que possuem licenciatura, mestrado ou doutoramento. Nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Gráfico 15 - Evento colectivo e representação de ideias



D) A força da multidão

A amostra tida em conta para esta análise é de 13 indivíduos relativamente ao género/sexo e de 14 em relação ao grau de instrução. Do total de 13 indivíduos estão divididos em 69,2% do sexo feminino e 30,7% do sexo masculino.

Dos 14 indivíduos que responderam em relação ao grau de instrução, 7 têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio, 4 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, 2 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano, e apenas um dos inquiridos tem a frequência da universidade ou bacharelato.

Da análise à questão colocada aos inquiridos sobre se gostam de sentir a força da multidão, verificamos que 75% dos indivíduos do sexo masculino responderam gostar muito de sentir essa força, 33,3% dos inquiridos do sexo feminino também têm essa opinião. Por outro lado verificamos que 55,6% dos indivíduos do sexo feminino responderam gostarem bastante de sentir a força da multidão enquanto que 25% dos indivíduos do sexo masculino partilham essa opinião. Verificamos igualmente que 11,1% dos indivíduos do sexo feminino sentem gostar medianamente da força da multidão enquanto que nenhum inquirido do sexo masculino tem essa opinião.

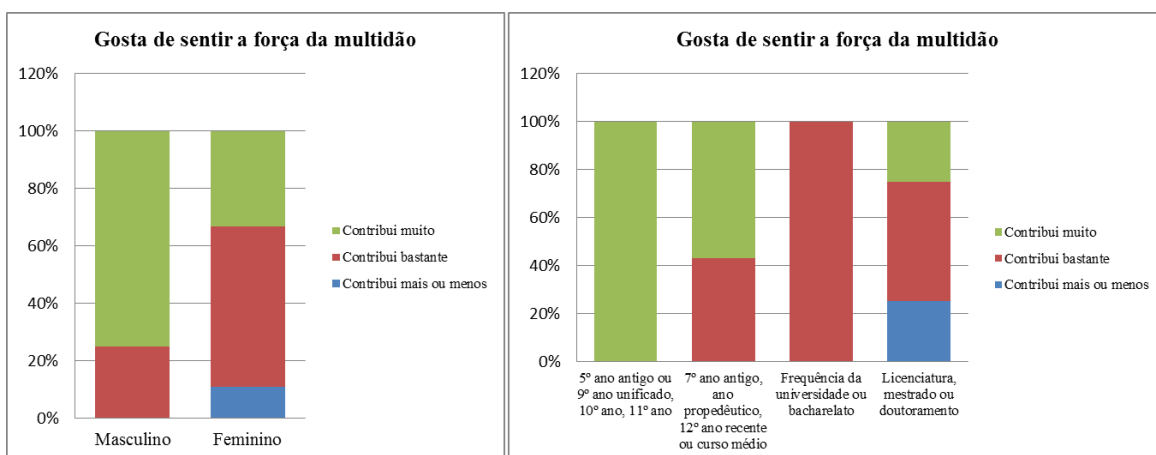
Fazendo a análise, tendo em conta as habilitações académicas dos indivíduos, podemos verificar que todos (100%) possuem o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano sentem que gostam muito de sentir a força da multidão, verificamos ainda com a percentagem de 57,1% os indivíduos com o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio têm a mesma opinião. Os possuidores de licenciatura, mestrado ou doutoramento com 25% partilham este mesmo estado, enquanto que nenhum indivíduo com frequência da universidade ou bacharelato tem esta opinião.

Registamos que todos os indivíduos (100%) que têm frequência da universidade ou bacharelato responderam que gostam bastante de sentir a força da multidão, 50% dos possuidores de licenciatura, mestrado ou doutoramento têm a mesma opinião. Desse mesmo parecer são os inquiridos com o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio com a percentagem de 42,9%. Nenhum indivíduo com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano tem esta opinião.

Em relação à opinião dos inquiridos que gostam mais ou menos de sentir a força da multidão, podemos verificar que 25% têm licenciatura, mestrado ou doutoramento, mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução têm esta opinião.

No âmbito desta questão e com as respostas recebidas, elaborámos o Gráfico 16:

Gráfico 16 - Evento colectivo e força da multidão



E) Necessidade de afirmação em grupo

Após reflexão sobre o Gráfico 17 constatamos o seguinte:

A amostra tida em conta para esta análise é de 15 indivíduos relativamente ao género/sexo e de 14 em relação ao grau de instrução.

Deste modo, registamos a amostra de 15 indivíduos relativamente ao sexo, divididos por 66,6% do sexo feminino e 33,3% do sexo masculino. Dos 14 indivíduos em relação às habilitações académicas, 7 têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio, 4 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, 2 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano, e apenas um dos inquiridos tem a frequência da universidade ou bacharelato.

Da análise à questão colocada aos inquiridos sobre se sentem que é importante marcar uma posição nos eventos de massas, verificamos que 60,0% dos indivíduos do sexo feminino responderam que sentem que é muito importante marcar uma posição, enquanto que 40% dos indivíduos do sexo masculino têm a mesma opinião. Por outro lado verificamos que 40% dos indivíduos do sexo feminino sentem que é bastante importante marcar uma posição. Constatamos igualmente essa opinião nos indivíduos do sexo masculino com 20%.

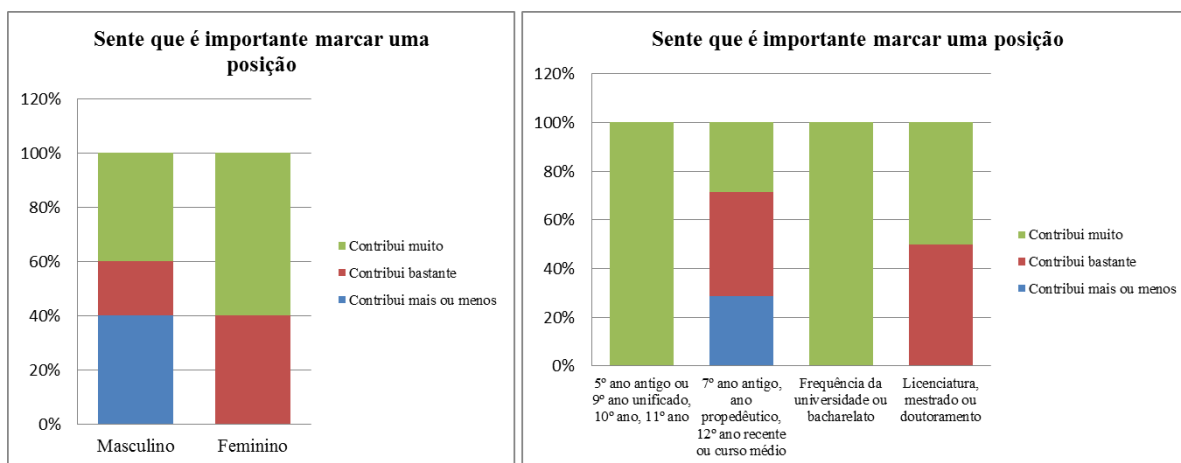
Em relação à opinião dos que se sentem ser medianamente importante marcar uma posição nesses acontecimentos colectivos, podemos apurar que 40% dos indivíduos do sexo masculino têm esta opinião enquanto que nenhum individuo do sexo feminino tem esse parecer.

Fazendo a análise tendo em conta o grau de instrução dos inquiridos podemos verificar que todos os indivíduos (100%) com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano e todos (100%) os que têm frequência da universidade ou bacharelato sentem que é muito importante marcar uma posição, verificamos também que com metade da percentagem dos anteriores (50%) os indivíduos com uma licenciatura, mestrado ou doutoramento são da mesma opinião, enquanto que apenas 28,6% dos indivíduos com 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio têm esse mesmo sentimento.

Registamos que responderam com 50% os indivíduos possuidores de licenciatura, mestrado ou doutoramento que sentem ser bastante importante marcar uma posição nestes eventos colectivos, 42,9% dos inquiridos com o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio também têm a mesma opinião e que mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Em relação à opinião dos inquiridos, que sentem ser medianamente importante marcar uma posição, verificamos que 28,6% têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio têm esta opinião, mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução têm esta opinião.

Gráfico 17 - Evento colectivo e afirmação



F) Influência do grupo

O Gráfico 18, abaixo apresentado, reflecte as respostas obtidas:

A amostra tida em conta para analisar este quadro foi composta por um total de 14 indivíduos, divididos por 64,4% do sexo feminino e 35,5% do sexo masculino. Dos 14 indivíduos 7 têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio, 4 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, 2 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano, e apenas um dos inquiridos tem a frequência da universidade ou bacharelato.

Da análise à questão colocada aos inquiridos, sobre se se identifica mais com as ideias do grupo do que com as suas próprias ideias, podemos verificar que 55,6% dos indivíduos do sexo feminino responderam identificar-se mais com as suas próprias ideias do que com as do grupo, e que 20% dos indivíduos do sexo masculino têm a mesma opinião. Por outro lado, verificamos que 40% dos indivíduos do sexo masculino responderam identificar-se muito com as ideias do grupo em relação às suas próprias ideias, mas somente 11,1% dos indivíduos do sexo feminino partilham desta opinião.

Verificamos, igualmente, que 40% dos indivíduos do sexo masculino sentem que se identificam mais ou menos com as ideias do grupo em relação às suas, e que nenhum do sexo feminino tem esta opinião.

Registamos com 22,2% de indivíduos do sexo feminino que responderam que se identificam pouco com as ideias do grupo em relação às suas próprias, embora nenhum indivíduo do sexo masculino partilhe dessa ideia.

Em relação à posição dos que se sentem bastante identificados com as ideias do grupo relativamente às suas ideias, podemos apurar 11,1% dos indivíduos do sexo feminino com esta opinião enquanto que nenhum indivíduo do sexo masculino pensa isso.

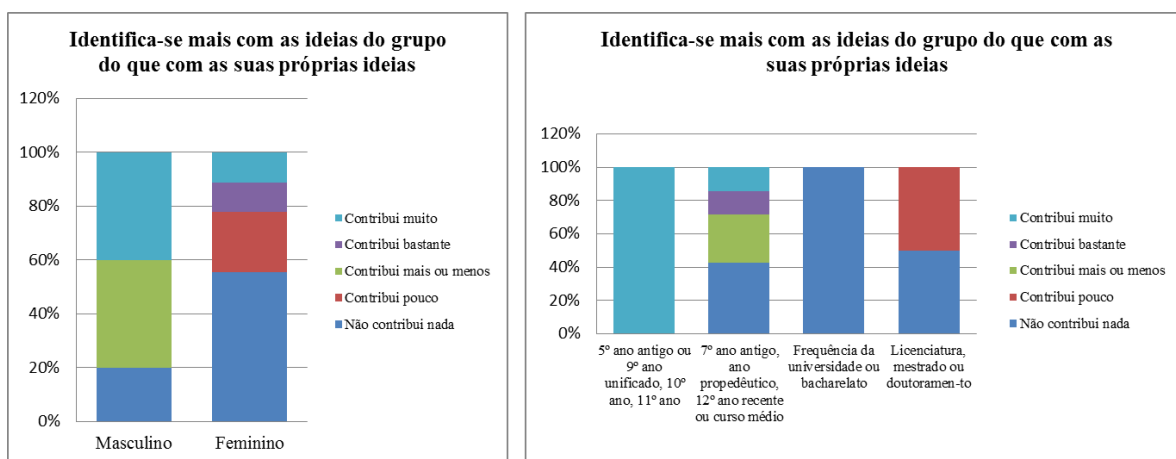
Fazendo a análise, tendo em conta o grau de instrução dos inquiridos, podemos verificar que todos os indivíduos (100%) com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano dizem identificar-se muito com as ideias do grupo em relação às suas próprias ideias, verificamos também com a percentagem de 14,3% os indivíduos com 7º ano antigo, ano

propedêutico, 12º ano recente ou curso médio. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião. Registamos que todos (100%), os indivíduos possuidores de frequência da universidade ou bacharelato responderam que se identificam mais com as suas próprias ideias do que com as do grupo. Ideia esta partilhada pelos que têm licenciatura, mestrado ou doutoramento com a percentagem de 50% e ainda pelos detentores do 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio com 42,9%. Nenhum indivíduo com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano têm essa opinião.

Verificamos que os indivíduos que têm 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio responderam com 28,6% que sentem uma mediana identificação com as ideias do grupo em relação às suas próprias. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião. Constatamos ainda, com 14,3%, os indivíduos que têm 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio que responderam que se identificam bastante com as ideias do grupo relativamente às suas próprias ideias. Esta opinião não é partilhada para mais nenhum dos indivíduos constantes dos restantes graus de instrução.

Em relação à opinião dos inquiridos que se dizem pouco identificados com as ideias do grupo em relação às suas próprias ideias, podemos verificar que 50% têm licenciatura, mestrado ou doutoramento. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Gráfico 18 - Evento colectivo e influência



G) Contributo pessoal e expectativas de mudança

A reflexão sobre o Gráfico 19 leva-nos ao seguinte:

A amostra tida em conta para analisar este gráfico foi composta por um total de 15 indivíduos, divididos por 66,6% do sexo feminino e 33,3% do sexo masculino. Dos 15 indivíduos 7 têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio, 5 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento; 2 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano; e apenas um dos inquiridos tem a frequência da universidade ou bacharelato.

Da análise à questão colocada aos inquiridos sobre o facto de valorizarem o seu contributo para poder mudar alguma coisa, verificamos que 60% dos indivíduos do sexo feminino responderam afirmativamente quanto ao valor do seu contributo para poder mudar algo e 40% dos indivíduos do sexo masculino tem a mesma opinião. Por outro lado, verificamos que 40% dos indivíduos do sexo masculino responderam como valorizando muito o seu contributo para alguma mudança. Esta opinião é partilhada por 30% dos indivíduos do sexo feminino.

Verificamos também que 20% dos indivíduos do sexo masculino colocam como medianamente importante o seu contributo para que alguma coisa mude e 10% dos indivíduos do sexo feminino têm esta opinião.

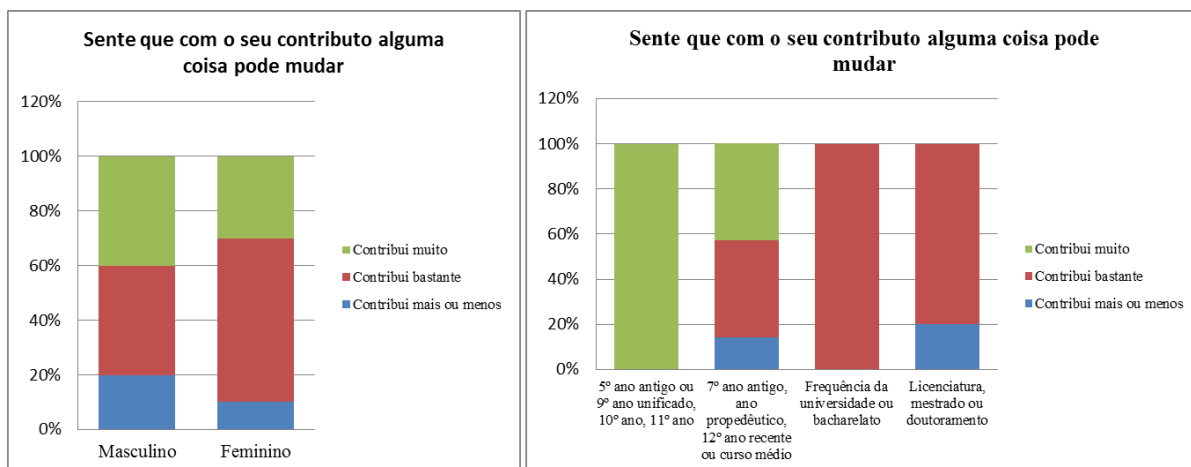
Analisando, relativamente ao grau de instrução dos inquiridos, podemos verificar que todos (100%) os indivíduos com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano valorizam a sua contribuição como muito importante para uma mudança, verificamos também com a mesma opinião 42,9% dos indivíduos com o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução partilha esta opinião.

Verificamos que todos (100%) os indivíduos que têm a frequência da universidade ou bacharelato responderam que o seu contributo é bastante importante para que alguma coisa possa mudar. Esta opinião é unânime para os que têm licenciatura, mestrado ou doutoramento com 80% e com 42,9% para os que têm o 7º ano antigo, ano propedêutico,

12º ano recente ou curso médio. Ninguém com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano tem essa opinião.

Em relação à opinião dos inquiridos que responderam que o seu contributo é medianamente importante para alguma mudança, podemos verificar que 20% tem licenciatura, mestrado ou doutoramento; e que 14,3% dos inquiridos com o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio têm esta opinião. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Gráfico 19 - Evento colectivo e contributo para a mudança



H) Oportunidades para expressar sentimentos

A amostra tida em conta para esta análise é de 14 indivíduos relativamente ao género/sexo e de 13 em relação ao grau de instrução. Deste modo, registamos 14 indivíduos, divididos por 64,3% do sexo feminino e 35,7% do sexo masculino. Dos 13 indivíduos, que constituem a amostra relativamente ao grau de instrução, vemos que 6 têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio; 4 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, 2 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano; e apenas um dos inquiridos tem a frequência da universidade ou bacharelato.

Da análise à questão colocada aos inquiridos, se aproveitam as manifestações de massas para mostrar outras indignações, podemos verificar que 60% dos indivíduos do sexo masculino responderam que aproveitam bastante esses eventos para mostrar outras pretensões, e que 22,2% dos indivíduos do sexo feminino são dessa opinião. Salientamos que 44,4% dos indivíduos do sexo feminino responderam que não aproveitam para mostrar outras indignações; no entanto nenhum indivíduo do sexo masculino tem a mesma opinião.

Por outro lado verificamos que 40% dos indivíduos do sexo masculino responderam que aproveitam muito esses eventos para mostrar outras reivindicações e 11,1% dos indivíduos do sexo feminino têm esse parecer. Verificamos igualmente que 11,1% dos indivíduos do sexo feminino aproveitam mais ou menos as manifestações para mostrar outras pretensões, no entanto nenhum indivíduo do sexo masculino é dessa opinião.

Em relação à posição dos que aproveitam pouco esses acontecimentos para mostrar outras indignações, podemos apurar que 11,1% dos indivíduos do sexo feminino têm esta opinião enquanto que nenhum indivíduo do sexo masculino partilha da mesma.

Fazendo a análise, tendo em conta o grau de instrução dos inquiridos, podemos verificar que todos (100%) os indivíduos com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano se servem muito desses eventos para mostrar outras indignações. Verificamos também, com a percentagem de 16,7%, que os indivíduos possuidores do 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio partilham esse parecer. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Verificamos que todos (100%) os indivíduos que têm a frequência da universidade ou bacharelato responderam que não aproveitam esses eventos para mostrar outras pretensões, 25% dos inquiridos com licenciatura, mestrado ou doutoramento têm esta opinião, assim como 16,7% dos que têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio. Nenhum indivíduo com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano tem essa opinião.

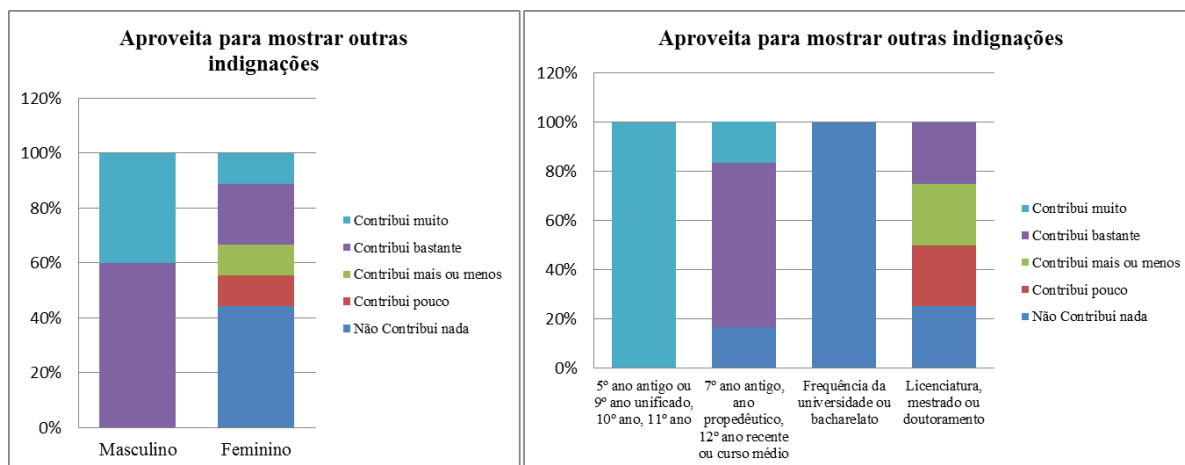
Em relação à posição dos inquiridos, que aproveitam bastante essas ocasiões para expor outras indignações, podemos verificar que 66,7% têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio; 25% têm licenciatura, mestrado ou doutoramento. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Registamos relativamente à resposta sobre se aproveitam mais ou menos esses eventos para mostrar outras pretensões 25% dos indivíduos com licenciatura, mestrado ou doutoramento tem esse parecer. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Em relação à posição dos indivíduos que aproveitam pouco essas manifestações para expor outras indignações verificamos, com 25% os que fizeram licenciatura, mestrado ou doutoramento são desse parecer, mas mais nenhum dos indivíduos representados nos outros graus de instrução tem essa opinião.

Obtivemos o Gráfico 20:

Gráfico 20 - Evento colectivo e oportunidade de expressão



I) A força do grupo e obtenção de resultados

A amostra tida em conta para analisar este gráfico 21 foi composta por um total de 14 indivíduos, divididos por 64,3% do sexo feminino e 35,7% do sexo masculino. Dos 14 indivíduos, 7 têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio, 4 possuem uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, 2 inquiridos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º ano, e apenas um dos inquiridos tem a frequência da universidade ou bacharelato.

Da análise à questão colocada aos inquiridos sobre se pensam que só com muita gente a manifestação pode alcançar resultados, podemos verificar que 75% dos indivíduos do sexo feminino responderam que se identificam muito com essa opinião, e 70% dos indivíduos do sexo masculino têm esse mesmo parecer.

Por outro lado verificamos que 30% dos indivíduos do sexo feminino responderam que se identificam bastante com esse parecer porque só com muita gente a manifestação pode alcançar resultados, e 25% dos indivíduos do sexo masculino partilha essa opinião.

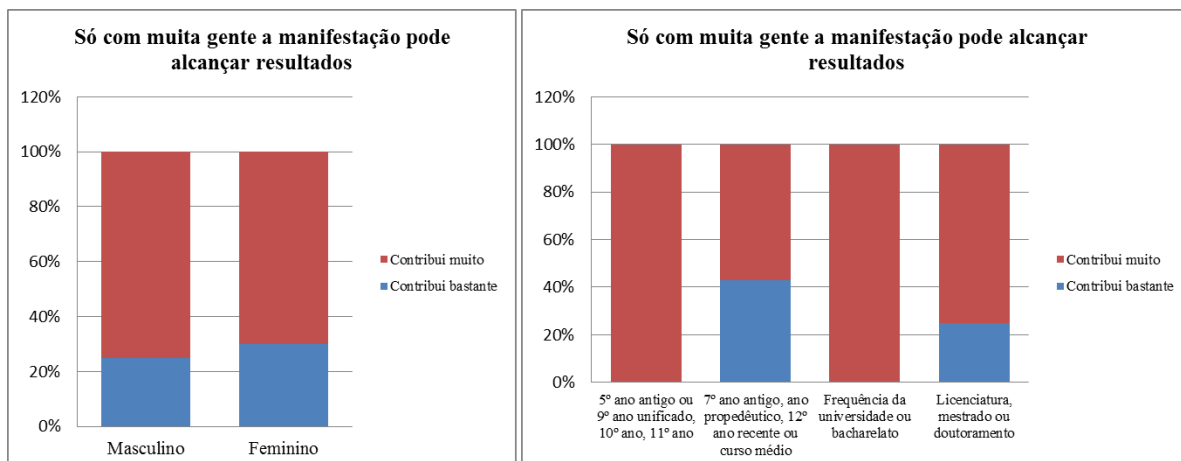
Fazendo a análise, tendo em conta o grau de instrução dos inquiridos, podemos verificar que todos os indivíduos (100%) com o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º ano, 11º e todos (100%) que têm frequência da universidade ou bacharelato estão convictos que só com muita gente a manifestação pode alcançar resultados.

Registamos também com a percentagem de 75% os indivíduos com uma licenciatura, mestrado ou doutoramento são dessa opinião e que ainda 57,1% dos indivíduos com 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio têm essa mesma convicção.

Verificamos, em relação à pergunta se acha que só com muita gente a manifestação pode alcançar resultados, que 42,9% dos inquiridos, com o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio responderam que é bastante importante que a manifestação tenha muita gente para alcançar resultados. Também têm a mesma opinião 25% dos

inquiridos com licenciatura, mestrado ou doutoramento. Mais nenhum dos indivíduos representados nos restantes graus de instrução tem esta opinião.

Gráfico 21 - Eventos colectivos e obtenção de resultados



5.2.2 As imagens dos eventos colectivos

5.2.2.1 Contexto da observação

Tivemos oportunidade de fazer uma observação directa nas manifestações de 20 de Março, 22 de Março e 31 de Março de 2012 e recolhemos fotografias da população jovem.

Da manifestação nacional do Ensino Superior, realizada em 20 de Março de 2012, o que mais salientamos são os cartazes com alusões às despesas e às dificuldades financeiras dos estudantes. A concentração foi no Marquês de Pombal e por isso os jovens confraternizaram na relva do Parque Eduardo VII. A manifestação contou com cerca de duas centenas de estudantes. Dirigiram-se cordialmente para a Assembleia da República.

A manifestação do dia 22 de Março coincidiu com o dia de greve geral, convocado pela CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses). A concentração foi no Rossio e dirigiram-se para a Assembleia da República. Foi uma manifestação que ficou marcada por vários incidentes ocorridos no Chiado. Destacamos um grupo de jovens com um cartaz que apela à lei contra a precariedade. Verificámos que chegaram por sectores laborais, por ex. CTT, Ferroviários. Agruparam-se para ouvirem as palavras do dirigente da CGTP e dispersaram depois.

A manifestação do dia 31 de Março decorreu desde a Praça da Figueira até à Praça Luís de Camões, em Lisboa. Foi uma manifestação ordeira, com muito participantes jovens.

5.2.2.2 A interpretação das imagens

Seleccionámos 25 fotografias das manifestações para interpretação no nosso estudo. Tivemos ocasião de verificar que, no desfile, os manifestantes apareceram por actividades profissionais (Enfermeiros, Hotelaria, Restauração, Bancários, Estudantes) e por localidades geográficas (Câmaras Municipais).

Os cartazes aludiam todos às condições de trabalho e apelavam á oportunidade da construção de uma carreira profissional com vista a um futuro melhor. Registámos os seguintes *slogans*: *Não à precariedade; Pela estabilidade; Pelos direitos; Por melhores salários.*

Estas mensagens escritas apelam ao respeito, à dignidade, à construção duma carreira profissional. O respeito é uma referência à auto-estima; a dignidade à auto motivação; e a carreira profissional à auto-realização.

Para a nossa exposição apoiámo-nos em Ray Birdwhistel e na sua abordagem micro-analítica da comunicação e gestualidade. Como o comportamento quinésico ou não-verbal e a linguagem gestual são competências comunicativas, procurámos através da observação das fotografias recolhidas estabelecer um paralelo que nos possa traduzir as mensagens comunicacionais dos manifestantes.

Estes cartazes têm vários significados políticos expressos por signos com valores de expressão verbal, quinésica, proxémica e iconográfica. São formas de comunicação política assentes numa natureza ortográfica (as palavras) e numa natureza iconográfica (as imagens). A ênfase gráfica feita através do tamanho das letras, das palavras, as cores escolhidas e o contraste entre elas, determina a forma como o cartaz é apreendido ao ser lido.

Denominamos Quinésica porque nos remete para o movimento corporal do(s) indivíduo(s) que transportam os cartazes, que à luz das teorias de Ray Birdwhistell, são uma referência essencial.

Proxémica, na medida em que existem distâncias e espaços entre as pessoas no seu processo de interacção. Antes da manifestação, os manifestantes concentraram-se e só depois desfilaram. Na concentração, as distâncias são muito próximas, estão como que ligados a fazerem parte de um todo. No decorrer do desfile, usam distâncias convencionais duma manifestação em fila e que dá lugar a uma demonstração de cartazes, faixas, *slogans* e a agrupamento por sectores de actividade.

Iconográfica, na medida em que é usada uma linguagem visual que recorre a imagens que enriquecem o teor das mensagens e facilita a sua apreensão. Estas imagens podem resultar tão importantes quanto o universo das palavras.

Existe no comportamento destes participantes uma interacção com um claro sinal de comunicação. A gestualidade usada leva-nos a classificar como modal, porque existe uma relação entre a expressão e o conteúdo. A apresentação e a postura do corpo dos manifestantes são idênticas e elucidativas duma motivação. Há como que um prolongamento de cada indivíduo que transporta um cartaz ou uma faixa que clama em conjunto pelas causas que defendem. Estes comportamentos transmitem ainda uma relação cultural. No geral, os manifestantes demonstram alguma passividade, expressões de satisfação e símbolos de solidariedade.

Fizemos a seguinte análise das fotografias:

| Tipo de comportamentos gestuais | Categorização dos comportamentos analisados |
|--|---|
| Demonstrativos/emblemáticos | Punho erguido nos cartazes; mensagens escritas nos cartazes; sigla da CGTP; sigla da Interjovem; do STML; do SEP. |
| Absorvidos ou treinados | Os manifestantes que transportam os cartazes que se encontram na 1ª fila. |
| Ilustrativos/expositivos de afectos | Expressão emotiva. |

- Quanto aos gestos demonstrativos/emblemáticos: encontram-se nos cartazes em que exibem um punho erguido, as siglas das diversas entidades e as várias mensagens escritas.

Na fotografia 1 temos uma panorâmica de diversos cartazes e de uma variedade de cores. Do ponto de vista da proximidade, podemos identificar o uso das distâncias próximas dos manifestantes no encontro antes da manifestação. Esta fotografia é identificadora da concentração antes do desfile.



Fotografia 1 – Concentração

Na fotografia 2 destacamos a imagem do punho erguido, na faixa horizontal. Esta imagem não é, no nosso entender, simples porque mostra um polegar por cima dos outros dedos da mão fechada. O punho erguido é um gesto global que pode representar o baixar e o erguer do punho e da mão fechada numa sucessão ritmada no âmbito duma manifestação política de expressão revolucionária. A visão do punho erguido com a mão fechada simboliza a totalidade do gesto. Sugere-nos ainda a ideia de comando. É uma imagem estática que adquire uma valorização do gesto e por esse facto é ao mesmo tempo uma imagem de acção duma narrativa política. As letras usadas nesta faixa são grandes e, portanto, bem visíveis. As cores destacam-se bem em relação à cor de fundo. Vimos igualmente cartazes onde a sigla da CGTP aparece a letras vermelhas sobre um fundo branco.



Fotografia 2 - O começo da manifestação

A fotografia 3 é ilustrativa do apoio organizativo da manifestação.



Fotografia 3 - A organização

Na fotografia 4 vemos o lado esquerdo da camioneta que transporta os suportes operacionais da manifestação. O polegar do punho erguido da fotografia situa-se na vertical e são visíveis as unhas dos outros dedos da mão, mostrando uma mão não muito fechada ou um punho não muito cerrado. São símbolos demonstrativos/emblemáticos. Lemos nos cartazes: “Este País também é para jovens” e “Queremos Trabalho! Exigimos direitos!” São apelos directos à oportunidade de trabalho da camada jovem na população nacional. Significa, no nosso ponto de vista, que os jovens querem ver preenchidas as suas necessidades básicas, de sobrevivência, segurança e estabilidade.



Fotografia 4 - O punho erguido

Na fotografia 5 salientamos os dois manifestantes que carregam cartazes de punho, brancos. Os cartazes têm letras pretas com tamanho superior às vermelhas. Vimos ainda parte duma faixa horizontal. Notamos ainda que os três jovens mais visíveis na fotografia apresentam uma indumentária idêntica e uma postura semelhante.



Fotografia 5 - Início do desfile

A faixa horizontal da fotografia 6 mostra uma mão aberta de cor preta num fundo branco que simboliza uma paragem, uma não passagem ou mesmo um limite. É um gesto de defesa. Lemos igualmente apelos contra a precariedade e trabalho estável com direitos.



Fotografia 6 - Contra a Precariedade

As siglas do SEP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses), visíveis nos cartazes de punho da fotografia abaixo (7) aparecem a branco num fundo vermelho.



Fotografia 7 - SEP

Verificamos na fotografia 8 que alguns participantes envergam capas plásticas com a sigla do SEP. Podemos classificar estes comportamentos como gestos treinados ou absorvidos.



Fotografia 8 - Indumentária igual

Na fotografia 9 visionamos trabalhadores da STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local). O cartaz de punho que exibem tem fundo vermelho, as letras são brancas e o símbolo da STAL é bege. Podemos nesta imagem ter uma visão em termos proxémicos da manifestação, uma vez que há uma distância entre os manifestantes que seguem à frente e os que vêm atrás.



Fotografia 9 - STAL

Registamos na fotografia 10 gestos absorvidos ou treinados que se encontram nos manifestantes que desfilam com os cartazes ou faixas. Apresentam-se em fila de modo a segurarem com as mãos de um lado ao outro do cartaz para que ele seja bem visível. Desfilam compassadamente de maneira a manterem-se ao lado uns dos outros.



Fotografia 10 - Não somos Escravos

Na imagem abaixo (fotografia 11) destacamos as cores vermelhas, branca, preta, amarela e azul das faixas. Salientamos ainda em termos proxímicos as distâncias próximas dos manifestantes.



Fotografia 11 - Barreiro presente

Os cartazes de punho da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), visíveis na fotografia 12, têm fundo branco e letras vermelhas. A faixa horizontal apresenta, no lado esquerdo, a sigla da Interjovem a azul; e por debaixo as letras da CGTP, a preto. Do lado direito, lê-se “Contra a Precariedade” “Pela “Estabilidade no Emprego” a letras vermelhas. A faixa tem fundo branco e destaca-se ao centro a palavra “Santarém” a letras vermelhas, num fundo preto e branco, com imagens de pessoas. Há como que um acréscimo de gente nesta faixa.



Fotografia 12 - Santarém

Na fotografia 13 destacamos os comportamentos absorvidos ou treinados nos manifestantes que seguram a faixa horizontal. Os participantes marcham compassadamente e entoam palavras de ordem.



Fotografia 13 - Pela Estabilidade no Emprego

Na fotografia 14 os manifestantes que carregam a faixa esperam pela ordem dos colegas que levam os altifalantes. Indica-nos um sentimento de partilha, inserido num comportamento expositivo de afectos.



Fotografia 14 - A partilha

Esta fotografia (15) mostra-nos uma panorâmica amena e ordeira do desfile na Rua do Carmo, em Lisboa.



Fotografia 15 - Rua do Carmo

A fotografia 16 mostra vários cartazes de punho com fundo branco, letras vermelhas e a sigla da CGTP a azul. Observamos, do lado direito da faixa horizontal branca, a sigla da Interjovem com o formato do “i” a branco, dentro dum rectângulo vermelho. As letras da palavra Interjovem estão a negro. Por baixo, conseguimos ainda ler a palavra Évora, a vermelho.



Fotografia 16 - Évora

Na fotografia 17 podemos verificar as posturas decididas dos praticantes no centro da imagem. O corpo inflecte para a frente afirmativamente.



Fotografia 17 - Afirmação

Na fotografia 18 salientamos um cartaz horizontal com fundo preenchido de imagens com tons de cinzento onde se destacam letras brancas; e a palavra “Não” e a sigla da Interjovem, a vermelho.



Fotografia 18 - Interior

A mensagem da faixa horizontal vermelha da fotografia 19 clama por aumento de salários e emprego com direitos, que nos remete para a auto realização. As letras aparecem em azul e preto contrastando com o fundo vermelho. Identificamos em alguns participantes gestos faciais de satisfação.



Fotografia 19 - Aveiro

Na fotografia 20 verificamos os cartazes da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) e da Interjovem numa combinação alternada de cores entre o vermelho e o branco.



Fotografia 20 - CGTP

Esta fotografia (21) é reveladora do clima ameno da participação na manifestação.



Fotografia 21 - Descontraidamente participando

Na fotografia 22 destacamos a faixa horizontal que apresenta fundo branco contrastando com as letras a negro, vermelho e verde. O Símbolo da CGTP aparece no lado direito com várias cores. Os cartazes de punho exibem cores diferentes. Resulta numa visão com vários contrastes de cores.



Fotografia 22 - Lutar

Identificamos na fotografia 23 gestos ilustrativos/expositivos de afectos nas expressões faciais e corporais dos manifestantes. Há um gesto de ajuda, e olhares que se identificam com sentimentos de solidariedade.



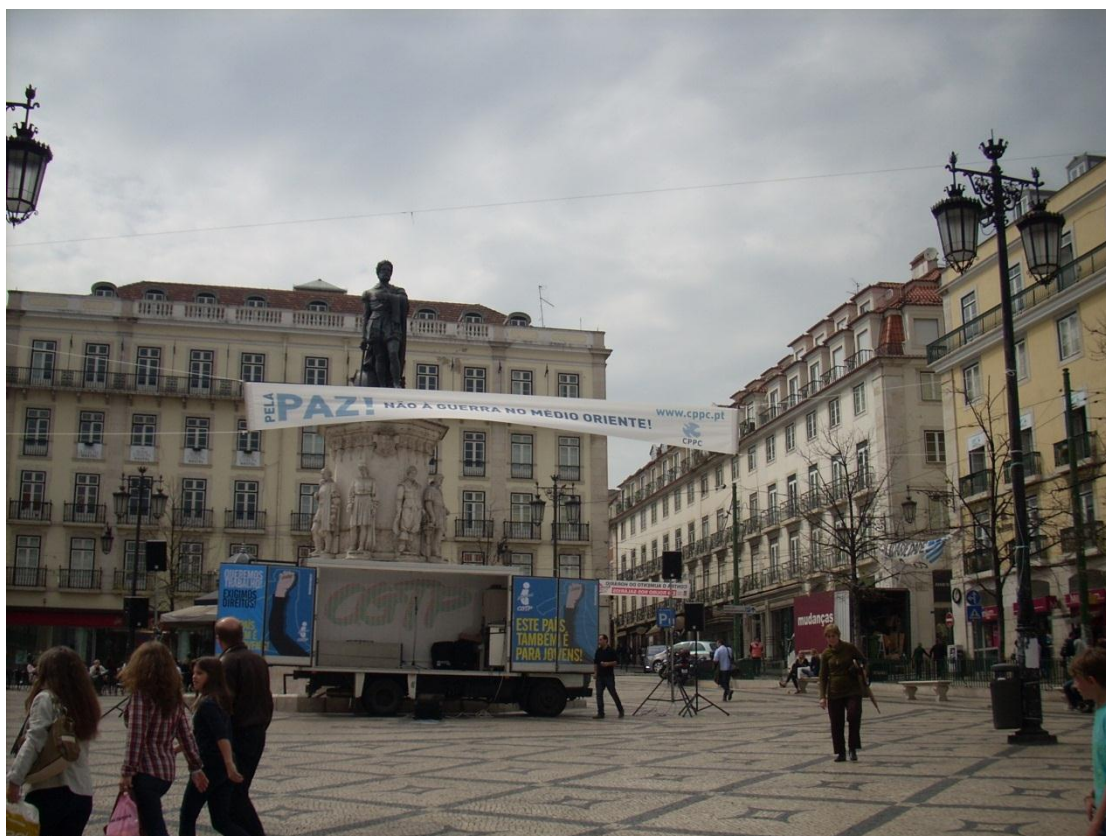
Fotografia 23 - Ferroviários

Vimos na fotografia 24, manifestantes do STML (Sindicato dos Trabalhados Municipais de Lisboa) e identificamos gestos emblemáticos nas siglas de cores brancas e pretas em fundo vermelho. A sigla da CGTP aparece na faixa horizontal do lado direito com cores contrastantes. Há um apelo à garantia dum futuro com direitos na faixa horizontal. Os gestos faciais dos participantes indicam pela posição da boca uma provável entoação duma palavra de ordem, o que nos remete para comportamentos absorvidos ou treinados.



Fotografia 24 - STML

A fotografia 25 mostra uma panorâmica da Praça Luís de Camões, que foi o local escolhido para o encerramento de uma manifestação. A fotografia foi tirada antes da chegada dos manifestantes.



Fotografia 25 - Local de encerramento

Os cartazes transmitem mensagens e assumem um papel muito importante, como meio de comunicação de massas, num contexto político de discurso contestatário, realçando as injustiças, as arbitrariedades, as indignações, as denúncias e acusações, assim como as ideologias.

Todas estas siglas são signos de identidades que nos transmitem um conteúdo político-ideológico com cariz partidário.

Há nos cartazes uma dinâmica narrativa para além das imagens estáticas. As imagens nos cartazes prolongam o momento, no sentido em que estão presentes, durante toda a manifestação, e a sua mensagem pode ser lida e retida, a qualquer instante.

Fazendo uma sùmula das cores mais usadas, verificamos o predomíno do vermelho, que é uma cor específica de luta. O amarelo é uma cor alegre, solarenga, comunicacional e transmite luz ao acontecimento. O azul é igualmente uma cor comunicativa. Verificamos que o azul também é uma cor muito usada pelos manifestantes e parece existir uma ligação entre as letras e a indumentária.

5.3 Os resultados à luz do quadro conceptual de referência

De acordo com o modo como cada pessoa percepçiona a realidade, assim se expressam as suas opiniões perante essa mesma realidade.

Essa percepção é o resultado, por um lado, pela forma como essa realidade é sentida e se encontram expressas as atitudes, motivações e interesses que lhes estão subjacentes; por outro lado, a influência das expectativas reflecte aquilo que cada indivíduo possui e o modo como conceptualizam as diferentes situações.

O comportamento individual reflecte os contornos como cada um se integra na situação em que vive, associado também às suas ambições e objectivos.

Essa integração social por vezes assume uma “veste “ própria de cada circunstância. É assim que Goffman fala de interacção social, corporizada por “actores” que, no palco da vida, oferecem a cada circunstância, o desempenho contextual, direccionado para o “público”, específico e adequado a essa circunstância.

Em matéria que respeita ao presente estudo - a afeição/desafeição dos jovens na política -, estas questões aparecem configuradas com características e contornos muito peculiares.

Existem motivações que dão consistência a algumas das atitudes e comportamentos implícitos nas respostas obtidas.

Existem factores contributivos no modo como os jovens entendem a sua necessidade de agregação ou de adesão a grupos e multidões.

As vertentes referidas - motivação, associação, inter-relação, sentimento gregário - podem ser evidenciados e interpretados, através das respostas obtidas, às questões que conseguimos integrar no último barómetro do CESOP. Salvaguardamos, contudo, o facto de essas questões terem sido concebidas exclusivamente para a presente investigação, pelo que foram tratadas separadamente.

E justamente por estarmos diante de um cenário caracterizado por algumas particularidades circunstanciais, encetamos a análise interpretativa de dados, que passamos a apresentar, procurando contextualizá-la no quadro teórico que definimos, como referência ao presente estudo.

Na perspectiva em que abordámos o quadro conceptual de referência, para este estudo - centrado no conceito de motivação e de comunicação - encontramos agora diante de uma oportunidade de ilustrar a evidência da interface entre o comportamento e a linguagem comunicacional.

Procederemos assim uma abordagem pragmática dos dois conceitos, relacionando as motivações com os comportamentos, e a comunicação com as mensagens, ditas ou expressas também através dos comportamentos.

5.3.1 Motivações e comportamentos

Quando fizemos menção ao quadro conceptual de referência, que sustentou a elaboração das questões apresentadas aos inquiridos (ver dimensões e indicadores da pesquisa) procurámos que existisse um fio condutor entre os pontos teóricos de partida de alguns dos autores citados e os resultados expectáveis, deste estudo.

Passamos então a apresentar os resultados da interpretação, efectuada sobre as questões que colocámos no barómetro já mencionadas, relacionando, sempre que possível e oportuno, com as imagens que pudemos visualizar, nas fotos que já apresentámos.

a) Sentimento de apoio e poder

Quando os inquiridos apontam para o contributo do evento colectivo, como forma de apoio individual aos manifestantes, à manifestação das suas ideias e à força que sentem brotar da multidão, estamos perante um resposta fundamentada em várias motivações, defendidas por autores mencionados.

- O desejo intrínseco em cada participante da obtenção de uma recompensa ou um objectivo, preconizado por Murray, fomenta a motivação de participação em eventos colectivos.
- A procura de estabilidade laboral, contida nas necessidades de segurança apregoadas por Maslow, pode estar na base da adesão a manifestações colectivas de rua.
- A necessidade de relacionamento humano, (defendida por Maslow) neste caso, como factor estimulador/facilitador de uma melhor representação de ideias, como forma de marcar uma posição, vividas num sentimento de solidariedade.
- O sentimento de partilha humana e ideológico fomentado em eventos colectivos (necessidades de realização, afiliação e poder, preconizadas por McClelland).
- A procura de valores e metas, defendidos por Locke, como fundamentais no comportamento humano, leva a identificar como importante o contributo pessoal e o desejo de uma adesão numerosa a estes eventos. A crença de que só com muita gente a manifestação pode alcançar resultados para a mudança desejada, identifica-se com as metas defendidas pelo autor.

b) Necessidade de auto realização e de auto-estima

- O gosto por sentir a força da multidão, de marcar a sua posição, de aproveitar a oportunidade para manifestar outras indignações de forma visível e através de imagens em público, corporizam fortemente as teorias de Maslow e de McClelland, enquanto fazem a apologia da necessidade de auto-estima, auto realização e afiliação (relacionamento cordial demonstrado nos eventos).
- Ao sentirem-se agentes de mudança, quando conseguem marcar as suas posições, em parceria com muitos outros, fica-se mais perto da teoria de Locke, quando afirma que a auto estima e a auto realização pessoal, são configuradas com a prossecução de objectivos fixados e a sua concretização, por si e pela multidão.

5.3.2 Comunicação e mensagens expressas

- A visualização de expressões e gestos, de linguagem escrita e representada pelos actores, participantes em manifestações, são bem o testemunho de que o comportamento não tem oposto (como diz Watzlawick ao afirmar que é impossível não comunicar).
- Comunica-se através das distâncias que o ser humano demarca nas suas formas de apresentação – individual ou em grupo. A opção pelo evento colectivo, cuja proximidade física das pessoas é evidente, reflecte uma proximidade pessoal (e em alguns casos íntima) que plasma a proximidade ideológica, testemunhando a teoria proxémica de E. Hall.
- Gestos e expressões demonstrativos desta proximidade ideológica, manifestada através de *slogans*, punhos no ar, entoação de sons partilhados, são um tributo ao conceito de Birdwhistell, ao falar das concepções quinésicas (quines e quinemas) na relação humana.
- A estrutura do movimento corporal dos participantes dentro do ambiente contextual destes eventos, identifica-se com as teorias quinésicas, uma vez que a actividade corporal acompanha os manifestantes. Estes tendem a usar posturas e atitudes semelhantes, que os identifica com o grupo em que estão integrados.

- As demonstrações emotivas são relevadoras dos sentimentos como a satisfação, o respeito, a cordialidade, visíveis nos participantes e que se identificam, segundo Birdwhistell, como expressões quinésicas.
- Frases feitas (*Este país também é para jovens; Queremos trabalho, exigimos direitos; Não ao encerramento do Interior; Temos direitos não somos escravos*) veiculam mensagens expressas, mas também incorporam necessidades de sobrevivência que precisam ver satisfeitas.

De tudo quanto foi dito e confirmado, ao longo deste estudo, que focalizámos nas questões motivacionais e comunicacionais, agenciadoras de comportamentos e atitudes, individuais e colectivas, serviu de oportunidade para a aplicação experimental de conhecimentos relacionados com as teorias referidas, o que constituiu uma oportunidade para entender a aplicabilidade destes conceitos à realidade. Por outras palavras, de tornar a ciência útil para a vida de todos os dias.

Conclusões e Recomendações

Como referido oportunamente, foi por nós de primordial importância fazer uma investigação que permitisse conhecer as realidades referentes ao tema em análise no presente documento.

Assistimos em 2011 a vários actos eleitorais. O ano de 2012 tem sido profícuo em acontecimentos políticos que apelam à contribuição, à exigência e ao rigor de uma postura atenta e participativa. A fraca adesão juvenil ao voto eleitoral, que constatámos no estudo efectuado, afigura-se de certo modo preocupante, e traduz o baixo significado de alguns valores perenes, como a partilha, a solidariedade, enquanto agentes de contribuição efectiva para a construção de uma sociedade melhor. Se cada jovem se sentir responsável, com valores sólidos, poderá ajudar a construir uma sociedade com interesses comuns, aberta a todos os seus membros.

A título de conclusão foi-nos possível identificar níveis de afeição e desafeição dos jovens face à actividade política. Constituiu uma resposta à questão de partida bem como às hipóteses de trabalho formuladas.

Passo, pois a fazer uma análise sucinta dos resultados.

Partimos da questão - *Em que medida a situação contextual dos jovens influencia o grau de participação na vida política?*

O trabalho foi orientado dissecando esta afirmação inicial em duas vertentes:

- A situação contextual dos jovens;
- Os motivos que ajudam a entender o nível de envolvimento (afeição/desafeição) face à política em manifestações colectivas: o gesto, a postura, a distância.

Relativamente à primeira vertente – situação contextual dos jovens – verificámos os seguintes resultados:

Intenção de Voto:

- 63% - os que mais têm intenção de votar são os solteiros;
- 46% - os que têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º, 11º ano;

- 68% - os trabalhadores por conta de outrem.

Intenção de Não Votar:

- 61% - os que mais têm intenção de não votar são os solteiros;
- 69% - os que têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º, 11º ano;
- 65% - os trabalhadores por conta de outrem.

Voto Consumado:

- 55% - os que mais votaram são os solteiros;
- 34% - têm licenciatura, mestrado ou doutoramento;
- 59% - trabalhadores por conta de outrem.

A Abstenção efectiva:

- 91% - os que mais se abstiveram foram os solteiros. A principal razão é a de não estarem recenseados;
- 48% - os que têm 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º, 11º ano. A principal razão é a de não estarem recenseados;
- 87% - os que não têm ocupação profissional. A principal razão é de não estarem recenseados.

- Podemos facilmente concluir, pelas percentagens acima apresentadas, que é na faixa dos solteiros que as percentagens são maiores, isto é, são eles os que mais têm intenção de votar, assim como de não votar. Continuam a ser os solteiros os que mais votaram e são eles ainda os que mais se abstiveram. A principal razão de não votarem reside no facto de não estarem recenseados. Muitos têm o 5º ano antigo ou 9º ano unificado, 10º, 11º ano, embora no voto consumado prevaleça a faixa dos que têm licenciatura, mestrado ou doutoramento. A nível profissional, são trabalhadores por conta de outrem ou encontram-se sem ocupação profissional.

Relativamente aos Factores de adesão a eventos de massas:

Participação em manifestações colectivas de rua:

- 95,2% dos indivíduos do sexo masculino e 93,1% do sexo feminino não participam;
- Todos os indivíduos com a 4ª classe antiga, 6ª classe ou ciclo preparatório recentes não costumam participar nestes eventos;
- 6,9% dos indivíduos do sexo feminino e 4,8% do sexo masculino costumam participar.
- 8,9% dos que costumam participar têm frequência da universidade ou bacharelato.

Sentimento de apoio decorrente do evento colectivo:

- 44,4% dos indivíduos são do sexo feminino e sentem-se bastante apoiados. 7 dos 14 respondentes possui o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio.

Evento colectivo e representação das ideias:

- 66,6% dos indivíduos são do sexo feminino. Dos 15 inquiridos, só 13 responderam, e 6 deles têm o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio;
- 40% dos indivíduos do sexo masculino sentem as suas ideias muito representadas em grupo; 40% dos indivíduos do sexo masculino sentem as suas ideias mais ou menos representadas; 40% do sexo feminino sentem as suas ideias bastante representadas em grupo.

Força da multidão:

- 69,2% são do sexo feminino. Dos 14 respondentes, 7 possuem o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio;
- 75,5% dos indivíduos do sexo masculino gostam muito de sentir a força da multidão.

Necessidade de afirmação em grupo:

- 66,6% são do sexo feminino. Dos 14 respondentes, 7 possuem o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio;
- 60% dos indivíduos do sexo feminino sentem que é muito importante marcar uma posição. 40% dos indivíduos do sexo masculino partilham desta opinião.

Influência do grupo:

- 64,4% são do sexo feminino. Dos 14 respondentes, 7 possuem o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio;
- 55,6% dos indivíduos do sexo feminino identificam-se mais com as suas próprias ideias do que com as do grupo. 20% dos indivíduos do sexo masculino têm a mesma opinião.

Contributo pessoal e expectativas de mudança:

- 66,6% dos indivíduos são do sexo feminino. Dos 14 respondentes, 7 possuem o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio;
- 60% dos indivíduos do sexo feminino sentem como bastante importante o seu contributo para a mudança. 40% dos indivíduos do sexo masculino têm a mesma opinião.

Oportunidade para expressar sentimentos:

- 64,3% são do sexo feminino. Dos 13 respondentes, 6 possuem o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio;
- 60% dos inquiridos do sexo masculino aproveita as manifestações para mostrar outras indignações, enquanto que apenas 22% do sexo feminino é desta opinião.

Força do grupo e obtenção de resultados:

- 64,3% dos indivíduos são do sexo feminino. Dos 14 respondentes, 7 possuem o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio;
- 75% dos indivíduos do sexo feminino é de opinião que só com muita gente a manifestação pode alcançar resultados e 70% dos indivíduos do sexo masculino têm esta mesma opinião.

Podemos concluir dos dados acima registados, tendo em conta a nossa amostra, que são poucos os jovens que participam em manifestações colectivas de cariz político, embora as mulheres participem em maior número do que os homens. No que se refere a habilitações académicas grande parte tem o 7º ano antigo, ano propedêutico, 12º ano recente ou curso médio. Dos participantes registamos que dizem-se bastante apoiados; sentem

medianamente representadas as suas ideias; gostam muito de sentir a força da multidão; responderam que é importante marcar uma posição; identificam-se mais com as suas ideias do que com as do grupo; atribuem como bastante importante o seu contributo para a mudança; aproveitam estes eventos para mostrar outras indignações e a maior parte é de opinião que só com muita gente a manifestação pode alcançar resultados.

No que diz respeito aos motivos que se traduzem em gestos, posturas e distâncias proxémicas, verificamos que:

- Gestos que denunciam poder: encontram-se nos cartazes que exibem o punho erguido; nos *slogans* “*Este País também é para jovens*”; “*Contra a Precariedade*”; “*Trabalho Estável com Direitos*”, nas várias siglas da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses); do SEP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses); da INTERJOVEM.
- Gestos que denunciam afinidade: encontram-se nos participantes que seguram os cartazes; nas expressões corporais e faciais demonstrativas de entoação de palavras de ordem. As distâncias proxémicas dos manifestantes são próximas. Nos desfiles, optam por distâncias convencionais, próprias de fila, para que sejam visíveis e apreendidos os cartazes, as faixas e os *slogans*.
- Gestos que denunciam filiação a um partido: os manifestantes portadores de cartazes de cariz político com siglas ou com mensagens realçando as injustiças, as indignações e as ideologias.

Dos resultados apresentados e em jeito de reflexão, registamos algumas questões que o quadro da pesquisa que realizámos, nos suscitou.

Os jovens de hoje não tiveram a experiência de viverem em *não-democracia* na nossa sociedade e têm dificuldade em apreender este conceito. Vivemos hoje em democracia, como respiramos sem nos darmos conta. A democracia assenta numa sociedade regida por regras, e actua segundo essas regras, que permitirão livres escolhas aos seus membros. A figura da democracia é de um regime intocável, garante de liberdade. Eduardo Lourenço (2009: 77) classifica a *não-democracia* como a ausência quase feliz de toda a responsabilidade pessoal nas decisões que condicionam o destino colectivo pelo facto de não ser engrenagem, nem eco da ordem instituída. Segundo este autor, na perspectiva

ocidental, após a queda do muro de Berlim, a democracia assume-se como *regra* depois de ter sido basicamente *excepção*. Cabe a cada jovem empenhar-se, munir-se de coragem para fazer parte da engrenagem, da grande roda que move esta *regra*. «*Mas para isso é vital que a Democracia tenha a lucidez e a coragem de assumir/.../ a sua excepção como regra. É desde a origem a identidade da democracia. E não há outra.*» (cf. Lourenço, 2009: 79).

Se cada jovem assumisse o seu dever de votar como um acto de cidadania, se contribuísse individualmente, pelo diálogo, na responsabilidade social, participaria efectivamente na democracia, possibilitando a criação de cultura, paz e desenvolvimento. A democracia alimenta-se da pluralidade, da diferença e da divergência. Os desacordos são elementos fundamentais do conhecimento dum colectividade de que todos devem fazer parte.

O baixo sentido de voto, que constatámos existir entre os jovens, emerge de uma diversidade de factores, conjugados ou pontuais, o que dificulta a definição de estratégias estimuladoras do voto. Muito menos se resolve com apelos sistemáticos ao voto (que sabemos existir antes dos actos eleitorais, pelos mais diferentes responsáveis políticos e membros do governo). Dependerá sobretudo de um enraizamento progressivo daquilo que representa, numa democracia, o acto individual e responsável de cada pessoa, na construção de uma sociedade democrática, livre.

E aqui, em nosso entender, o sistema formativo e educativo, desempenha um papel fundamental na formação de consciências e de consolidação de valores e de processos que estimulem nas crianças, futuros jovens e adultos, uma consciência clara dos seus deveres enquanto cidadãos.

Acreditamos que é preciso fazer um caminho, por “estradas” apetecíveis de formação, personalizada e em grupo, que crie e consolide a vontade de intervir e opinar, desenvolvendo o gosto pela participação e pela resposta activa, perante factos e situações que vão das mais simples às mais complexas.

Poder-se-á assim contribuir para que os jovens aprendam a votar em consciência, plenos de direitos e de responsabilidades. Só assim teremos um amanhã melhor porque «*a fé não precisa de ser confidencial.*»¹⁰.

¹⁰ Adriano Moreira, *Tempo de Vésperas*, 1971, Lisboa, Editorial Notícias, p. 29

Bibliografia

Amaral, Diogo Freitas do (1998), *História das Ideias Políticas*, Volume I, Coimbra, Livraria Almedina.

Arendt, Hannah (2001), *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água Editores.

Aristóteles (2001), *Ética a Nicómaco*, Livro I, 3ª edição, 1094b,3, Brasília, UnB.

Barreto, António (2002), *Mudança social em Portugal, 1960/2000*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Barreto, António (1996), *Tempo de Mudança*, Lisboa, Relógio d'Água Editores.

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (1995), *Modernização Reflexiva*, São Paulo, UNESCP Fundação.

Birdwhistell, Ray L, (1970), *Kinesics and Context - Essays on Body Motion Communication*, Philadelphia, Universidade da Pennsylvania.

Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta.

Canas, Vitalino et al. (1995), *Democracia com mais Cidadania*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Cruz, Manuel Braga (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand Editora.

Cunha, Miguel Pina; Rego, Arménio; Cunha, Rita Campos (2004), *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*, Lisboa: rh Editora.

Espada, João Carlos (1997), *Direitos Sociais de Cidadania*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Freire, André (2011), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português, Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*, Lisboa, Edições Colibri, Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Freire, André (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral*, Oeiras, Celta Editora.

Freire, André; Magalhães, Pedro (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Freire, André; Lobo, Marina Costa; Magalhães, Pedro (2007), *Eleições e Cultura Política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, André; Lobo, Marina Costa; Magalhães, Pedro (2004), *Portugal a Votos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Goleman D., Boyatzis R. e Mckee A. (2002), *Os Novos Líderes, A inteligência Emocional nas Organizações*, Lisboa, Gradiva.

Lazarsfeld, Paul F.; Berelson, Bernard; Gaudet, Hazel; (1968) *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*, New York and London: Columbia University Press.

Lobo, Marina Costa; Magalhães, Pedro (2009), *As Eleições legislativas e Presidenciais 2005-2006*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Lourenço, Eduardo (2009), *A Esquerda na Encruzilhada ou Fora da História?*, Lisboa, Gradiva.

Lourenço, Luis e Ilharco Fernando (2007), *Liderança As Lições de Mourinho*, Lisboa, Booknomics.

Maxwell, Joseph (2005), *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*, London; New Delhi, Thousand Oaks, Sage.

McNair, Brian (2003), *An Introduction To Political Communication*, Londres; New York, Routledge.

Moreira, Adriano (1971), *Tempo de Vésperas*, Lisboa, Editorial Notícias.

Morin, Edgar (2003), *Introdução ao Pensamento Complexo*, Lisboa, 4ª edição, Instituto Piaget.

Morin, Edgar e Viveret, Patrick (2011), *Como Viver em Tempo de Crise?*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Murray, Edward (1983), *Motivação e Emoção*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Quivy, Raymond e Campenhoudt LucVan (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Simões, Maria Manuel e al. (2009), *Marketing e Comunicação Política*, Lisboa, Edições Sílabo, Lda.

Stanyer, James (2007), *Modern Political Communication*, Cambridge, Polity Press.

Watzlawick, Paul, Bevin, Janet H., Jackson, Don D. (2008), *Pragmática da Comunicação Humana*, São Paulo, Editora Pensamento-Cultrix Ltda.

ARTIGOS

Espirito Santo, Paula do., (Jan. 2005), «Um contributo acerca da abstenção eleitoral em revista», *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 47, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, pp.147-150.

Lourenço, Eduardo (1991) in «Classe Política e Crise de Representação» *Revista Finisterra, Revista de Reflexão e Crítica*, nº 8, *Democracia ou Partidocracia?* Tipografia Lousanense, Lda., pp.11-23.

Moro, Eduardo João (2009), «A Teoria da Escolha Racional e a Explicação do Voto», *Intratextos*, Nº 1, Rio de Janeiro, 2009, in http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/64582_7311.PDF pp.6-21 (acesso Abril 2012).

Norris, Pippa (2000), «Virtuous Circle: Political Communications in Post-industrial Societies» NY: Cambridge University, Capítulo 1, pp3-17 in <http://pt.scribd.com/doc/36368955/A-Virtuous-Circle-Political-Communications-in-Post-Industrial-Democracies> (acesso Setembro 2011).

Santos, Boaventura de Sousa (2002) «Os Processos da Globalização» *Revista Crítica de Ciências Sociais, Eurozine*, in <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html#> (acesso em Abril de 2012).

DICIONÁRIOS

Dicionário das Ciências Sociais (1982), 5ª edição, Lisboa, D. Quixote, pp.231/232

Bobbio, Norberto e al. (2010), Dicionário de Política, in http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/dicionario_de_politica_-_norberto_bobbio.pdf (acessos Março e Setembro de 2012).

Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, Número 1, Verbo, 1989 pp.1068-1070.

Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, Número 2, Verbo, 1990 pp.23-28.

SITES

<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=23&mes=01&ano=2011&eleicao=pr>,

<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=14&mes=01&ano=2001&eleicao=pr>

<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=27&mes=09&ano=2009&eleicao=ar>

<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=05&mes=06&ano=2011&eleicao=ar> (acessos em Abril de 2012).

http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Teoria_de_McClelland_Motivacao_e_necessidades.htm (acesso em Junho 2012).

http://www.google.pt/imgres?q=hierarquia+das+necessidades+de+maslow&hl=pt-PT&sa=X&biw=1366&bih=596&tbm=isch&prmd=imvns&tbnid=9eqIxTjFweOFCM:&imgrefurl=http://qvtfespsp.blogspot.com/2010/11/qvt-piramide-de-maslow.html&docid=gaNLez7i0q8nlM&imgurl=http://4.bp.blogspot.com/_sD0P3IRD4Ys/TNQPj2qaJI/AAAAAAAAADY/ZryqLssUA0M/s1600/maslow.jpg&w=457&h=364&ei=LOTxT_fzI8SmhAecov2YDQ&zoom=1&iact=hc&vpx=707&vpy=142&dur=8614&hovh=200&hovw=252&tx=138&ty=142&sig=103581700375808578796&page=1&tbnh=123&tbnw=154&start=0&ndsp=21&ved=1t:429,r:4,s:0,i:83 (acesso em Abril de 2012).

<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/teorianecessidadesalderfer.htm> (acesso em Junho de 2012).

<http://economico.sapo.pt/noticias/nprint/133743.htmln> (acesso em Julho de 2012).

<http://expresso.sapo.pt/indignados-o-protesto-de-hoje-passo-a-passo-video-e-fotogaleria=f680564> (acesso em 03 de Maio de 2012).

<http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html#> (acesso em Abril de 2012).

http://books.google.pt/books?id=Qq9fzUeK8yQC&pg=PA122&lpq=PA122&dq=Edwin+Locke+teoria+das+metas&source=bl&ots=R2E7IJ1NXc&sig=8UQ1Fo9MLXyz-aLljBHSxXAwpOk&hl=pt-PT&redir_esc=y#v=onepage&q=Edwin%20Locke%20teoria%20das%20metas&f=false

(acesso em Junho de 2012).

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2514219&page=- (acesso em 13 de Maio de 2012).

http://www2.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_ctrhome.asp?SSPAGEID=1113&lang=1 (acesso em 2011 e 2012).